

Geografia

Ensino & Pesquisa

Programa de Pós Graduação em Geografia
Departamento de Geociências

Vol. 19, n. 1, jan./abr. 2015

ISSN 2236-4994



Revista Geografia Ensino & Pesquisa

Departamento de Geociências

Programa de Pós Graduação em Geografia

Curso de Geografia

Universidade Federal de Santa Maria

ISSN 2236-4994

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.1 jan./abr. 2015

Revista Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n. 1, p. 01-117, jan./abr. 2015

ISSN 2236-4994

GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA

Geografia Ensino & Pesquisa/ Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Naturais e Exatas. Departamento de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. V. 1 (1987).

Desde 2011 a revista passou a ter edições quadrimestrais, divididas nas seguintes seções:

- 1 — Produção do Espaço e Dinâmica Regional
- 2 — Ensino e Geografia
- 3 — Meio Ambiente, Paisagem e Qualidade Ambiental
- 4 — Geoinformação e Sensoriamento Remoto em Geografia.

Indexadores

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (México). Disponível em: <http://www.latindex.unam.mx>

DOAJ - Directory of Open Access Journal. Disponível em: <http://www.doaj.org/>

Para cada artigo é gerado um registro DOI - Digital Object Identifier (<http://www.doi.org/>).

Banco de Dados

Sumários.org (Sumários de Revistas Brasileiras), site: <http://www.sumarios.org>

Qualis / Capes (2014) – B2 (Geografia), B3 (Ciências Ambientais).

Disponível no Portal CAPES - <http://qualis.capes.gov.br>

Revista Membro da



Universidade Federal de Santa Maria

Departamento de Geociências- sala 1106-B. Campus Universitário- Camobi

Santa Maria - RS. CEP: 97105-900

Tel.: (55) 3220 8971

E-mail: revistageografia@mail.ufsm.br

Site: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia>

Presidente da República — Dilma Rousseff

Ministro da Educação — Renato Janine Ribeiro

Reitor da Universidade Federal de Santa Maria — Paulo Afonso Burmann

Diretora do Centro de Ciências Naturais e Exatas — Sônia Terezinha Zanini Cechin

Editor — Adriano Severo Figueiró

Núcleo Editorial

Adriano Severo Figueiró

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Jaciele Carine Sell

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

María Silvia Pardi Lacruz

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Lauro Cesar Figueiredo

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Luis Eduardo Robaina

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Conselho Editorial Científico

Adler Guilherme Viadana — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, Brasil

Ana Dominguez Sandoval — Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai

Antonio Carlos Vitte — Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Arturo Garcia Romero — Universidad Nacional Autónoma de Mexico, Cidade do México, Mexico

Carlos Alberto Pires — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Carlos Roney Tagliani — Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

César Augusto Martins — Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

Cesar De David — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Cláudia Natenzon — Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Edson Vicente da Silva — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Eliane Maria Foleto — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Francisco Mendonça — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

François Laurent - Université du Maine, Le Mans, França

Glaucio Jose Marafon — Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Mateo Rodrigues — Universidad de la Havana, Havana, Cuba

Lúcio Cunha — Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Maria Ligia Cassol Pinto — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

Maria Sala Sanjaume — Universidad de Barcelona, Barcelona, Espanha

Rafael Hernandez Del Águila — Universidad de Granada, Granada, Espanha

Rita Montezuma — Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Solange Terezinha de Lima-Guimarães — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, Brasil

Tania Maria Sausen — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.1 jan./abr. 2015

Equipe Técnica de Editoração

Daniel Borini Alves — Universidad de Zaragoza, Zaragoza, España.

Djulia Regina Ziemann — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Editoração eletrônica

Daniel Borini Alves

Capa

Mara Eliana Graeff Dickel

SUMÁRIO

Produção do espaço e dinâmica regional

O processo de formação social do espaço de fronteira do oeste-sudoeste paranaense
Edson dos Santos Dias 7

Turismo de segunda residência na orla do distrito de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro
Wilson Martins Lopes Junior 27

A presença dos cafés coloniais como referência cultural e atrativo turístico no município de Agudo-RS/Brasil
Nara Rejane Zamberlan dos Santos, Caroline Ciliane Ceretta, Djulia Regina Ziemann 39

Ensino e Geografia

O tema da globalização no ensino da Geografia: concepções e práticas de ensino
Alan Fernandes Santos 67

O ensino da Geografia a partir da compreensão do contexto local e suas relações com a totalidade
Sandro de Castro Pitano, Rosa Elena Noal 49

Geoinformação e Sensoriamento Remoto em Geografia

Padrões de fragmentação da paisagem no município de Céu Azul (Paraná)
Thiago Avelar Chaves, Osmar Abílio de Carvalho Júnior, Roberto Arnaldo Trancoso Gomes, Renato Fontes Guimarães, Éder de Souza Martins 79

Meio Ambiente, Paisagem e Qualidade Ambiental

Os banhados e a evolução de paisagem no município de Chapecó – Oeste catarinense
Vitor Luiz Bocalon, Cristina Otsuschi 93

Maria da Graça Barros Sartori: vida e obra dedicadas à climatologia geográfica brasileira
Cássio Arthur Wollmann 105



O processo de formação social do espaço de fronteira do oeste-sudoeste paranaense

Edson dos Santos Dias*

Resumo: Analisaremos a formação socioespacial do Oeste-Sudoeste paranaense a partir das implicações ligadas aos conflitos agrários, às estratégias das companhias privadas de colonização e à ação do Estado, que imprimiram especificidades na formação do território, destacando-se a superexploração do homem e da natureza. Para isso, foi fundamental compreender o contexto histórico que conferiu as bases de interpretação de certo arranjo espacial socialmente constituído. Referencial importante para a nossa análise foi a leitura de obras de José de Souza Martins e a sua identificação e distinção entre frentes pioneiras e frentes de expansão.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Professor adjunto no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - Campus Marechal Cândido Rondon).

The social formation process of the border area of the west and southwest of Paraná

Abstract: In this paper we analyze the socio-spatial formation of the west and southwest of Paraná based on implications related to agrarian conflicts, to strategies of private companies of colonization and to the action of the State which have given specificities to the formation of the territory, especially the super-exploitation of Man and Nature. For this reason it was essential to understand the historical context that provided the bases for interpretation of certain spatial arrangement which is socially constituted.

Palavras-chave:

Formação socioespacial, conflito, espaço de fronteira.

Key-Words:

Socio-spatial formation, conflict, border area.

Introdução

Estudar o processo de formação socioespacial do Oeste-Sudoeste do Paraná circunscrito a ele mesmo, sem as mediações necessárias com outros níveis escalares, dificultaria o entendimento do próprio processo. Em outras palavras, o que ocorreu no Oeste-Sudoeste do Paraná, no histórico de sua formação socioespacial, em diferentes momentos (daí a necessidade de periodização¹), teve um desencadeamento de orientação nacional determinado por políticas públicas de Estado ou ações de interesse do capital privado - em especial as empresas colonizadoras. Logo, a resistência por parte de posseiros, pequenos proprietários e povos indígenas levados a situações limites em razão dos conflitos pela posse da terra, expressa-se na escala local, mas não está dissociada das intervenções políticas e econômicas vinculadas às escalas mais amplas.

É necessário expor a delimitação territorial que utilizaremos quando nos referirmos ao Oeste-Sudoeste do Paraná. Optamos pela divisão oficial estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em mesorregiões, pelo fato desta ser a mais utilizada nos trabalhos consultados, além de ser a referência estabelecida para a tomada e para a configuração dos dados levantados pelos órgãos de pesquisa e planejamento do Estado, como o IBGE ou o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), permitindo a comparação de séries históricas de dados ao longo das décadas.

O Oeste-Sudoeste paranaense é apresentado como território em formação que possui a especificidade de constituir-se em área de fronteira política, econômica e ambiental. Para além da percepção mais óbvia: da fronteira geográfica enquanto área de contato com países vizinhos (Argentina e Paraguai) e outras unidades da federação (Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), trata-se da fronteira interna no sentido de frente de ocupação do interior do estado paranaense, marcada por diversos conflitos que, apesar das suas especificidades, têm em comum a busca de domínio do homem e da natureza em um espaço/tempo de (des)encontro entre diferentes visões de mundo e interesses associados.

Ainda sobre a delimitação adotada, alertamos que o rigor quanto aos limites impostos oficialmente pode dificultar a apreensão de contextos histórico-espaciais que extrapolam esses limites. Inclusive, determinados autores consultados indicam como Sudoeste paranaense toda a porção do estado que se diferencia do chamado Paraná Tradicional e Norte paranaense, até porque a classificação regional foi alterada pelo IBGE em 1970 (com a adoção da subdivisão em mesorregiões homogêneas) e em 1988, quando se institucionalizou a classificação que perdura até o momento, na forma de mesorregiões geográficas, na qual a área do estado que era oficialmente reconhecida como mesorregião homogênea do Oeste paranaense foi subdividida em seis mesorregiões geográficas². A Figura 1 permite a visualização da área abordada no artigo.

Ao desenvolver o estudo sobre o processo de formação socioespacial que se desdobra no deslocamento das fronteiras econômica e demográfica para o interior paranaense, tomamos como referencial de abordagem a identificação e distinção feita por Martins (2009) sobre as *frentes pioneiras* e as *frentes de expansão*.

De forma sucinta, podemos dizer que a *frente pioneira* (amplamente empregada pelos geógrafos clássicos) se caracteriza pela concepção da introdução do novo, das relações modernas de produção, tendo como protagonistas a grande empresa, o empreendedor; contando com formas de agricultura inovadoras.

No caso da *frente de expansão*, esta identifica-se por uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Trata-se da expansão de uma rede de trocas e de comércio na qual o dinheiro pode estar ausente, assim como o mercado opera (por intermédio dos comerciantes dos povoados) com critérios monopolistas mediados por relações violentas de dominação pessoal, como a escravidão por

¹ Para Santos (1979, p. 33), “A análise supõe, mais uma vez, que encontremos uma periodização para a história do subsistema [região] que estamos estudando, a qual (a história) deve ter suas raízes nos períodos da história nacional, considerada em suas relações com a história mundial”.

² De acordo com o IPARDES (2010), “Os limites das regiões geográficas coincidem com os limites das mesorregiões do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para as quais se aplica a Lei Estadual nº 15.825/08, que inclui na Região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha”.

dívida. (MARTINS, 2009, p. 135-137). No entanto, aqueles que são familiarizados com a obra de Martins (2009) têm conhecimento que este autor não simplificaria a discussão ao apresentar uma frente como excludente em relação a outra, mas, ao contrário, o autor afirma a diversidade de situações que ocorrem no país, havendo interpenetração de uma em relação a outra.

Figura 1 – Regiões Geográficas do Estado do Paraná.



Fonte: Lei estadual nº 15.825/08. Base Cartográfica: ITCG (2010).

Primórdios da ocupação paranaense

Partindo de uma perspectiva de análise histórica e geográfica do processo de ocupação recente³ do território paranaense, diversos autores consultados⁴ adotam uma divisão que resulta em três porções distintas: o Paraná Tradicional; o Norte do Paraná e o Sudoeste do Paraná.

Mesmo que essa classificação esteja sujeita a críticas, como são próprias das definições e tipologias no campo do conhecimento científico, a proposta é plausível e bem fundamentada, sob a perspectiva histórica, com a devida ressalva de que os limites estabelecidos não podem ser considerados de forma absoluta, assim como a tríade divisória poderia sofrer subdivisões, conforme os estudos indicam mais claramente as especificidades constitutivas do território paranaense. À medida que avançava o processo de integração social e econômica de todas as partes do território paranaense (motivado pela conjuntura vinculada às determinações em curso nas escalas nacional e mundial), ficava mais nítida a constituição de traços particulares na ocupação e produção das várias configurações territoriais que formam o estado do Paraná, com seus respectivos sistemas produtivos, agrário, populacional, de infraestrutura etc.

Deter-nos-emos a analisar profundamente o que denominamos, de forma geral, de espaço de fronteira formado pelo Oeste e Sudoeste paranaense.

O Paraná, até as duas primeiras décadas do século XX, possuía extensas porções de terras

³ O termo recente está sendo empregado para diferenciá-la da ocupação empreendida pelos indígenas, pois o que hoje denominamos de estado do Paraná, outrora foi habitado por milhares de indivíduos distribuídos em várias nações. Como é preciso fazer opções quanto ao recorte temporal que imprimiremos neste estudo, consideramos pertinente enfatizar a ocupação recente do Oeste-Sudoeste paranaense, não significando esta escolha o entendimento de que, antes dessa forma de ocupação, predominava um “vazio demográfico”, como comumente fica subentendido em algumas obras e ou artigos.

⁴ Ver Balhana (1969); Padis (1981) e Wachowicz (1988).

no seu interior ainda não integradas aos centros de decisão política e econômica do estado. O espaço de fronteira com a Argentina e o Paraguai permaneceu sem ocupação efetiva, em conformidade com os padrões modernos, por um longo período.

No século XVII, os padres jesuítas espanhóis fundaram Reduções Jesuíticas no Noroeste que, posteriormente, foram destruídas por bandeirantes ainda na primeira metade do referido século, eliminando a ação dos jesuítas e contendo a presença espanhola na região (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 34). É preciso observar que estas terras não estavam completamente desabitadas até o momento que denominamos de colonização recente. Pelo contrário, havia grupos indígenas espalhados por todo o interior (reunidos em nações, como Kaingang, Xetá, Guarani etc.) e a colonização impulsionada no século XX representou mais um momento de (re)pressão sobre estes povos que resultou em um arranjo espacial marcado pela dispersão e/ou confinamento dos mesmos em reservas institucionalmente territorializadas pelo Estado que chegam até o início desse século XXI fazendo parte da pauta de reivindicações por determinados grupos indígenas quanto à definição (em outros casos, a ampliação) dos seus limites.

Os primeiros empreendimentos econômicos no Oeste paranaense: superexploração do homem e da natureza

No final do século XIX, uma extensa porção ocidental do território paranaense encontrava-se escassamente habitada, sendo a população formada por “guaranis modernos” (Darcy Ribeiro apud Wachowicz 1987, p. 17), assim como argentinos, paraguaios e alguns grupos indígenas brasileiros.

O limite, quanto à incorporação do território à economia e à ação administrativa do estado paranaense, estava nos campos de Palmas; os quais foram integrados somente a partir dos anos quarenta do século XIX. Destes campos até as barrancas do Rio Paraná o governo brasileiro não havia estimulado nenhum tipo de presença efetiva, contando apenas com os limites acordados junto ao Paraguai e à Argentina. Estes acordos não significaram ausência de contestações quanto ao traçado limítrofe, como atesta a discordância levantada pela Argentina, no final do século XIX, que ficou conhecida como “Questão de Palmas” e seria resolvida favoravelmente ao Brasil em 1895, posterior ao arbitramento internacional sob a responsabilidade do presidente norte-americano Grover S. Cleveland.

As primeiras iniciativas oficiais para garantir a presença do Estado brasileiro nessas terras ocorreram às vésperas do ocaso do Império, com a instalação das Colônias de Chapecó (atualmente em território catarinense) e Chopim (hoje, município de Chopinzinho, no Paraná) em 1882. Mais tarde, em 1889, organizou-se uma expedição que, partindo de Guarapuava, fundou a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Nessa época, a faixa de fronteira Oeste do Paraná, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, era objeto de exploração extrativista da erva-mate, planta abundante na mata nativa local e, também, da madeira em toros. Tratava-se das *obrages*, empreendimentos financiados por empresas de capital argentino ou britânico, que utilizavam força de trabalho predominantemente paraguaia. Essa fase de exploração do Oeste paranaense perdurou de 1881 até 1930, período em que o Rio Paraná possuía a condição estratégica de ser a principal via de circulação de pessoas e mercadorias em todo o Oeste.

Em meados do século XIX, o Brasil assinou um tratado de navegabilidade fluvial com a Argentina e o Paraguai. Estes países permitiram ao Brasil a navegabilidade dos Rios Paraná e Paraguai, possibilitando que os brasileiros pudessem chegar à isolada Província de Mato Grosso. Em contrapartida, as embarcações desses países obtiveram do Brasil a permissão de navegar no Rio Paraná, da foz do Rio Iguaçu até as Sete Quedas. (WACHOWICZ, 1987, p. 15-16).

Esse acordo possibilitou, aos argentinos, as condições necessárias de acesso ao Oeste paranaense para implantar o sistema de obrages, o qual já existia em terras argentinas e paraguaias adjacentes ao Paraná. Também permitiu que os proprietários das embarcações paraguaias e argentinas monopolizassem o comércio e o transporte pelo Rio Paraná.

O sistema de exploração, baseado nas obrages, é descrito da seguinte forma:

Como no oeste paranaense não havia presença brasileira nem fiscalização, o sistema das “obrages” desenvolveu-se na região. O “obragero” [proprietário desse tipo de latifúndio] argentino descobria satisfeito que seus navios tinham direito de navegar até as Sete Quedas pelo rio Paraná. Organizava então uma firma. Algumas vezes comprava do governo paranaense uma extensa porção de terras e organizava uma expedição. Entretanto, na maioria das vezes penetrava em território paranaense de forma ilegal. Dezenas de peões, os chamados “mensus”⁵, todos índios paraguaios (guaranis modernos), acompanhavam a expedição. Levavam consigo alimentos e ferramentas para a colheita da erva-mate. Desembarcavam do vapor na margem do rio Paraná e subiam as barrancas, típicas das margens do rio na região. Eram barrancas de 50, 80 e até 100 metros de altura, cavadas pelas águas revoltas e barrentas do rio Paraná. Assim nascia um povoado que era “porto”, pelo qual escoava-se o mate e posteriormente a madeira, extraídos dos sertões do oeste paranaense. Desta forma toda a margem paranaense, desde Foz do Iguaçu até os saltos das Sete Quedas, encheu-se de “portos”, muitas vezes de vida efêmera, outros de maior durabilidade. (WACHOWICZ, 1988, p. 227).

Desse tipo de exploração econômica que perdurou até a terceira década do século XX, pretendemos ressaltar duas graves consequências. A primeira diz respeito à forma predatória de derrubada das árvores de maior valor que existiam no extremo Oeste paranaense.

Como nos informa Colodel (1988, p. 63) essa atividade exploratória foi responsável pelo acelerado processo de esgotamento das reservas nativas de madeira e erva-mate da região. As obrages só funcionavam a contento quando a exploração dava-se de maneira maciça, englobando vastas extensões de terras, com objetivos de curto prazo, pois não havia a preocupação com o replantio das espécies vegetais retiradas, já que a ideia era a maximização absoluta dos lucros obtidos. Com o esgotamento dos recursos na área explorada, a atividade estendia-se para as áreas de mata virgem. As terras, já intensamente exploradas, não eram abandonadas gratuitamente. Eram vendidas a agricultores que se dirigiam para o Oeste ou para companhias colonizadoras brasileiras.

Podemos avaliar o efeito predatório das obrages pela passagem abaixo, escrita na década de 1930, por um morador de Foz do Iguaçu.

As mattas brasileiras próximas às barrancas do rio Paraná, estão esgotadas de madeira, devido as grandes e consecutivas extrações effectuadas pelos adventícios, cuja acção destruidora attingiu a 30 kilometros para leste! Presentemente [o artigo foi escrito em 1938] é difficil encontrar madeira de bôa qualidade, sazoadada, para edificar, dentro d’aquella área! Herva-matte exploraram até 120 kilometros, para leste e 180 para o Norte. (BRITTO, 1977, p. 68).

A exploração madeireira feita neste período ocorria a até 100 km das margens do Rio Paraná, as toras eram empilhadas formando uma espécie de jangada que era levada pelo rio até as serrarias de Posadas (na Argentina) ou Encarnacion (no Paraguai). (WACHOWICZ, 1988, p. 231-232).

Quanto às informações apresentadas acima, é preciso acrescentar que, antes da chegada dos “colonos agricultores” mencionados pelo autor, a madeira da região foi explorada por empresas gaúchas que, posteriormente, voltaram-se para o investimento em projetos imobiliários de colonização. Logo, a exploração dos recursos florestais, antes da colonização, não foi ação exclusiva das obrages.

Apesar dessa forma de produção ocorrer a partir de empresas constituídas por capital

⁵ Mensu era a denominação dada ao trabalhador das obrages, o qual recebia uma antecipação de três meses de salário, comprometida no armazém da Companhia, resultando em um endividamento do trabalhador que o obrigava a permanecer na obrage, em um sistema de semiescravidão.

britânico, em um momento histórico no qual a Inglaterra ainda ocupava uma posição de protagonista no mercado internacional, a acumulação de capital no extremo Oeste paranaense ocorria segundo as condições mais primitivas de exploração. A relação capital e trabalho orientava-se para um nível e uma forma de superexploração deste último, sem maiores preocupações com as denúncias quanto aos métodos de espoliação empregados sobre o trabalhador.

O trabalhador paraguaio contratado pelo obragero era submetido a condições típicas de semiescravidão. Entre as condições mencionadas, havia a obrigação de o *mensu* comprar seus mantimentos no armazém da empresa, sendo, inclusive, proibida a plantação para a subsistência, assim como o trabalho era “acompanhado” por capatazes que inibiam qualquer manifestação de descontentamento.

As obras caracterizaram-se exclusivamente pela extração dos recursos naturais disponíveis, pouco contribuindo para oferecer uma estrutura que servisse de base para uma ocupação contínua e definitiva. Essa contribuição resumia-se às vias de transporte (picadas e estradas abertas na mata para permitir o escoamento do mate e da madeira, voltadas para o Rio Paraná), além de alguns portos ao longo da margem deste mesmo rio e uma ferrovia que ligava Guaíra (fundada pela Companhia Mate Laranjeira em 1909) a Porto Mendes⁶ (atualmente distrito de Marechal Cândido Rondon), com o objetivo de exportar o mate para a Argentina.

Não se deduza, pelo exposto, que essas empresas tinham como objetivo deliberado oferecer qualquer subsídio que garantisse futuramente uma ocupação permanente. A infraestrutura construída destinava-se exclusivamente a criar as condições exigidas para apoiar o seu empreendimento, até porque elas não tinham interesse de facilitar o acesso de brasileiros à região. Essas terras, apesar de se encontrarem sob domínio político do governo brasileiro, de fato não apresentavam infraestruturas básicas, como estradas em condições satisfatórias, que garantissem a presença de brasileiros ligados aos circuitos econômico e administrativo nacionais.

A presença oficial do governo brasileiro na época, baseada no pequeno povoado de Foz do Iguaçu, era bastante restrita. O efetivo policial desta cidade, em 1919, responsável pela segurança sobre milhares de quilômetros quadrados, desde Foz do Iguaçu até Guaíra, restringia-se a um total de apenas dezoito homens. (COLODEL, 1988, p. 61).

Quanto mais isolada a região, mais conveniente era para as empresas manterem inalterados os seus procedimentos de exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais levados ao extremo, acrescentando-se a este motivo o fato de grande parte do mate e da madeira serem retirados sem o pagamento de impostos ao fisco brasileiro.

As condições de navegabilidade pelo Rio Paraná contribuíam para a manutenção dessa situação, como é atestado pela afirmação seguinte:

A existência das Sete Quedas era um benefício para a sobrevivência do sistema. Essas cachoeiras eram um formidável obstáculo. Em direção a leste, para Guarapuava, eram mais de 400 quilômetros por uma picada mal construída. Até o final da década de 1920, o único acesso confiável era pelo Rio Paraná, via Buenos Aires. (WACHOWICZ, 1988, p. 229).

Apesar das dificuldades de acesso, no começo do século XX, as Cataratas do Iguaçu já despertavam interesse de turistas brasileiros e argentinos, que subiam em barcos a vapor pelo Rio Paraná para conhecê-las. Mas, mesmo esse reduzido afluxo de pessoas, que temporariamente passavam pela região, contrariava os interesses das obras.

Diante dessa conjuntura de isolamento, as condições em que se desenvolvia a exploração econômica baseada nas obras, em pleno Oeste paranaense, não despertariam maior interesse das classes dominantes ou políticas como autoridades nacionais e paranaenses por mais de quatro décadas. A situação de extrema exploração do homem e da natureza na região só obteria repercussão nacional em razão do Oeste tornar-se local de passagem e de operações táticas resultantes da Insurreição Militar Tenentista deflagrada em 1924. Sobre o tenentismo consultar Moraes (2005); Prestes (1994) e Sodré (1968). Para outra interpretação, em relação aos autores mencionados, consultar Boris Fausto (1997).

⁶ Deve-se lembrar que o conjunto de quedas d'água que formava as Sete Quedas impossibilitava a navegação pelo Rio Paraná neste trecho.

A Insurreição Militar de 1924, debelada em Sergipe e no Amazonas, ofereceu maior resistência na cidade de São Paulo. Após um breve período de ocupação da cidade, os rebeldes abandonaram a capital paulista e dirigiram-se, comandados por Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes, para Guairá, no Oeste paranaense. Neste local, procuraram constituir uma força de resistência às tropas legalistas do Governo Arthur Bernardes, assim como aguardar os rebeldes gaúchos, sob comando de Luís Carlos Prestes, que se deslocavam do Rio Grande do Sul com o objetivo de se agregarem aos revoltosos paulistas.

A campanha militar em terras paranaenses desenvolveu-se ao longo de sete meses em que são registrados deslocamentos frequentes dos militares rebeldes, assim como confrontos com as tropas legalistas comandadas pelo General Cândido Rondon.

Como resultado das ações que marcaram esse momento da história brasileira, interessa-nos destacar a denúncia feita pelos militares rebeldes, motivados por inspirações nacionalistas, quanto ao “estado de abandono” do Oeste do Paraná pelas autoridades brasileiras, tanto no que se referia à devastação ambiental, como às circunstâncias desumanas a que eram submetidos os trabalhadores das obras.

Uma das primeiras obras a divulgar a precariedade das condições de vida dos trabalhadores das obras foi elaborada por um oficial rebelde que pertencia à Coluna Paulista e teve participação efetiva nos combates travados na região, no caso, o tenente João Cabanas. Assim ele descreve a situação do *mensu*:

O trabalhador do herval é sem duvida alguma, um verdadeiro escravo olvidado pela lei de 13 de Maio de 1888, que delle não cogitou. Na generalidade, nasceu elle na hospitaleira Republica do Paraguay, onde a fortes quantias adeantadas, é arrebanhado para além das fronteiras de sua Pátria e internado nos hervaes do Oeste do Paraná, sendo depois entregue a um capataz que o recebe, mostrando ao desventurado, as insígnias de mando a que tem de sujeitar-se, conforme o caso: um chicote e um revolver calibre “44”. De ahi em diante o estrangeiro a quem acenaram com as liberrimas leis brasileiras, perde a sua individualidade nas mãos de extranhas gentes. (CABANAS, 1926, p. 241).

As revelações de desnacionalização da área de fronteira paranaense e das condições de vida da população local repercutiram em Curitiba e no Rio de Janeiro, favorecendo a retração desse tipo de exploração que, naquele momento, já se encontrava com dificuldades econômicas, em razão da desvalorização do *mate* brasileiro junto ao mercado argentino.

O contexto socioespacial do Sudoeste paranaense na Fase “Cabocla”

Ao contrário do extremo Oeste paranaense, que desde as últimas décadas do século XIX foi incorporado ao sistema econômico baseado nas obras (apesar disso não resultar em integração aos centros econômicos brasileiros), as terras localizadas ao sul do Rio Iguaçu, no Sudoeste do Estado, não tinham estrutura de exploração econômica direta e fortemente relacionada ao mercado.

A despeito de não ser identificada como uma área de exploração econômica imediata até as primeiras décadas do século XX, o Sudoeste, em razão do seu potencial, tinha se tornado objeto de disputa com o governo da Argentina (“Questão de Palmas”, solucionada em 1895) e, mais tarde, com o governo de Santa Catarina. A divergência com o governo catarinense foi levantada a partir da iniciativa deste último, que contestou nos tribunais federais, em 1901, as fronteiras demarcadas com o Paraná. Desde a sua emancipação da Província de São Paulo, em 1853, o Paraná mantinha seus limites no extremo sul até o Rio Uruguai, fazendo divisa com o Rio Grande do Sul.

No ano de 1904, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa aos pleitos de incorporação do “Território do Contestado”, feito pelos políticos catarinenses, sob o argumento de que Santa

Catarina “tinha o direito de possuir limites naturais” com seus estados vizinhos, resultando que a divisa com o Paraná seria pelos Rios Saí-Guaçu, Negro e Iguaçu. (WACHOWICZ, 1988, p. 190).

Depois de resistência articulada na esfera política federal, o governo paranaense conseguiu, em 1916, obter um acordo que lhe assegurou a manutenção do Sudoeste do estado, cedendo ao estado vizinho a maior parte das terras requeridas por esse.

Até os anos de 1940 o Sudoeste paranaense caracterizava-se por um povoamento escasso, uma economia rudimentar e era pouco integrada ao circuito comercial nacional. Predominavam extensas áreas florestais, com destaque para a presença de araucárias, árvores da família das coníferas, que primitivamente se estendiam por amplas áreas do sul do país. É possível identificar que se tratava de uma fase na qual havia uma *frente de expansão* movimentando-se no Sudoeste, quando não havia as condições para as incursões próprias da *frente pioneira*.

Com a ausência de instituições que representassem o Estado (na esfera estadual ou federal), a região Sudoeste era habitada por uma população cabocla pouco numerosa, que vivia em condições precárias e sem a legalização da propriedade da terra. A regularização formal das terras que explorava não era uma prioridade, constituindo-se a propriedade privada em algo estranho, ou, pelo menos, negligenciável no modo de vida caboclo.

Na *frente de expansão* o trabalhador geralmente era posseiro ou ocupante da terra, sem título de propriedade. Esta precária relação com a posse da terra é resultado da frágil ou inexistente institucionalização do direito de propriedade, assim como pelo fato dessas terras (até determinado momento) estarem fora do circuito rentável da renda da terra. (MARTINS, 2009, p. 162).

De acordo com Westphalen (1968, p. 30), “Não havia mercado, nem transporte, não havia, pois, razão de maior interesse ou de procura da terra, muito menos pela disputa do seu domínio pleno”. Esta citação resume o contexto em que se dava a ocupação do Sudoeste nas primeiras décadas do século passado.

O caboclo, a partir das suas particularidades com relação ao uso e à posse da terra, vai ser o protagonista solitário, esquecido, dessa região, então boca de sertão. Contudo, também deixará marcas de sua passagem, mesmo que essas sejam confundidas e apagadas pelos colonos sulistas “de origem”, que, em levadas sucessivas, expulsaram ou absorveram o caboclo a um novo modo produtivo que se tornou hegemônico.

Essa população escassa, distribuída por amplas extensões, ficou conhecida como cabocla. Segundo Corrêa (1997), tratava-se de uma população de origem luso-brasileira constituída, em parte, por fazendeiros empobrecidos e agregados (trabalhadores das fazendas de gado cujas famílias aumentaram e não encontravam ocupação) provenientes dos Campos de Palmas e Guarapuava. Outro ponto de origem é identificado, no processo de colonização dirigida, estabelecido por uma empresa ferroviária nas terras marginais aos seus trilhos, no vale do Rio do Peixe (atual estado de Santa Catarina), na década de 1910, gerando a expulsão dos antigos moradores dessa área.

Somando-se a essa população estabelecida no Sudoeste, havia argentinos e paraguaios, envolvidos com a extração da erva-mate, os quais localizavam-se principalmente junto à fronteira argentina, perfazendo um grupo representativo de 10% da população regional na década de 1920. Com a diminuição da extração da erva-mate, houve uma redução dos estrangeiros, constituindo menos de 1% da população regional nos anos quarenta do século XX. (CORRÊA, 1997, p. 238-240).

O caboclo priorizava a sua subsistência, por isso não se preocupava em providenciar ou reivindicar estruturas que garantissem a comercialização de seus produtos, já que gerar excedentes não era sua prioridade. Isso não significava que a produção cabocla se encontrasse completamente desvinculada das relações mercantis com o sistema econômico paranaense. Estas relações eram tênues e esporádicas, mas tinham o seu papel no modo de vida caboclo.

Para Martins:

[...] as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações não capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital. Isso não

faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. (MARTINS, 2009, p.156).

A relação com a terra desenvolvia-se em um contexto muito particular, no qual a propriedade fundiária, baseada no sistema de posse, não era essencial, como percebemos pelo excerto seguinte:

Aqui é necessário salientar que não era enquanto proprietário – ou enquanto aspirante a tal condição – que o caboclo enfrentava esta mata virgem. Ele – diferentemente dos colonos de origem européia que o sucederam – se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho. Separada deste trabalho, ela não tinha valor algum. A propriedade (real ou virtual) não era a premissa para a produção. Assim ao chegar o caboclo não subdividiu a mata em parcelas sobre as quais cada indivíduo ou família seria soberana, o que se colhia ou caçava, isto sim era um patrimônio individual. Mas a terra ela mesma não pertencia a ninguém. (ABRAMOVAY, 1981, p. 11).

Esta forma de organização social estruturava-se na relação direta do homem com a floresta. Suas atividades principais eram a caça, a pesca, a coleta (inclusive de erva-mate), o plantio da mandioca e a criação de porcos. Algumas destas atividades levaram o caboclo a adotar um estilo de vida caracterizado pelo nomadismo.

Habitando extensas áreas de terras, cobertas com mata original, sem os limites impostos pela propriedade privada, o caboclo foi abrindo clareiras com o uso do fogo para “limpar” a terra, cultivando por um determinado período, até julgar necessário tomar posse de outra área, imprimindo um caráter itinerante a seu modo de vida. Como afirma Abramovay (1981, p. 17), “Fixar-se num lugar só seria, para o caboclo, aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho quando nenhum tipo de pressão o obrigava a tal. Enquanto ele tem a mata pela frente, seria economicamente irracional que ele deixasse de cultivar na floresta virgem”. Há uma passagem em Martins que reforça a associação com o contexto de frente de expansão, aliás, forma predominante de ocupação pelo interior do país até a década de 1940:

Tradicionalmente, a frente de expansão se movia [...] em conseqüência de características próprias da agricultura de roça. Trata-se de um deslocamento lento regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra. Depois de um número variável de anos de cultivo do terreno, os agricultores se deslocam para um novo terreno. (MARTINS, 2009, p.149)

A atividade econômica que mais tempo perdurou entre a população cabocla foi a criação de porcos. Esta ocorria de forma bastante simples, com os animais criados soltos no mato, alimentando-se dos recursos da floresta, em especial do pinhão. Quando atingiam determinado peso eram vendidos aos “safristas”, que os engordavam. O “safrista” embrenhava-se na mata, abria uma clareira com 10, 25, 50 ou 100 hectares e ali plantava o milho. No ano seguinte, os porcos eram soltos no milharal para engorda. Posteriormente, eram tropeados, a pé, para os locais de consumo, levados para cidades distantes como União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa e Castro. (CORRÊA, 1997, p. 247).

Destaca-se que a produção itinerante do caboclo, associada à forma como se dava a criação de porcos na região, representou a primeira fase de desmatamento a que o Sudoeste foi submetido. O impacto da ocupação cabocla na região, caracterizada pela sua forma extensiva, pode ser avaliado pela seguinte descrição da necessidade de terras:

Essa atividade [criação de porcos], nos moldes em que era praticada, necessitava de amplas áreas – 1 cabeça para 5 hectares de mato no sistema de “porco alçado”, e 4 cabeças por hectare de milho no sistema de “safra” – não podendo coexistir com uma intensa ocupação do solo. Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e

à medida que o povoamento com colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas. (CORRÊA, 1997, p. 248).

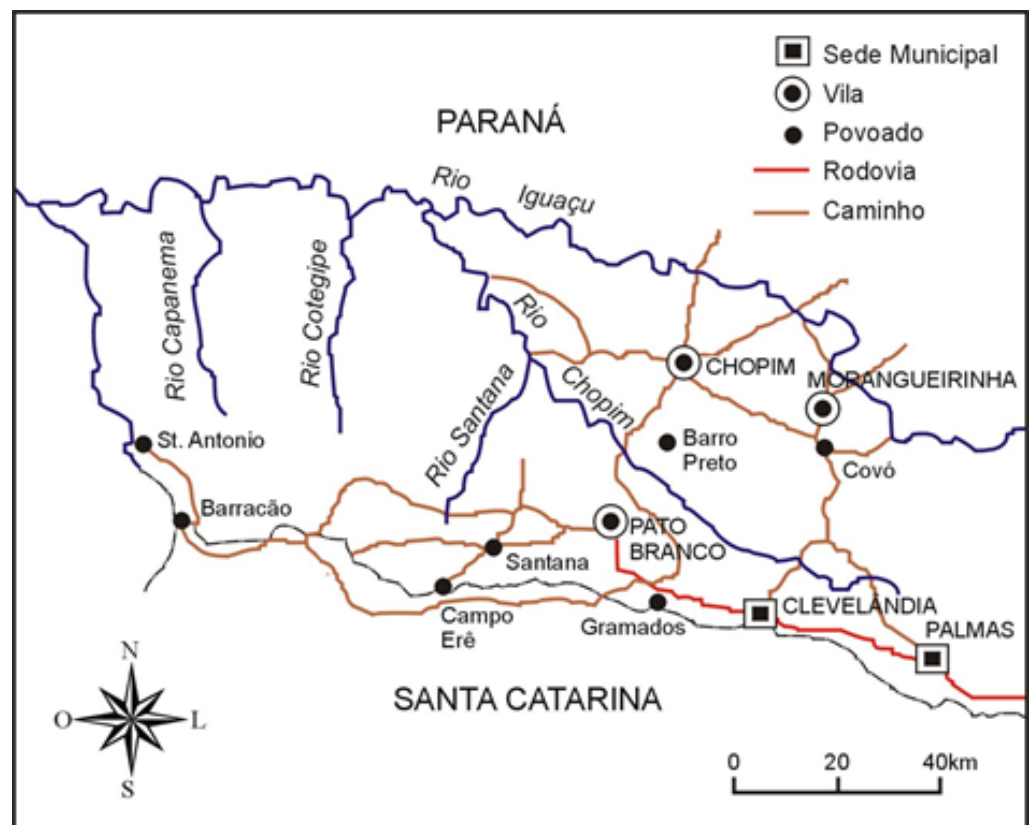
Ao abordarmos a relação da exploração caboclo-safrista com o desmatamento nessa porção do Estado, o objetivo é compreender as primeiras atividades que deram origem ao desflorestamento local, não significando que foi a sua principal causa, pois a exploração madeireira em grande escala ocorreu posteriormente.

Mesmo com a ressalva de que tal desmatamento pode ser considerado modesto quando comparado com as fases posteriores, isso não significa que deva ser menosprezado.

O processo de desmatamento dessa região do Paraná, que se intensificaria a partir da implantação dos projetos de colonização dirigida, já se apresentava em curso mesmo no modelo tradicional de uso do solo, quando a produção voltada para as demandas próprias das relações mercantis eram pouco expressivas.

Como pode ser visualizado pela Figura 2, o Sudoeste possuía, em 1938, poucos núcleos de ocupação permanente, formados por vilas e povoados, sendo que as sedes municipais mais próximas – Clevelândia e Palmas – encontravam-se fora dos seus limites oficiais.

Figura 2 – O Sudoeste paranaense em 1938.



Fonte: CORRÊA, Roberto Lobato. O Sudoeste paranaense antes da colonização. In: ____ Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 249. Modificado por: Edson dos Santos Dias.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.1 p. 07-26, jan./abr. 2015

O processo de formação social
do espaço de fronteira do
oeste-sudoeste paranaense

Segundo Corrêa, o Sudoeste paranaense, até 1950, apresentava-se pouco integrado à economia do país, contando com atividades de produção amparadas em técnicas primitivas, praticadas por uma população que não contava com vias de circulação modernas para escoar os seus produtos semielaborados. Caracterizava-se ainda:

[...] pela dependência a centros comerciais localizados fora da região, sobretudo União da Vitória, que se encarregavam de encaminhar os produtos regionais ao mercado consumi-

dor. [...] em 1950, nenhuma sede municipal aí [Sudoeste] se localizava: Palmas e Clevelândia, cidades localizadas fora da região, dirigiam administrativamente o Sudoeste paranaense. (CORRÊA, 1997, p. 251, grifos nossos).

No extremo Oeste paranaense, até a década de 1940, a situação não era muito diferente. Os principais núcleos de povoamento eram Foz do Iguaçu e Guaíra, com pequenos povoados em torno dos portos localizados nas barrancas do Rio Paraná.

A Tabela 1 demonstra como o Oeste e Sudoeste paranaenses possuem um histórico recente quanto à sua projeção política no conjunto do estado, contando com a instalação de apenas um município no Oeste durante toda a primeira metade do século XX (Foz do Iguaçu, no ano de 1914) e sem registro de ocorrência de autonomia municipal no Sudoeste até 1952. No referido ano, evidenciando o início de uma nova fase, foram instalados os municípios de Guaíra, Cascavel, Guaraniaçu e Toledo, no Oeste paranaense e Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema na região Sudoeste.

Tabela 1 – Evolução da instalação de municípios, segundo mesorregiões – Paraná – 1940 a 2000 - número de municípios instalados.

Mesorregião	Até 1900	1901-40	1940-49	1950-59	1960-69	1970-79	1980-89	Após 90
Oeste paranaense	-	1	-	4	14	1	12	18
Sudoeste paranaense	-	-	-	7	17	-	3	10
Noroeste paranaense	-	-	-	18	32	1	2	8
Centro-ocidental paranaense	-	-	1	5	12	-	4	3
Norte-Central paran.	-	2	9	31	21	-	4	12
Norte pioneiro paran.	1	10	13	9	11	-	1	1
Centro-oriental paran.	6	2	-	2	1	-	-	3
Centro-sul paranaense	3	-	3	-	4	-	2	17
Sudeste paranaense	3	8	-	3	5	-	-	2
Metropolitana de Curitiba	14	-	5	2	9	-	-	7
Total do Paraná	27	23	31	81	126	2	28	81
Total acumulado	27	50	81	162	288	290	318	399

Fonte: TRE – Resolução nº 314; IPARDES – Base Pública e Tabulações Especiais. Extraído de: IPARDES. Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional – Paraná, 2003. CD-ROM.

A Tabela 1 permite perceber também a nítida concentração, nos anos sessenta do século XX, de núcleos urbanos que obtiveram a condição de município. O ritmo ascendente do número de municípios instalados é generalizado em todo o Paraná, naquela década, resultado direto do grande contingente populacional que se dirigia para as frentes de ocupação do estado nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, quando comparada com os anos cinquenta, a emancipação municipal, realizada na década de 1960, obtém especial destaque no Oeste e Sudoeste paranaenses.

Outro aumento representativo na instalação de municípios ocorreu novamente na década de 1990. Neste período, observa-se que o Oeste teve o maior número de municípios instalados no Paraná, mais uma vez seguindo o contexto de incentivo a esse processo verificado em todo o estado e mesmo no país, em razão da maior facilidade de emancipação oferecida pela Constituição Federal de 1988.

Destacamos que o fenômeno recente de instalação de municípios no Oeste e Sudoeste é um indicador de como também é relativamente recente a ocupação mais acelerada e de forma sistematizada destas partes do estado. Procurando complementar esta interpretação, fornecemos dados sobre o conjunto da população aí instalada até meados do século XX.

Até este período, a maior parte da população do Oeste-Sudoeste, predominantemente

voltada para atividades agrícolas e extrativistas, não formava uma frente de colonização expressiva e os núcleos de povoamento eram bastante modestos em termos populacionais, mesmo para os padrões da época.

Para respaldar as afirmações feitas acima, valemo-nos de informações sobre os primórdios da ocupação do Sudoeste paranaense, disponíveis no estudo realizado, na região, por Corrêa, nos anos de 1960. Por meio desta pesquisa, se verifica-se que o recenseamento de 1900 apresentava o município de Clevelândia (que na época abrangia toda a atual Mesorregião do Sudoeste) com uma população pouco superior a 3.000 habitantes, destacando-se a área onde foi instalada a Colônia Militar do Chopim (1882). Em 1920, os dados indicavam a presença de 6.000 pessoas, representando uma densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Passados vinte anos (em 1940), a densidade era de apenas dois habitantes por quilômetro quadrado (CORRÊA, 1997, p.237-239).

Em 1950, a área do município de Clevelândia ainda encerrava todo o Sudoeste, desde os limites de Palmas até a divisa com a Argentina, o resultado do censo demográfico, daquele ano, apontava a existência de 54.167 habitantes, concentrados no leste do município (ROCHA, 1997, p. 09).

No Oeste paranaense, a ocupação permanente só apresentaria sinais de maior vigor a partir do início dos anos de 1950, inclusive, sendo afetada por desdobramentos de conflitos pela terra ocorridos no Sudoeste.

Até 1950, Foz do Iguaçu era o único município instalado na região Oeste e contava com uma população total de 12.010 habitantes, de acordo com o censo demográfico realizado naquele ano. A população de Cascavel, que então fazia parte do município de Foz do Iguaçu, era composta por 4.411 habitantes, dos quais quase 90% residiam na zona rural (PIERUCCINI et al., 2003, p. 112; 119).

Integração do Oeste-Sudoeste aos marcos da expansão capitalista – a frente pioneira

O Sudoeste e o extremo Oeste paranaenses foram ocupados de forma mais sistemática e ordenada, na esteira dos acontecimentos que se precipitaram, desde a Revolução de 1930, que inaugurou o chamado período Vargas. Entre as suas metas para impulsionar uma fase de desenvolvimento para o país, este governo pretendia proporcionar as condições necessárias para a real ocupação das extensas faixas de terras do interior, buscando integrá-las a um modelo de desenvolvimento associado aos centros de poder econômico e político localizados no Sudeste brasileiro.

A *frente de expansão* foi influente por um longo período no país, começou a declinar com a Marcha para Oeste (na década de 1940) e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da *frente pioneira* sobre territórios novos, em geral, já ocupados por grupos característicos da frente de expansão (MARTINS, 2009, p. 151).

Até o início do século XX, o Brasil possuía um conjunto de “economias regionais” que não apresentavam maiores articulações entre si. As medidas implementadas a partir do movimento de 1930 significaram a entrada do Brasil em uma nova fase política e econômica, privilegiando a industrialização e levando à gradativa superação da economia de arquipélago.

As construções de estradas, o aumento de trocas comerciais internas e o processo de colonização são os aspectos mais visíveis da busca de integração econômica, com as suas bases sendo lançadas pela economia cafeeira do Sudeste do país e tendo o estado de São Paulo como pólo da economia capitalista, cujo parque industrial se organizou de maneira a tornar-se o principal fornecedor de produtos manufaturados para todo o país.

No tocante à colonização planejada, havia o programa Marcha para o Oeste, resultado de ações planejadas pelo governo federal centralizador, o qual adotava políticas de colonização que

se desdobravam em duas frentes: uma na qual o Estado tinha uma ação direta na sua efetivação, por meio de projetos de colonização empreendidos pela própria União ou pelos governos dos estados; e outra através de concessões feitas pela União ou pelos estados (que também possuíam essa prerrogativa) às empresas privadas constituídas com o objetivo de promover uma colonização dirigida. No Oeste e Sudoeste do Paraná, esta colonização dirigida teve a participação tanto do Estado quanto das empresas privadas.

Até as primeiras décadas do século XX, a forma de exploração no Oeste deu-se com as obras e o sudoeste caracterizava-se por uma ocupação designada como cabocla, para diferenciar da fase seguinte, feita pelos colonos do sul.

Na década de 1940, são colocadas em curso, no Oeste e no Sudoeste, algumas iniciativas oficiais, nas esferas dos governos estadual e federal, conjugadas com uma série de interesses de empresários envolvidos com projetos de colonização e extração de madeira. Este novo contexto passou a alterar substancialmente a paisagem então predominante.

Entre as iniciativas da União, temos a criação do Território Federal do Iguaçu, formado pelo Oeste-Sudoeste paranaense e Oeste de Santa Catarina, com o objetivo de contribuir com a ocupação da faixa de fronteira. O Território Federal do Iguaçu, apesar da existência efêmera (foi criado em 1943 e extinto em 1946), serviu como argumento que tentou, muitos anos depois, legitimar a reivindicação da criação do Estado do Iguaçu. Mesmo sem contar com um apoio popular representativo, esta proposta reiteradamente é evocada por determinados grupos políticos, especialmente em períodos eleitorais ou quando há o conflito dos interesses regionais com a esfera estadual ou federal.

O governo paranaense, interessado na colonização de suas terras devolutas e de antigas concessões retornadas ao seu patrimônio, passou a fundar colônias ou fornecer concessões para empresas privadas atuarem na região.

O Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX, tomou de empréstimo vultuosas somas de dinheiro originário da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos para financiar empreendimentos, como a ocupação dirigida do interior do país. Assim, podemos afirmar que a economia sempre esteve estruturalmente atrelada a capitais estrangeiros, sobretudo, na fase imperialista do Capitalismo, quando é possível notar a presença de empresas de capital estrangeiro atuando no Brasil e no Paraná.

As mudanças no território paranaense eram resultado também de políticas públicas adotadas pelo governo do estado, que procurava inserir o Paraná no curso da pretendida modernização, cujo papel reservado para o migrante interessado em se estabelecer nestas terras era estratégico para garantir a efetiva ocupação e produção espacial.

Fez-se várias concessões de terras para empresas particulares viabilizarem a ocupação planejada de grandes áreas do território. No entanto, muitas delas apenas exploravam os recursos naturais disponíveis, especialmente a madeira, sem a contrapartida de realizar investimentos que resultassem na efetiva ocupação das terras. Esta prática, inclusive, levou o Governo Vargas a cancelar muitas das concessões feitas pelos governos anteriores.

As empresas colonizadoras privadas tiveram um papel importante no direcionamento e ingerência na forma de integração da Mesorregião Oeste ao sistema produtivo mercantil, não se limitando apenas à venda de terras, mas procurando participar de outros empreendimentos que consideravam lucrativos, como as serrarias. Nesse sentido, consideramos que a análise de Martins sobre frentes pioneiras alcança sua materialidade no caso do Oeste do Paraná.

A característica imediata desta última [frente pioneira] é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da reprodução desta. O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira

a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. (MARTINS, 1976, p. 47).

É a partir deste contexto de entendimento teórico que precisa ser avaliada a atuação das empresas colonizadoras no Oeste do estado. Neste sentido, uma empresa imobiliária que teve atuação destacada no processo de colonização desta região foi a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ. Esta empresa, formada por comerciantes gaúchos, adquiriu, no ano de 1946, a fazenda Britânia, composta por uma área de 274.845 hectares que pertencia à Companhia Maderas del Alto Parana, cuja sede situava-se em Buenos Aires.

A MARIPÁ passou a se dedicar à atividade de extração de madeira até 1949, quando começou a colocar em curso seu projeto de colonização. Entre seus objetivos comerciais, além da venda de terras, constava a continuidade da extração, beneficiamento a exportação de madeira através do porto Britânia, construído e utilizado, para o mesmo fim, pela companhia anteriormente proprietária da fazenda.

Com a instalação de sua sede no município de Toledo (então uma pequena vila construída para ser o centro administrativo da colonização), a companhia MARIPÁ tomou uma série de medidas que resultou na efetiva e relativamente rápida ocupação da área adquirida. Privilegiou-se a divisão das terras em pequenas propriedades (chamadas de colônias), com tamanho aproximado de 10 alqueires (24 hectares), procurando dividir os lotes de maneira que cada propriedade contasse com um curso d'água. A opção pela divisão das terras em pequenas propriedades tinha razões bastante pragmáticas do ponto de vista comercial, segundo interesses ligados à empresa colonizadora.

A estratégia adotada permitia à empresa obter mais lucros com cada lote vendido, além deste sistema ter sido necessário para atrair um grande número de pessoas para povoar a região, estando dentro dos planos ligados, também, à urbanização.

No que se refere aos grupos colonizadores dessa parte do Estado, a MARIPÁ procedeu a um direcionamento preciso quanto às suas origens. De forma deliberada, os diretores da companhia divulgaram o empreendimento e vendiam as terras preferencialmente para gaúchos e catarinenses, na sua maioria de ascendência italiana ou alemã.

A seleção era feita pelos próprios responsáveis pela Companhia, havendo o interesse de atrair comerciantes e agricultores experientes do interior dos dois estados sulinos para ocupar a porção sul da Fazenda Britânia. O norte da fazenda, uma faixa que possuía características de terras próprias ao cultivo do café (terça parte da área total), seria reservada para os agricultores do Norte do estado do Paraná e de outros estados brasileiros, mas a sua ocupação só ocorreria após os colonos catarinenses e gaúchos terem se fixado na parte sul. (SAATKAMP, 1984, p. 44).

Os primeiros núcleos de povoamento foram formados assim que se iniciou a venda das terras, em 1947, já havia casas e alguns estabelecimentos comerciais em Toledo, além, é claro, do escritório da companhia. Em 1951, surgiram as primeiras casas de General Rondon (município atualmente denominado de Marechal Cândido Rondon), o segundo núcleo que mais prosperou entre os planejados pela empresa, superado apenas por Toledo, que, neste mesmo ano, fora elevado ao conceito de cidade, sendo, posteriormente, criado o município com o mesmo nome.

Do projeto de colonização dirigida por essa e outras empresas privadas no Oeste, deve ser mencionado ainda que a exploração da madeira encontrava-se associada à venda de terras e há o registro de disputas fundiárias violentas, envolvendo posseiros e as empresas. É o caso do conflito armado que ocorreu na localidade de Jardinópolis, em 1961. Este distrito, juntamente com Flor da Serra, formou o município de Serranópolis do Iguaçu, sendo que mais da metade de sua área pertence ao Parque Nacional do Iguaçu. Há também o registro de violentas disputas por terras, no início da ocupação do município de Matelândia.

Foi no Sudoeste paranaense, no entanto, que ocorreu o conflito de maior repercussão.

Diferentemente da região Oeste, a colonização do Sudoeste, em curso nos anos de 1940 e 1950, caracterizou-se pela maior presença do Estado no processo, sendo reservado um perfil conflituoso às ações das companhias colonizadoras particulares.

Na década de 1940, registram-se mudanças no Sudoeste que apontavam para a superação da forma de organização social e econômica cabocla. Tratava-se da constituição de uma nova fase amparada na migração catarinense e, sobretudo, gaúcha, cujos colonos se estabeleceram na região pela ocupação de terras devolutas ou pela compra da posse do caboclo, ou, ainda, pela colonização dirigida, cujo contexto motivador é encontrado na política estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas que, ao assumir o poder, pôs em curso profundas reformas de cunho político-econômico e social para o país.

A partir da iniciativa estatal e da chegada dos agricultores, vindos do Sul, familiarizados com as práticas “modernas”; os caboclos do Sudoeste foram gradativamente expulsos ou incorporados sob a nova forma de produção. O episódio marcante, na formação socioespacial do Sudoeste, refere-se ao conflito fundiário que repercutiu nacionalmente em 1957, mas que foi deflagrado anos antes.

A disputa pela posse de terras no Sudoeste tem sua origem na concessão de terras feita pelo Governo Imperial, no século XIX, como forma de pagamento a empresas estrangeiras que atuavam no ramo de construção de ferrovias no país, com o objetivo que estas empresas estendessem a malha ferroviária de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Depois de várias transferências do direito de concessão, as terras foram tituladas, nas primeiras décadas do século XX, formando as glebas de Chopim e Missões que correspondiam a quase totalidade do território do Sudoeste paranaense.

Como já foi mencionado, em 1930, o Governo Vargas revisou os contratos de concessão, rescindindo aqueles que julgava irregulares. Entre estes, constavam os referentes às terras do Sudoeste paranaense, que então pertenciam à *Brazil Railway* e que foram incorporadas pela União, por decreto, em 1940.

Entre as ações do Governo Vargas para incentivar a ocupação de novas áreas pelo interior do país, estabelecendo novas fronteiras de ocupação, destaca-se a criação de colônias agrícolas. Dentre estas, há o caso da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), criada pelo governo federal, em 1943, e responsável pelo processo de ocupação do Sudoeste paranaense.

O diferencial dessa experiência baseava-se nas condições favoráveis à ocupação, fornecidas pela União. O projeto não se limitava a dar terra ao agricultor, ofereceria-lhe também ajuda técnica, assistência social e de infraestrutura. De acordo com Gomes, este diferencial, em relação a outros projetos de colonização feito por empresas privadas ou pelo próprio Estado, atraiu grande número de pessoas interessadas em adquirir terras no Sudoeste do Paraná.

O sistema de pequena propriedade adotado na colonização, sem ônus para o agricultor, com um serviço de infra-estrutura e assistência de saúde e educação totalmente gratuitos, aliado a uma forte propaganda que se fazia no Rio Grande do Sul, atraiu em poucos anos milhares de famílias para a região. O crescimento da população acompanhou o crescimento das condições que estavam sendo dadas para que a região produzisse e colocasse essa produção no mercado. (GOMES, 1987, p. 19).

A implantação do projeto dessa colônia agrícola poderia figurar como uma iniciativa promissora, porém, no contexto de disputa por terras que predominava fortemente nas frentes de colonização da época, em todo o Paraná, o Sudoeste não se revelou exceção. Ao contrário, nesta área do Estado ocorreu o conflito que mais teve repercussão, na época, em todo o país.

A situação de tensão tem início com a participação de empresas imobiliárias que questionaram a legalidade da posse da terra oferecida pela CANGO. Nesta ofensiva, destaca-se a Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA), que, posteriormente, tornou suas concessionárias outras duas empresas: a Companhia Comercial Agrícola Paraná Ltda. e a Companhia Imobiliária Apucarana.

A CITLA, além de incorporar os interesses econômicos dos seus proprietários, possuía

um trunfo político que facilitava sua atuação: o governador do Paraná, na época, Moisés Lupion (mandatos de 1947-1951 e de 1956-1961) era um dos sócios da empresa; oferecia o apoio necessário aos interesses do estabelecimento. Esta companhia atuou na região, entre 1950 e 1957, com casos comprovados de violência e assassinatos que visavam intimidar os colonos, procurando convencê-los a aderir à proposta de “regularização” de sua situação junto à empresa.

O envolvimento de Lupion e a violência praticada na região são enfatizados em diversos trabalhos desenvolvidos sobre o assunto. Entre estes, selecionamos uma passagem que aborda esta questão.

[...] com a entrada da CITLA, os agricultores deveriam pagar por aquilo que já haviam recebido de graça da CANGO. E como a CITLA sabia que suas pretensões sobre aquelas terras eram ilegais, ela era obrigada a agir com pressa: os pagamentos deveriam ser feitos praticamente a vista e a lei imposta pela CITLA era: ou paga, ou sai, ou morre. A CITLA, através de sua polícia particular, espalhou o terror pela região. Quem não quisesse obedecer a lei da CITLA corria perigo de vida e, de fato, as vítimas se contam às dezenas. [...] Esta [a CITLA] apoiava-se antes de tudo no poder estadual – além de contar com a preciosa omissão do executivo federal, que, por razões de fidelidade política não podia se opor as atividades da companhia à qual pertencia Moisés Lupion. (ABRAMOVAY, 1981, p. 43).

O interesse que o Sudoeste despertou junto ao governador Lupion procedia da atividade empresarial a que estava ligado – a exploração da madeira.

A madeira foi o grande negócio do chamado “Grupo Lupion”, que se dedicava à sua extração, beneficiamento e exportação. Esta atividade, tendo um caráter eminentemente extensivo, transformou a região Sudoeste em locus privilegiado para os interesses do grupo. (COLNAGHI, 1991, p. 10).

A exploração dos “sertões” do Paraná pautou-se principalmente no cultivo do mate e da extração de madeira para a exportação. Ao final da Segunda Guerra Mundial as exportações de madeira ampliaram-se em razão da retomada da normalidade do comércio internacional e da demanda para a reconstrução nas áreas atingidas pela guerra.

As ações, estratégias e interesses dos grupos empresariais de colonização privada na região encontra relação com o que ocorria no restante do país. Para Iokoi (2001), o Brasil se constituiu nesta conexão imbricada entre o moderno e o arcaico, que forma um mesmo movimento. Para a autora, os interesses voltados à concentração fundiária do país organizam uma gama de dominação do circuito do ramo na modernidade, na qual os velhos latifundiários também são banqueiros, dirigentes de meios de comunicação e estão diretamente envolvidos com a política.

Quem é o senhor Moisés Lupion, ao fim e ao cabo, senão um grande grileiro de terras, que lá atrás usou um mecanismo que foi dado pela Lei de Terras. A Lei de Terras transformou a terra em equivalência de capital (preço-valor), mas fez com todos aqueles que eram os antigos concessionários das sesmarias ganhassem esse atributo de capital. Portanto, aquela velha tradição carcomida do domínio, ficou moderna. (IOKOI, 2001, p. 20-21).

Depois de vários episódios envolvendo violência e disputa política, a situação no Sudoeste chegou a tal ponto de tensão que resultou na resistência armada por parte dos agricultores, com o objetivo de se defenderem dos jagunços contratados pelas companhias imobiliárias. Os agricultores se organizaram e dominaram, no ano de 1957, as cidades de Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. Nesta última estavam instalados os escritórios sedes da CITLA e da Companhia Comercial Agrícola Paraná Ltda., que foram destruídos.

Devido a repercussão do conflito, junto à imprensa e à esfera política nacional, o governo federal pressionou o executivo paranaense a buscar uma solução negociada.

Foi estabelecido um acordo com os agricultores, que depuseram as armas, em troca de

serem atendidas algumas exigências, como a retirada das companhias colonizadoras da região e a regularização da propriedade da terra no Sudoeste. Esta medida só foi concretizada em 1961, quando as terras em litígio passaram pelo processo de desapropriação por utilidade pública, estabelecida por decreto federal para isso, foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), em atividade entre 1961 e 1973, responsável pela regularização fundiária e colonização das glebas desapropriadas. No processo de demarcação das terras, o GETSOP adotou o critério de respeitar as linhas divisórias acordadas entre os agricultores, mesmo que resultasse em lotes de formas e dimensões irregulares.

Outra atribuição conferida ao GETSOP era a de regularizar a exploração da madeira na região. Em 1962, o GETSOP detectou 270 serrarias no Sudoeste. Quem possuía algum capital instalava uma serraria e começava a derrubada das árvores, pois não tinha garantias de que o pinheiral fosse de sua propriedade futuramente, já que a situação fundiária ainda estava por ser regularizada. (WACHOWICZ, 1987, p. 227). As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela intensificação da derrubada da mata de araucária, que predominava em todo o Sudoeste.

O projeto de colonização implantado pela CANGO representou a inserção do Sudoeste em uma nova fase, marcada por intensas mudanças, como a gradativa eliminação da forma de ocupação cabocla, assimilada à forma social de produção trazida pelos colonos do sul e por uma conjuntura que forçou o pequeno agricultor que migrou para esta região, a pegar em armas para resistir à ação de empresas que personificavam o capital especulativo fundiário no estado.

Esses desdobramentos históricos contribuíram para a manutenção de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar, que se tornou predominante. É o que se deduz dos seguintes dados: em 1970, 94% dos estabelecimentos agrícolas possuíam menos de 50 hectares, o que representava 69% área total ocupada no Sudoeste. (FERES, s/d, p. 526).

Os dados populacionais são indicadores de como o Sudoeste passou de uma região escassamente povoada para uma condição que despertou o interesse de muitos migrantes, em poucas décadas. Segundo Feres (s/d, p. 499), a população desta parte do estado passou de 76.373 habitantes, em 1950, para 230.379 habitantes, em 1960. Ainda segundo o autor, a taxa de crescimento populacional no Brasil, nesta mesma época era de 3,12%, e a do estado do Paraná, de 7,23%, enquanto o Sudoeste atingia 12,4% de crescimento.

Uma consulta à tabela 1 revela como as transformações nessa região refletiam na instalação de municípios, passando da condição de inexistência de município instalado até o início dos anos cinquenta do século XX, para a instalação de sete municípios ao final daquela década e a emancipação de outros 17 na década de 1960.

Considerações finais

Como é possível perceber, a integração econômica, social e política do Oeste-Sudoeste, de forma subordinada e complementar à dinâmica dos principais centros produtores, na escala paranaense e nacional, é paralela à inserção brasileira no contexto do Capitalismo monopolista que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial.

Considerando a avaliação de Santos e Silveira, nesse momento, o próprio Brasil encontrava-se em uma situação de intensificação do processo de integração nacional. A partir de 1945 e 1950 a indústria brasileira ganhou novo ímpeto e São Paulo afirmou-se como a grande metrópole fabril do país. Muitas estradas foram construídas e o Brasil foi integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que permitiram o surgimento de importantes cidades no interior. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 43-44).

Quanto à integração do Oeste-Sudoeste paranaense, constata-se o seu impulso no final dos anos de 1940, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, quando houve au-

mento da presença de colonos gaúchos e catarinenses interessados em fixar-se nestas terras, levados pelo processo de expansão da fronteira agrícola.

Foram construídas as condições para a materialização da frente pioneira, quando o modo de ocupação na fronteira passou por transformações significativas amparadas no que se convencionou chamar de Capitalismo moderno, mas trazendo consigo as contradições que permitem identificar a manutenção de práticas arcaicas que compõem este “novo”.

Nesse sentido, ressaltamos o caráter de formação socioespacial conservadora no espaço de fronteira ocidental paranaense que, apesar do conjunto de especificidades na sua constituição, apresenta associação com processos similares que ocorriam por todo o país.

O Brasil possuir um amplo território (o que significa aspectos bastante variados de ambiente, formação histórica etc.), mas é possível reconhecer algumas características, neste espaço de fronteira, que resultam de determinações inerentes à escala do Estado brasileiro, como a desigualdade na distribuição de renda, a instalação da moderna produção agrícola voltada para a exportação e o conflito fundiário.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense**. 1981. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

BANDEIRA, Monis. **Cartéis e Desnacionalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, vol. 1, 1969.

BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguassú e fundação da Colônia Militar. (1938). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. XX-XII, p.49-72, 1977.

CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Rio de Janeiro: Editora Almeida e Torres, 1926.

CARDOSO, Jayme A.; WESTPHALEN, Cecília M. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

COLNAGHI, Maria C. O processo político de ocupação do Sudoeste. In: PAZ, Francisco (org.). **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

_____. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena (PR): Prefeitura Municipal, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: FIBGE, Ano 32, nº 1, p.87-98, 1970.

_____. O Sudoeste paranaense antes da colonização. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 237-260.

DIAS, Edson dos Santos; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A ação de uma companhia privada de colonização no processo de ocupação do Norte paranaense. **Tempos Históricos**. Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, nº 1, p. 111-136, 2002.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história so-**

cial do Brasil. Amsterdam : Latin América Studies., nº 56, s/d.

GOMES, Iria Z. **1957 – a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1987.

HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio. **Nas Malhas do Poder**. História cultura e espaço social. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2011.

IOKOI, Zilda G. Entrevista concedida ao Conselho Editorial da Revista **Tempos Históricos**/ Unioeste. *Tempos Históricos*. M.C.Rondon, v.03, nº 1, p. 9-30, ago. 2001.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional** – Paraná. Curitiba: IPARDES, 2003b. CD-ROM.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão (PR): GRAFIT, 1998.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1976.

MORAIS, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NICHOLLS, Willian H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, nº 26, p. 19-53. 1971.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secret. da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PIERUCCINI, Mariângela A.; TSCHÁ, Olga da C.P.; IWAKE, Shiguero. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In: PERIS, Alfredo F. (org.) **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

PRESTES, Anita L. **Os militares e a reação republicana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SODRÉ, Nelson W. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Círculo do Livro, [198?].

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

_____. Paraná, **Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Editora Vicentina, 1987(a).

_____. **Obrageiros, mensus e colonos: História do oeste paranaense**. Curitiba: Editora Vicentina, 1987(b).

WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, Departamento de História, nº 7, p.1-52, 1968.

Correspondência:

Edson dos Santos Dias

E-mail: edias88@yahoo.com.br

Recebido em 20 de julho de 2014.

Aceito para publicação em 20 de abril de 2015.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.1 p. 07-26, jan./abr. 2015

**O processo de formação social
do espaço de fronteira do
oeste-sudoeste paranaense**



Wilson Martins Lopes Junior*

Turismo de segunda residência na orla do distrito de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

Resumo: A geografia do turismo colabora na compreensão da complexidade do espaço turístico, analisando as relações sociais materializadas decorrentes das interferências turísticas. Neste sentido destacam-se as segundas residências em áreas turísticas, uma modalidade de alojamento turístico que cresce significativamente. A presente pesquisa abordou as diferentes definições da modalidade de turismo de segunda residência, e, também, diagnosticou empiricamente as segundas residências existentes na Praia do Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico, trabalho de campo, quantificação de segundas residências. Identificou-se expressivo número de segundas residências em relação às habitações tradicionais, que, certa forma, alteraram a organização espacial e introduziram mudanças socioespaciais que contribuem para a segregação urbana.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor adjunto no Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Second residence tourism in São Tomé district's beach in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

Abstract: Tourism Geography collaborates on the comprehension of the complexity of tourism space, analyzing the social relations materialized due to tourism's interference. On this sense, second residences stand out on tourism areas, one modality of tourism housing that significantly grows. The present research approached the different definitions of the modality of tourism of second residence, and also empirically diagnosed the second residences on Praia do Farol de São Tomé on Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. The methodology consists on bibliographic research, field study, and quantification of second residences. It was indentified an expressive number of second residences in relation to traditional houses, that, in certain way, alter the spatial organization and introduce social-spatial changes that contributes to urban segregation.

Palavras-chave:

Geografia do turismo; turismo litorâneo; norte fluminense.

Key-Words:

Tourism geography, coastal tourism, north fluminense.

Introdução

O turismo é uma prática social, dinâmica e complexa, que compreende fatores de diferentes cunhos, tais quais econômicos, ambientais e culturais. Em sua realização é essencial que haja o deslocamento do fluxo de pessoas em suas viagens. As viagens, essencialmente com finalidades recreativas e de lazer, somadas com todas as ações envolvidas na realização destas, caracterizam o turismo.

Para o turismo, o deslocamento das pessoas no espaço é essencial, para tanto se faz necessário um conjunto de infraestruturas logísticas – localidades emissoras e receptoras de turistas. Dessa forma, esses espaços geográficos são alterados recebendo influência expressiva da prática turística. Portanto, a relação entre o turismo e o espaço é íntima de modo que o primeiro necessita do segundo e, justamente por causar inúmeras alterações espaciais, o turismo torna-se objeto de estudo geográfico.

A interface da geografia com o turismo ocorre devido às alterações que essa atividade provoca no espaço geográfico, isso porque o turismo cria e recria formas espaciais por meio de um processo de estruturação. Essa apropriação do espaço e de seus elementos pelo turismo configura-se num processo resultante da ação de diferentes atores, como os próprios turistas, os planejadores, empresários do setor, promotores territoriais, entre outros que influem diretamente no ordenamento dos espaços apropriados.

Para Coriolano (1998, p.21) “O turismo é uma atividade que se desenvolve por meio dos elementos dos espaços geográficos.” Ou seja, o turismo se desenvolve com base nos elementos do espaço. Em sua prática, o turismo necessita de elementos e objetos instalados no espaço geográfico, uma infraestrutura de equipamentos específicos que sustentam sua atividade e desenvolvimento. Essa intervenção espacial será maior conforme o crescimento do turismo.

A crescente importância do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial. Para que o turismo – inserido na lógica de uma atividade econômica organizada – possa acontecer, faz-se necessária a criação de um sistema de objetos, que estão relacionados à locomoção de pessoas, à sua hospedagem, às suas necessidades de alimentação, capaz de atender à demanda de ações que lhe é própria (CRUZ, 2000, p. 8).

Portanto, o turismo apropria-se de partes do espaço geográfico alterando-as e influenciando na produção do espaço turístico, de modo a garantir a infraestrutura de hospedagem. Pode-se destacar que o turismo, por si só, também tem seus próprios objetos, tais como parques temáticos, restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis, pousadas, resorts, segundas residências, entre outros. Nesta perspectiva de produção e consumo do espaço pelo turismo, evidencia-se a apropriação direta e indireta do território, outro importante conceito geográfico.

Neste contexto, insere-se outro conceito chave da ciência geográfica, o território, uma vez que as modificações decorrentes do turismo se concretizam neste, de forma a reordená-lo sob a lógica de tal atividade. Assim, o território só existe por conta de agentes e atores que o constroem e territorializam o espaço. Desta forma, o homem, as empresas e o Estado produzem o território a partir do espaço por meio das relações de poder instituídas. No caso do turismo, o território é o palco das suas ações, pois para o turismo acontecer, é necessário que se faça uso da infraestrutura instalada no território, assim como instalar outras que sustentem sua atividade.

No que se refere à infraestrutura turística, a de alojamento é essencial a essa atividade, pois o turista é um indivíduo que está fora de seu local de origem, residência, necessitando de hotéis, pousadas, resorts, assim como das segundas residências. Justamente sobre estas últimas é que se realizou essa pesquisa, na qual se estudou esta modalidade de residência e as suas mudanças socioespaciais na Praia do Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

O turismo e as segundas residências

De forma geral, as segundas residências ou residências secundárias, constituem-se imóveis privados, adquiridos com o propósito do lazer de fins de semana e de férias, enfim, do turismo de seus proprietários. Essas residências são aquisições de uma parcela da população que tem condições financeiras de manter duas residências, a sua principal (primeira) na qual residem na maior parte do ano, e a segunda para o lazer, o que obviamente gera gastos, por exemplo, com a sua manutenção. No entendimento de Tulik (2001, p.9) “Residência secundária, portanto, opõe-se à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não”.

Para Tulik (1995), as segundas residências apresentam-se como alojamentos turísticos particulares que são ocupados em períodos de lazer por pessoas que, por sua vez, têm residências, ou seja, domicílios em outra localidade. Ainda sobre estas, Tulik (2001, p.9) diz: “Ninguém reside, permanentemente, em residência secundária, mas ocupa esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância do domicílio principal”.

Merece ênfase que apesar do princípio da ideia de segunda residência sustentar-se na compra do imóvel para o lazer do próprio comprador/proprietário, há casos de segundas residências que são locadas por seus proprietários para turistas em determinadas épocas do ano, nas quais os proprietários não utilizam os seus imóveis.

Foi apenas na década de 1950, segundo Becker (1995), que surgiu no Brasil esse tipo de residência, em razão de duas mudanças significativas: o novo modelo de transportes, decorrente da implantação e dos estímulos à indústria automobilística, e também a emergência de novos estratos sociais médios nas cidades, o que favoreceu o lazer e o turismo em um âmbito mais geral. O estudo pioneiro sobre a temática no Brasil é de Odete Seabra, datado da década de 1970, no qual se estudou o crescimento urbano no litoral paulista. Vale destacar que as conquistas trabalhistas e o tempo de ócio, associados ao uso do automóvel pelas classes média e alta favoreceram a aquisição de segundas residências, fossem ou não no litoral.

Autores como Tulik (2001) e Assis (2003) destacam que a segunda residência, enquanto modalidade de residência, tem crescido muito no país, bem como no resto do mundo. Isso pode ser facilmente observado na produção imobiliária crescente de domicílios turísticos específicos para alojarem os turistas durante determinado período de tempo, portanto, residências secundárias. Neste grupo incluem-se quaisquer tipos de habitações, como chalés, condomínios fechados, resorts, casas individuais, entre outras.

[...] residência secundária, portanto, é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar (TULIK, 2001, p. 9).

No entanto, as segundas residências não se restringem ao lazer garantido aos seus proprietários, pois também geram repercussões socioespaciais nos lugares onde estão localizadas. Pode-se dizer que a presença de segundas residências em localidades turísticas possui caráter ambíguo. Por um lado, estas trazem um retorno para a economia local, uma vez que estimulam, mesmo que sazonalmente, os mesmos serviços que residentes locais utilizam. Além disso, a presença desses imóveis representa um aumento na arrecadação de impostos. Por outro lado, a presença de uma grande quantidade de imóveis de segunda residência pode acarretar uma inflação no preço dos imóveis gerando uma especulação imobiliária expressiva, de modo que se tornam precárias as condições de moradia acessível para grande parte da população local. Esse processo, portanto, gera a segregação espacial e favelização das cidades turísticas.

Seabra (1979) aponta problemas em relação aos preços dos terrenos e formas de ocupação.

A mesma autora ainda adverte para risco de uma cidade perder suas características balneárias e restringir-se a um centro de comércio e serviços com o predomínio das segundas residências. Essa forma de alojamento também é responsabilizada por outros problemas:

[...] desalojarem com suas edificações e infraestruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e pesqueiro e provocarem turbulência a níveis culturais e sociais (perfis de emprego, alterações de estilos e horizontes de vida, etc.) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição das qualidades das águas doces e oceânicas etc.) (BARROS, 1998, p. 28).

Questões como estas podem fazer com que o turismo ocorra de forma impactante e negativa ao local, de modo a alterar a paisagem natural para adequá-la a lógica de sua venda, ou seja, não se considera os valores paisagísticos e ambientais particulares. Deste modo, existem conflitos entre população local e turistas decorrentes da ação do mercado, pois o aumento da procura por propriedades pode levar à especulação imobiliária. Neste contexto, vale dizer que o mercado, como lembra Knafou (1996), é o responsável pelos espaços serem turistificados, de modo que o econômico passa a determinar o turismo e cria os produtos turísticos para serem vendidos aos consumidores evidenciando o marketing turístico.

Mas o turismo, na perspectiva de Ignarra (2003) tem seus impactos econômicos tanto positivos quanto negativos. No caso dos positivos o autor destaca o aumento da renda no destino turístico, e, no caso dos negativos, menciona o processo inflacionário desencadeado por essa atividade. Para Rejowski (1996) no turismo pode-se identificar alguns benefícios como: geração de emprego e de renda, aumento da arrecadação de impostos, atração de investimentos, entre outros. No caso dos prejuízos, a referida autora destaca, entre outros o aumento da economia informal, do custo de vida, a especulação imobiliária.

Existem ainda outros impactos na esfera ambiental e sociocultural, como por exemplo, a questão do lixo, de esgoto e da água tratada, a descaracterização cultural, a prostituição, abandono de atividades tradicionais, etc. Segundo Ruschmann (2002), o meio natural assim como o sociocultural, sofrem impactos negativos do turismo a ponto destes serem mais expressivos do que os impactos positivos.

Já sobre os impactos socioculturais do turismo, autores como Ferreti (2002) e Fernandes; Coelho (2002) concordam que esses compreendem as mudanças na vida diária dos residentes, principalmente no que se diz respeito ao estilo de vida propriamente dito, valores e questões de ordem intelectual e artística. Para Ferreti (2002), os impactos socioculturais, assim como os econômicos, também podem ser positivos ou negativos, dimensionados principalmente a partir do contato entre os turistas e a população local.

Por fim, essas interferências espaciais do turismo, em suas diferentes ordens, sejam econômicas, ambientais ou socioculturais, estruturam e reestruturam o espaço geográfico, pondo em relevo questões problemáticas que podem comprometer a própria atividade turística.

Segundo Coriolano (2005), os meios de hospedagens turísticas como as segundas residências, hotéis, pousadas, unidades residenciais, aglomerados urbanos e os resorts também provocam alterações em seu entorno, o que conseqüentemente produz e reproduz o espaço geográfico, justificando a necessidade dos estudos da geografia do turismo. Assim, é dessa influência e transformação espacial do turismo que decorre a possibilidade e necessidade da geografia e seu cabedal teórico colaborar em estudos da geografia do turismo, como, por exemplo, estudando as implicações territoriais desta atividade social e econômica.

Como previamente explicado, o turismo acaba por gerar diversas alterações socioespaciais. Algumas delas podem ser positivas, como o aumento de infraestrutura básica e turística, sendo outras delas negativas, como os problemas sociais derivados da especulação imobiliária decorrente do aumento de segundas residências.

Sendo assim, a realização de pesquisas como as de segundas residências, somadas aos

seus resultados, podem colaborar com o planejamento turístico de uma localidade, reduzindo os impactos e favorecendo o desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, a administração pública necessita utilizar as diferentes pesquisas e conhecer a realidade da localidade turística e de seus moradores. Nesta perspectiva intervir fornecendo diretrizes ao desenvolvimento do turismo, minimizando os conflitos intencionando o desenvolvimento social justo.

[...] a busca incessante da melhoria das condições de vida das populações humanas através da diminuição da desigualdade social, política e econômica é o objetivo que deve ser perseguido pelo Planejamento como política do Estado. E o turismo, como tema relativamente novo das Políticas Públicas, deve perseguir o mesmo objetivo [...] (DIAS, 2008, p.10).

O planejamento é a fase operacional que disciplina o uso do território funcionando como instrumento político e ideológico expresso nas políticas públicas. Essas, por sua vez, são essenciais para que as atividades turísticas se desenvolvam, uma vez que nelas estão presentes as próprias estratégias do Estado para o setor.

Sendo assim, é primordial que as políticas públicas relacionadas ao turismo considerem esta atividade sob uma visão holística, que englobe tanto os aspectos positivos, tentando intensificá-los, assim como os negativos, tentando mitigá-los. Dessa forma, buscando estimular a atividade turística de maneira a propiciar um retorno à população.

Objetivos e justificativa

Diante do contexto das transformações socioespaciais, decorrentes da prática do turismo e suas interferências no território, a presente pesquisa centrou-se na temática de segundas residências, tendo enquanto objetivos a identificação deste fenômeno e suas potenciais consequências na orla da praia do Farol de São Tomé, Avenida Olavo Saldanha, no município de Campos dos Goytacazes RJ. Para tanto, os objetivos foram: compreender teoricamente a ocorrência da modalidade de turismo de segunda residência em áreas litorâneas; Identificar a quantidade de segundas residências localizadas na avenida da praia do Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes, região norte fluminense.

O acesso ao distrito do Farol de São Tomé, portal mostrado na Figura 1, se dá através da RJ 216, rodovia Dep. Alair Ferreira mais conhecida como rodovia Campos - Farol. Essa rodovia possui 52 quilômetros de extensão a partir da BR-101 interligando a cidade de Campos dos Goytacazes ao seu litoral, o distrito do Farol de São Tomé.

Figura 1 – Portal de acesso ao distrito de Farol de São Tomé (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Considerando os objetivos propostos, a contribuição desta pesquisa está relacionada ao planejamento turístico, uma vez que seus resultados podem contribuir com o poder municipal e suas políticas públicas. É por meio das políticas públicas que o Estado expressa seu poder, atuando na estruturação de um fenômeno complexo e com tanta variedade de atores sociais e demandas como o turismo. Somente a partir dessas, portanto, é que se viabiliza a apropriação planejada do espaço geográfico pelo turismo, de modo a valorizarem o interesse da sociedade.

Sendo assim, as informações e análises obtidas com a execução desta pesquisa apresentam-se como subsídio ao planejamento e a manutenção da atividade turística, trabalhando em conjunto com ações públicas no delineamento de ações que antecipem possíveis problemas, ou, ainda, que potencializem os benefícios.

Metodologia

A área pesquisada foi a avenida litorânea chamada Olavo Saldanha, conhecida como Avenida Atlântica, localizada no distrito de Farol do São Tomé que, por sua vez, pertence ao município de Campos dos Goytacazes, RJ. Nas Figuras 2 e 3 apresenta-se parte da avenida, do calçadão e de comércios.

Essa avenida é a única da orla da praia do Farol, portanto, é onde se concentram os turistas e as atividades voltadas a esse público, como entretenimento, comércio, alimentação e hospedagem. Esta avenida, no entanto, se destaca em relação ao último item citado, pois é nesta que se localizam grande parte das segundas residências do distrito de Farol de São Tomé, conforme ainda será apresentado.

Segundo Lopes Júnior (2013), a Avenida Saldanha Marinho concentra, em sua extensão, 07 equipamentos de hospedagem (pousadas e hotéis), 63 de alimentação (restaurantes, lanchonetes, quiosques e barracas) e 09 de comércio (lojas de souvenirs e produtos de praia), sofrendo acréscimos na alta estação, com exceção das hospedagens, que se mantêm estáticas. O referido autor justifica que um fator expressivo para a manutenção dos mesmos 07 equipamentos de hospedagem é a existência de segundas residências, localizadas, especialmente, na Avenida Saldanha Marinho.

Na Figura 4, podemos observar, na parte inferior da construção, estabelecimentos comerciais, como uma sorveteria, restaurante e uma pousada. Na parte superior, primeiro plano (esquina), apresentam-se segundas residências.

Figura 2 – Avenida Olavo Saldanha (Fevereiro 2013).



Figura 3 – Avenida Olavo Saldanha (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Figura 4 – Equipamentos Turísticos na Avenida Olavo Saldanha (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

O município de Campos dos Goytacazes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) possui população de 463.731 mil habitantes, sendo a maior cidade do interior fluminense e também o maior município em extensão territorial. A exploração de petróleo e gás natural em sua costa atlântica é o grande destaque de sua economia, configurando-a como a maior produtora de petróleo do Brasil.

Com relação às suas praias de uso turístico, destaca-se a do Farol de São Tomé, Figuras 5 e 6, que recebe o maior fluxo de turistas. De acordo com Lopes Júnior (2013), a praia do Farol tornou-se mais atrativa em decorrência da ação da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, que promove eventos de entretenimento no verão, especialmente shows musicais gratuitos, o que favorece o fluxo expressivo de turistas neste período. Ainda neste contexto, o poder municipal disponibiliza transporte público com tarifa reduzida a custo de R\$1,00 para o trecho de 47 km que separa a cidade de Campos dos Goytacazes de sua praia. Por fim, outro aspecto que contribuiu para a concentração de turistas na praia do Farol, e, conseqüentemente, do distrito do Farol de São Tomé, foi a instalação de um heliporto, usado pela Petrobrás para embarque e desembarque de passageiros/trabalhadores com destino às plataformas de petróleo da Bacia de Campos, assim como o aumento do tráfego de embarcações de apoio às plataformas de petróleo na bacia de Campos.

Figura 5 – Praia do Farol (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Figura 6 – Praia do Farol (Fevereiro 2013).

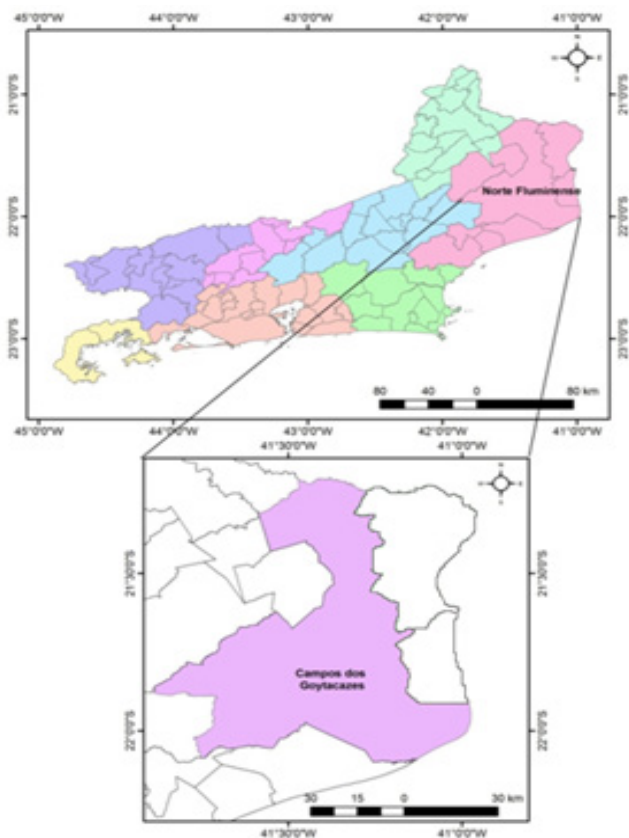


Fonte: arquivo do autor.

Para Pedrosa; Totti (2006) a região norte fluminense é uma área de contrastes econômicos e sociais, sendo que economicamente destacaram-se a indústria sucroalcooleira (século XVIII e XIX) e a do petróleo (década de 1970 até hoje). Os municípios do norte fluminense, apesar do ciclo do petróleo e a quantidade muito expressiva de royalties recebidos pelas prefeituras da região, expressam, segundo Cruz (2006), a desigualdade social através de pobreza, miséria e falta de infraestrutura.

De forma sistematizada, as etapas executadas nesta pesquisa no ano de 2013 foram as seguintes: realização de levantamento bibliográfico através da pesquisa em livros, periódicos, monografias, dissertações e teses sobre a geografia do turismo e as segundas residências; Busca de dados junto à prefeitura do município de Campos dos Goytacazes, sobre possíveis informações referentes às segundas residências existentes na Avenida Olavo Saldanha (Atlântica), na Praia do Farol de São Tomé; Trabalhos de campo periódicos para identificar as segundas residências na orla da Praia do Farol; Entrevistas com proprietários de estabelecimentos comerciais e moradores da localidade, para identificar e quantificar as segundas residências localizadas na avenida da praia do Farol. Além disso, outra fonte de informações para atender a esse objetivo foram as imobiliárias visitadas a tal propósito.

Figura 7 – Localização da área de estudo.

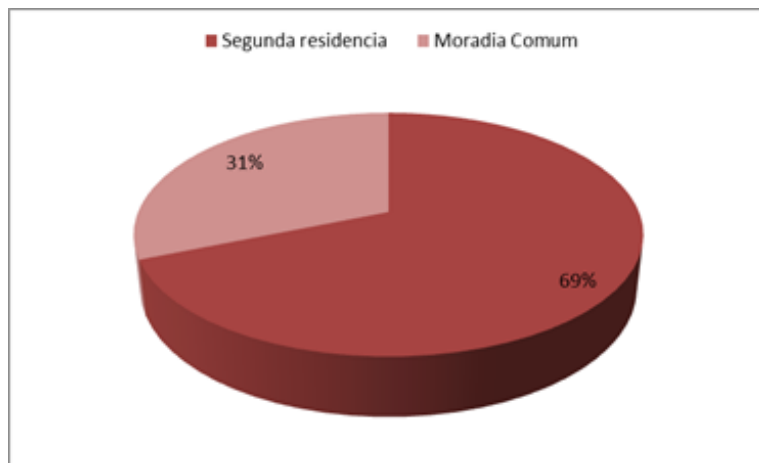


Fonte: elaborado pelo autor.

Resultados e discussão

Através dos procedimentos metodológicos expostos, identificou-se na Avenida Olavo Saldanha (Atlântica), na praia do Farol de São Tomé, um total de 199 residências, sendo que, destas, 137 são segundas residências. Conforme a figura 8, pode-se perceber que 69% das habitações quantificadas referem-se às segundas residências, enquanto os 31% restante constituem-se em residências principais (primeira residência), ou seja, ocupadas efetivamente por seus proprietários.

Figura 8 – Residências encontradas no litoral da praia do Farol de São Tomé



Fonte: elaborado pelo autor.

As Figuras 9 e 10 mostram duas segundas residências na Avenida Olavo Saldanha (Atlântica). Cabe destacar que parte das segundas residências identificadas são eventualmente alugadas por seus proprietários durante o período de alta temporada, como forma de renda, pois nesta época os valores dos aluguéis são elevados, conforme depoimento de alguns moradores e funcionários de imobiliárias locais. A ocupação mais expressiva ocorre nos meses de janeiro e fevereiro, quando a prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes promove nesta praia shows diários gratuitos de cantores com expressão nacional. Esses eventos constituem importante atrativo turístico da localidade.

Figura 9 – Segunda residência (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Figura 10 – Segunda residência (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Considerações finais

O turismo de segunda residência foi identificado na área de estudo. A alta expressividade dos imóveis destinados ao uso como segundas residências na localidade em questão pode ser um indicativo de consequências e fenômenos mais amplos, hipotetizados através do estudo bibliográfico.

Essa predominância de segundas residências permite concluir que a hospedagem na orla se restringe a pessoas com maior poder aquisitivo, que tem a possibilidade de manter uma segunda residência, ou de pagar os altos valores de locação em época de veraneio. Dessa forma, evidencia-se a dinâmica socioespacial a qual o turismo submete à localidade.

A presença menos expressiva de moradias utilizadas como primeira residência pode ser uma evidência de um fenômeno urbano mais amplo, no qual os altos custos da moradia nas áreas associadas a valorização turística podem estar originando um processo de segregação socioespacial.

Referências

- ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano VII, n.º 11, 12 e 13. Set./out., 2003.
- BARROS, N. C. C. de. **Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Universitária da UFPE, 1998.
- BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da política federal do turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1998.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.) **Turismo com ética - Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável**. Fortaleza: UECE, 1998, p.110-120;
- CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, Sylvio B. M. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.
- CRUZ, J. L. V. da. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. In: CARVALHO, A. M. de; TÓTTI, M. E. F., (orgs). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CRUZ, R. C. A. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.
- FERNANDES, I. P.; COELHO, M. F. **Economia do turismo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente**. 1ª ed. São Paulo, SP: Roca, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado: 13/02/2012.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- KNAFOU, R. **Turismo e Território**. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.33-38.
- LOPES JUNIOR, W. M. Estudo preliminar da modalidade de turismo e da infraestrutura instalada no litoral da região norte fluminense como subsídio ao planejamento turístico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, pp.384-399.
- PEDROSA, P., TÓTTI, M. E. F. Região norte fluminense: terra de contrastes. In: CARVALHO, A. M. de, TÓTTI, M. E. F., (orgs). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- REJOWSKI, M. **Turismo sob a óptica dos monitores municipais**. Brasília: Embratur, 1996.
- RUSCHMANN, D. M. **Turismo no Brasil: Análises e Tendências**. 1ª ed. São Paulo, SP: Manole, 2002.
- SEABRA, O. C. de L. A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano. 122 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1979.
- TULIK, O. Residências Secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. **Tese** (Livre-docência) Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.
- TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

Correspondência:

Wilson Martins Lopes Junior

E-mail: wmlopesjunior@id.uff.br

Recebido em 24 de julho de 2014.

Revisado pelo autor em 24 de março de 2015.

Aceito para publicação em 30 de março de 2015.



Cafés coloniais como referência cultural e atrativo turístico no município de Agudo-RS/Brasil

Nara Rejane Zamberlan dos Santos*

Caroline Ciliane Ceretta**

Djulia Regina Ziemann***

Resumo: A gastronomia tem constituído-se em um recurso cultural cuja valorização é tão importante quanto a de outros elementos do patrimônio cultural. Na cultura germânica, os cafés coloniais, tem se tornado um produto turístico cultural, referenciadas significativamente pelas tradicionais cucas alemãs, dentre outros produtos. Assim, este estudo objetiva identificar os locais de oferta de cafés coloniais no município de Agudo, visualizando sua capacidade para uso turístico. Especificamente, os objetivos buscam verificar a origem das receitas e a disponibilidade de variedades ofertadas; identificar a percepção dos proprietários em relação a esta atividade gastronômica e a possibilidade de incremento ao turismo com base neste produto. Metodologicamente, o estudo caracterizou-se como um estudo exploratório e de corte qualitativo. Por fim, o estudo revelou o uso dos cafés coloniais como subsídio às atividades turísticas do município no sentido não somente de atrair turistas, mas também da valorização dos costumes e da cultura.

* Doutora em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA - Campus São Gabriel).

** Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutoranda em Extensão Rural na UFSM.

*** Graduada em Gestão Ambiental pela UNIPAMPA. Mestranda em Geografia na UFSM.

Colonial coffees as cultural reference and touristic attraction in the city of Agudo-RS/Brazil

Abstract: Gastronomy has become one cultural feature which valuation is as important as the other cultural heritage elements. On the Germanic culture the so called colonial coffees have become a cultural touristic product significantly referred by the traditional German Cakes and other traditional products. Therefore, this study aims at identifying the places where these typical colonial coffees are served in the city of Agudo, focusing in its touristic use capability. Specifically, it aims to verify the recipes origins and the availability of the offered varieties; identify the owners' perception of this gastronomic activity and, the possibilities for increasing tourism based on these products. The study is methodically characterized as exploratory with qualitative bias. Finally, the study demonstrated the use of Colonial Coffees as base to the city touristic activity not only by attracting tourists but also for valuing the regional culture and customs.

Palavras-chave:

Gastronomia, café colonial, produto turístico.

Key-Words:

Gastronomy, colonial coffee, touristic product.

Introdução

Na atualidade brasileira evidencia-se a consolidação da gastronomia como produto turístico, baseado no fato que o turista ao se deslocar para determinado destino, incorpora a necessidade de conhecer ao menos alguns aspectos da culinária local, para satisfazer seu paladar e, como forma de aproximação com a comunidade.

Assim, vive-se na comida memórias ancestrais, lembranças de uma identidade cultural, o que torna o patrimônio cada vez mais valorizado por representar as mais contundentes formas de identificar e manifestar pertencimentos a uma cultura, a um povo. Considerando-se que comer é um ato que vai muito além do biológico, pois é antes de tudo, uma interação com a natureza e a cultura (LODY, 2005).

A gastronomia, segundo Ashton e Muller (2013) é um fator importante na identificação de uma sociedade onde pode ser observada uma imitação ou repetição dos costumes alimentares dos familiares, que apesar das mudanças socioculturais impostas pela sociedade contemporânea, ainda é destaque e recebe merecida atenção nas mais diversas ocasiões. Segundo as autoras, essa repetição dos costumes, comumente denominada de tradição faz parte da herança cultural.

Os hábitos culinários de uma região são uma das maneiras de se conhecer os caminhos culturais deixados como herança pelos povos, pois a culinária tem a propriedade de unir o passado com o presente de uma mesma civilização ou de outras, interpondo um patrimônio local aos mercados de consumo (CLAVAL, 1999; RODRIGUES, 1999)

Um povo, se define pela sua cultura e pela sua gastronomia, pois ao aliar a curiosidade e a necessidade básica de experimentar, provar, degustar alimentos, a gastronomia se torna mais rica e completa. A arte de cozinhar recai em proporcionar um maior prazer e satisfação na hora de se comer. Toda cozinha tem a sua marca do passado, da sociedade e da história em que pertence, o que atrai a curiosidade de turistas, estes apesar de não terem suas raízes na cultura em questão fazem questão de experimentar os pratos (SEGALA, 2003).

Neste sentido, aponta-se que o interesse do turismo pela gastronomia pode ajudar a resgatar antigas tradições que estão prestes a desaparecer, além de ajudar na preservação do patrimônio e no desenvolvimento econômico de destinos turísticos (Schneider, 2007). A dimensão cultural reúne os elementos da centralidade da cultura; cultura popular; integração cultural; e produtos e atrativos culturais que são fundamentais para o planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável do turismo (Tomazzoni, 2008).

Dessa forma, o turismo gastronômico consiste em uma vertente do turismo cultural, no qual o deslocamento do visitante se dá por motivos vinculados às práticas gastronômicas de uma determinada localidade (GÂNDARA, 2009). Conforme Leal (1998), o mesmo atrai turistas pelo sabor diferente oferecido a partir dos alimentos da região e se constitui uma fonte de renda aos pequenos proprietários, fazendo com que as famílias produzam alimentos diversos, estabelecendo uma relação entre pequena propriedade, turismo e gastronomia.

Assim, Gastronomia e o Turismo são indissociáveis, pois é impossível pensar em turismo sem prever a alimentação para curta ou longa permanência. Os lugares possuem seus pratos típicos e seu modo peculiar de preparar e apresentar os alimentos, tornando-os características culturais e símbolos de identidade.

Este panorama se encaixa na situação da cidade de Agudo/RS, de características tipicamente germânicas, expressos em sua arquitetura, jardins e festas, também oferece à população e aos visitantes locais, traços que conservam de sua gastronomia, como os cafés coloniais que pode ser entendido como um patrimônio cultural da comunidade. Porém, o envelhecimento da população e o deslocamento dos jovens para outras cidades, pode acarretar na perda da tradição dos cafés e, principalmente, das receitas que compõem os cardápios a várias gerações.

Além disso, a potencialidade turística do município poderia por sua vez estar sendo prejudicada, uma vez que deixaria de receber visitantes e de alavancar o turismo no local, que encontra em

sua gastronomia, um forte apelo cultural de procura pelo destino, seja pela valorização dos cafés coloniais enquanto gastronomia típica seja pela movimentação cultural que divulga o produto Café Colonial na região como um todo. Portanto, é necessário um contato direto com os responsáveis pelos estabelecimentos a fim de perceber qual a importância da revitalização desta tradição e o potencial de atratividade turística que se deixa de atingir para o município de Agudo e, consequentemente, a região Central do Estado.

Tais afirmações foram feitas a partir da análise das autoras quanto a situação da cidade de Agudo referente aos cafés como produto turístico, uma vez que ainda inexistia produção teórica referente a esse tema.

Nesse sentido, o estudo tem como objetivo geral identificar os locais de oferta de cafés coloniais na cidade de Agudo, visualizando sua capacidade para uso turístico. E, especificamente busca-se verificar a origem das receitas e a disponibilidade de variedades ofertadas; identificar a percepção dos proprietários em relação a esta atividade gastronômica e a possibilidade de incremento ao turismo com base neste produto.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se do tipo exploratório e de corte qualitativo. Num primeiro momento, as pesquisas foram bibliográficas e documentais, e posteriormente, considerou os dados empíricos junto aos cafés coloniais do município de Agudo, os quais foram levantados entre outubro a novembro de 2013. O levantamento de dados foi do tipo censo, uma vez que incluiu todos os estabelecimentos que oferecem esta atividade e visou caracterizar estes locais, verificar a origem das receitas e o significado para as pessoas e para a comunidade.

Assim, o estudo é composto inicialmente pela revisão teórica da temática, seguido da apresentação dos resultados da coleta de dados realizada junto aos proprietários dos empreendimentos que ofertam cafés coloniais e, por fim são discutidas as percepções destes atores em relação à atividade e a participação da mesma como oferta turística.

Turismo e cultura: elos de integração

A valorização das diversidades e singularidades locais propicia a produção de bens culturais diferenciados, o consumo de mercadorias com qualidades específicas, bem como o surgimento de novas modalidades de atividades de serviços como, por exemplo, as voltadas ao uso turístico. Nessa tendência, algumas comunidades buscam mobilizar seus patrimônios naturais e culturais na tentativa de melhorar sua qualidade de vida (FROEHLICH; ALVES, 2007).

O turismo surgiu no século XIX, fruto da sociedade industrial, sujeita a normas trabalhistas e que precisava gozar dos momentos de lazer como recompensa das jornadas de trabalho. Assim, para Virginio (2010) o turismo se mostra como um fenômeno capaz de exercer significativa influência ao homem e, às relações que este desempenha com o meio em que vive, ou seja, é a combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, onde integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, e de troca de informações interculturais (MOESCH, 2002).

Por sua natureza e essência, o turismo implica na busca de diferenças que são traçadas pela cultura e pelo patrimônio. Este emerge como instrumento de reafirmação de culturas e de patrimônios singulares que lhe permitem promover encontros de singularidades (IRVING; AZEVEDO, 2002). Assim, as identidades e diversidades culturais, transformadas em produtos, têm contribuído, significativamente, para o desenvolvimento de atividades turísticas (TOMAZZONI, 2008).

Numa abordagem de desenvolvimento sob o aspecto da valorização da cultura dos atores locais, busca-se mobilizar um conjunto de ativos relevantes nele, seja natural, seja cultural, a partir de projetos de desenvolvimento que numa série de ações de caráter inter-setorial sejam capazes de promover sinergias entre os atores e o território (WISKERKE; PLOEG, 2004).

Neste sentido pode-se atribuir ao turismo o meio de reprodução do patrimônio cultural,

tanto como forma de atributo turístico dos diferentes locais como, para o desenvolvimento da auto estima, do espírito de pertencimento e da valorização dos costumes e tradições nas comunidades. Como patrimônio cultural entende-se todos os elementos da memória de uma sociedade que envolve os próprios saberes do homem enquanto processo de construção social, seus bens culturais e, o próprio meio ambiente que lhe acolhe e lhe propicia sobrevivência.

Desta forma, conforme Pelegrini (2006, p.118) entende-se como patrimônio as “maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradição”.

As estratégias e construções culturais aplicadas pelos indivíduos no território podem ser retiradas de um estoque de discursos disponíveis (verbais e não verbais) resultantes de estilos de vida, formas culturais e racionalidades que os atores participam e compartilham com outros indivíduos, contemporâneos e/ou antecessores. Isso abrange, de toda forma, a valorização de pratos culinários, que identificam muitas comunidades e que trazem consigo, práticas de heranças culturais de produção, transformação e consumo de alimentos e bebidas, por exemplo (PLOEG ; LONG, 2011).

Gastronomia e cultura: aspectos de valorização

O termo “referência cultural”, conforme o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000) tem sido utilizado como concepção antropológica de cultura e com ênfase a diversidade da produção material e dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Assim, o ato de apreender “referências culturais” pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas como também a elaboração de relações entre elas, e a construção de sistemas que “falem” daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo (IPHAN, 2000).

A questão da identidade cultural, é uma construção dos sujeitos que se dá através dos processos sociais. Por não ser inata a identidade cultural necessita ser evocada, evidenciada e resgatada, principalmente, na atualidade, pois segundo o autor, o processo antes coeso e duradouro hoje entra em colapso como consequência de mudanças estruturais e institucionais (HALL , 2006).

Neste sentido, os indivíduos e grupos étnicos de algum modo se modificam e modificam o espaço ao se re-territorializarem, pois o território pode veicular poderes simbólicos de múltiplas faces, ora reforçando a segregação, ora viabilizando uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades (HAESBAERT, 1999)

A gastronomia, como cultura, é capaz de perpetuar hábitos e modos de fazer de várias gerações. Além de expressar a identidade de um povo, de forma a deixar explícitas as preferências, aversões ou identificações. Estas, que acompanham o povo quando na imigração, de forma a apresentar, assim, uma cozinha de caráter étnico com ressaltadas características de uma cultura, reforçando o sentimento de pertencimento ao lugar de origem (SCHLUTER, 2003). Considera-se que, a dimensão social e cultural da gastronomia determinou a sua incorporação às complexas políticas do patrimônio cultural reforçando que os hábitos alimentares se apresentam como constituintes da identidade dos grupos (GOVERNO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009).

Neste contexto, o café colonial foi introduzido pelos imigrantes europeus e traduz um item da culinária que envolve a inserção dos produtos do campo e a comensalidade se constituindo em uma refeição completa que se caracteriza pela multiplicidade de itens (GOVERNO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009).

Os cafés coloniais são um evento que além de valorizar, divulgam os produtos coloniais produzidos nos municípios torna-se uma oportunidade de manutenção das tradições e, ainda o alimento convertido em ícone da região, desperta interesse do turista (REIS JR.,2004; BENJAMIN, 2005).

Os cafés coloniais de Agudo-RS

A pesquisa quantitativa e qualitativa com caráter exploratório foi desenvolvida no município de Agudo, local com preponderância de imigração germânica, localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul, ocupando uma extensão territorial de 536,114 km² e registrando, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), uma população de 16.729 habitantes.

A economia é baseada nas atividades agrícolas, com ênfase na porção norte do território para o cultivo do fumo e na porção sul para a cultura do arroz. Tal diferenciação se deve a presença de morros ao norte do município e da área de várzeas, localizada ao sul, que propicia o cultivo do arroz (SCHIRMER ; ROBAINA, 2012).

Os habitantes são, em sua maioria, descendentes de alemães, provenientes da Pomerânia e da Boêmia (WERLANG, 1995). Os primeiros imigrantes desembarcaram na localidade do Cerro Chato, no norte do município de Agudo, às margens do Rio Jacuí, nos anos de 1857 e 1876, respectivamente, trazendo consigo seus hábitos, costumes e cultura do lugar de origem. Este fato corrobora com o que preconiza Mejia (2008 p.15), quando expõe que “cada um, segundo as origens sócio-espaciais, posição social, status familiar e idade, dispõe de um leque amplo de práticas e representações que marcam as relações com os lugares, com suas raízes, e os novos arranjos nos espaços frequentados”.

Inicialmente, os imigrantes encontraram uma floresta intacta, com algumas áreas de várzea e sem nenhum tipo de cultivo. Assim, baseado no conhecimento herdado de seus antepassados, iniciaram o desmatamento do local e, com o posterior progresso, a intensificação desta prática foi inevitável. Desta forma os imigrantes, transformaram o ambiente onde estavam se instalando e transpuseram seus hábitos de falar, fazer, vestir e se alimentar. Em consequência, pratos tipicamente germânicos foram sendo repassados através das gerações, preconizando receitas advindas de seus ascendentes, feitos de maneira caseira, além do fato dos alimentos serem cultivados pela família nas suas terras (WERLANG, 1995).

Assim, criou-se uma identidade para este lugar, através do sentimento de pertencimento, que constrói a tomada de consciência dos valores e condiciona o modo de vida dos indivíduos e em consequência tais hábitos perpassam pelos anos e se fortalecem quanto cultura (SANTOS, 1996).

Apesar do município de Agudo fazer divisa com municípios de origem italiana, mantém sua tradição germânica através do ensino da língua germânica, dos grupos de danças e das festas tradicionais como a *Volkfest in Agudo*¹ e a Festa do Moranguinho e da Cuca, com ênfase na apresentação desta iguaria tradicional elaborado com o morango, principal produto agrícola produzido nas pequenas propriedades (Figura 1).

A culinária típica é representada pelos cafés coloniais, que se constitui numa mesa farta com a maioria dos produtos fabricados de forma artesanal (Figura 2).

Para a coleta de dados foi utilizado um instrumento, tipo formulário, formado por 12 questões fechadas e duas questões abertas, as quais foram elaboradas pelos executores do projeto.

A técnica de coletas de dados, denominada formulário, segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 212) constitui-se em “um dos instrumentos essenciais para investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”.

Com base nas referências do comércio de alimentos da cidade foram visitados todos os cafés coloniais, em número de quatro, para a aplicação do instrumento. Através deste, buscou-se identificar os locais de oferta de cafés coloniais no município de Agudo. Além de verificar a origem das receitas e a disponibilidade de variedades ofertadas de forma a identificar a percepção dos proprietários em relação a esta atividade gastronômica e a possibilidade de incremento ao turismo com base nesse produto.

Os cafés coloniais são refeições típicas de locais de colonização alemã e, conforme dentre as características desta gastronomia que atraem os turistas e os fazem apreciadores dos pratos típicos destacam-se, os condimentos (hortelã, manjeriço, salsa, mostarda), a qualidade, o sabor, além das decorações nos pratos oferecidos (ROSS ; BECKER, 2011).

¹ *Volkfest in Agudo* (Festa do povo em Agudo). Tradicional festa realizada na cidade de Agudo que reverencia a colonização alemã no Brasil. É comemorada na semana do dia 25 de julho, tendo como duração, aproximadamente, 4 dias, com programação variada. A Comemoração se alia aos festejos do Dia do Colono e do Motorista.

Figura 1 – Típica cuca alemã elaborada à base de morango.



Fonte: Erni Böck (2014).

Figura 2 – Mesa típica com pratos constituintes dos cafés coloniais, Agudo, RS.



Fonte: Erni Böck (2014).

¹ Por pluriatividade, a autora entende a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas em regiões marcadas pelo dinamismo da economia e pela proximidade entre campo e cidade.

A composição dos cafés coloniais avaliados é variada observando-se a presença de pães (*bröt*) de milho e coloniais tradicionais, bolos, tortas e deucas (Figura 3 e 4) - *Kuchen*- principalmente, as de açúcar (*Streuselkuchen*), com cobertura de frutas da estação (*Obstkuchen*) e as de cobertura de nata, acompanhados por salgados, geléias, *schmier* (espécie de marmelada mole formada por uma pasta de frutas) e o *Kasschmier*, conhecido como queijo branco ou queijo mole, produzido a partir do leite coalhado semelhante ao requeijão (MÜLLER, 1984).

Soma-se a presença de embutidos como presuntos, morcelas e salsichas (feita com uma massa fina de puro porco defumada a frio conforme Ashton e Muller, 2013) as bebidas como o café, o leite, os sucos feitos a partir das frutas da estação e os chás, principalmente, de cidreira (*Zitronengas*) e de hortelã (*Minze*).

A cidade de Agudo apresenta quatro pontos destinados à oferta de cafés coloniais, sendo que dois deles já fazem parte dos roteiros gastronômicos da cidade a 27 e 19 anos, e os demais, mais recentes, com 8 e 3 anos de funcionamento, respectivamente.

O atendimento ao público ocorre nos finais de semana, ou ainda por agendamento, reunindo um público de, aproximadamente, 800 pessoas (Estabelecimento 1 e 4), 500 pessoas (Estabelecimento 3) e 100 pessoas no Estabelecimento 2.

Figura 3 – Composição dos cafés coloniais, Agudo, RS.



Fonte: Erni Böck (2014).

Figura 4 – Detalhe de mesa com cucas artesanais em cafés coloniais, Agudo, RS.



Fonte: Erni Böck (2014).

Três dos estabelecimentos permanecem abertos durante a semana com venda de uma grande variedade de produtos coloniais e apenas um funciona na própria residência da proprietária, no ambiente da cozinha ou na sala, sendo que este está localizado no interior do município, apresentando assim um diferencial quanto à possibilidade do contato com a natureza e as belas paisagens que se apresentam.

Devido à grande procura pelo público, três dos estabelecimentos carecem de maior mão de obra, necessitando a contratação de funcionários, que variam de 16 a 23 pessoas.

Dessa forma observa-se que o turismo com base local ou regional, constitui-se numa mediação possível de dar dinamismo econômico aos lugares, representadas pela possibilidade de geração de ocupação e renda (BARBOSA, 2005).

Em média mais de 30 variedades são servidas nas refeições, com ênfase a culinária germânica, porém são ofertados em alguns estabelecimentos pratos típicos da culinária italiana, como a sopa de agnolini (uma espécie de massa recheada cozida em caldo de frango).

A justificativa dos proprietários a respeito da introdução de novos pratos ao cardápio se apoia na inserção do município em uma região de colonização italiana.

Esta situação encontra guarida em Portuguez (2004, p. 189) ao colocar que: “caso se conheça o público-alvo e se deseje manter com ele um relacionamento duradouro, será preciso identificar o que é realmente relevante para a satisfação de suas necessidades”.

Por unanimidade os respondentes apontaram o esmero na preparação e o uso de produtos oriundos da região, de procedência caseira, sendo, que as receitas na sua grande maioria foram transmitidas pelas diferentes gerações havendo um zelo em conservá-las, como patrimônio das famílias.

Manter algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – para Barreto (2003, p. 46) parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece.

Há um entendimento que o número de estabelecimentos desta natureza é insuficiente na cidade, principalmente, nos períodos das festas promovidas pelo município quando um grande contingente de turistas se desloca para a cidade, atraídos pela gastronomia e belezas cênicas.

A percepção dos proprietários é que a presença dos cafés coloniais, com a oferta de produtos de origem germânica se constitui numa forma de manutenção da cultura e tradição, fortalecendo no restante da população local, o respeito e orgulho por suas raízes.

Assim, observa-se que a gastronomia como patrimônio local está sendo incorporada aos novos produtos turísticos orientados a determinados nichos de mercado, permitindo incorporar aos agentes da própria comunidade na elaboração desses produtos, assistindo ao crescimento da atividade (SCHLUTER, 2003).

A oferta de gastronomia típica fortalece a ideia de pertencimento do lugar e reforça a identidade de um povo além de estreitar, sobremaneira a relação com a cultura.

Neste sentido, esta oferta pode se tornar o diferencial de uma localidade, tornando-se um pólo de atração de fluxos turísticos, viabilizando a troca humana e o convívio entre as culturas, costumes e hábitos distintos (SEGALA, 2003)

Soma-se a leitura expressa pelos moradores e registrada pelos visitantes de que a gastronomia representa um dos principais atrativos ao turismo, e que nas condições de Agudo se conjuga ao ambiente propício para outras atividades como o ecoturismo e turismo rural, reconhecendo desta forma a oferta turística da localidade que Ruschmann (1997) destaca como constituída da soma de todos os produtos e serviços adquiridos ou consumidos pelo turista durante a sua estada em uma destinação.

Considerações finais

A presença de cafés colônias na cidade de Agudo/RS aos poucos se afirma como valorização de saberes e fazeres consolidando a identidade do local, embora ainda não se constitua como principal atratividade, em termos quantitativos, quando comparado a outras atividades turísticas a exemplo dos festejos populares religiosos, das atividades desportivas e eventos culturais como a *Volkfest in Agudo*, a Festa do Moranguinho e da Cuca e o carnaval.

Sob a ótica do turismo a atividade gastronômica representa uma atração que possibilita a revitalização da identidade cultural, permitindo a aproximação com a história, e a memória das comunidades, enquanto, sob a ótica regional se traduz na forma de manutenção diferenciada e peculiar de uma região para a outra, mantendo viva a tradição da gastronomia e valorizando a população.

A participação efetiva da comunidade local no reconhecimento e valorização deste patrimônio serve para fortalecer o sentido de pertencimento, firmar as diferentes identidades e valorizar a cultura herdada de seus antepassados, porque através do turismo de privêlegia a qualidade deste patrimônio e a vida das comunidades que persistem na preservação de seus saberes e de sua própria identidade.

Como espaço das representações e do simbólico a manutenção e fortalecimento dos cafés coloniais através da diversidade de seus sabores simbolizam um forte elo cultural, histórico e social da cultura germânica com suas origens.

Como patrimônio local, a gastronomia deve se incorporar como produto turístico, somado a paisagem privilegiada e a hospitalidade dos moradores, de modo a valorizar os costumes locais e a vivência, tornando-se o foco de atratividade para o turismo e significativa como um elemento capaz de valorizar a identidade cultural do município, seja pelo envolvimento, pelos laços memoráveis, pela cumplicidade com o passado e mesmo com as mudanças de revitalização surgidas continuamente.

Referências

ASHTON, M. S. G. & MULLER, A. C. A presença da gastronomia alemã na Hotelaria de Novo Hamburgo, RS. **Revista Rosa dos Ventos**. v.5, n.2, p.319-332, abril-junho, 2013.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**. UFU, Uberlândia. v.10, n.14, p.107-114, Fev/2005.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: As possibilidades de planejamento. 4 ed. Campinas: Papirus, 2003.

BENJAMIN, R. Doçaria e Civilização. In: SEMINÁRIO GASTRONOMIA EM GILBERTO FREIRE, **Anais...** Fundação Gilberto Freire, Recife, 2005, p.37-41.

CLAVAL, P. A **Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

DUTRA, R. C. de A. Cozinha e Identidade Nacional: notas sobre a culinária na formação da cultura brasileira segundo Gilberto Freire e Luis Câmara Cascudo. In: SEMINÁRIO GASTRONOMIA EM GILBERTO FREIRE, **Anais...** Fundação Gilberto Freire, Recife, 2005, p.31-36.

FROEHLICH, J. M.; ALVES, H. F. I. Novas identidades, novos territórios: Mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. In: **Revista Extensão Rural**. UFSM. CCR. DEAER. Santa Maria, n° 14, Jan/Dez, p.65-90, 2007.

GÂNDARA, J. M. G. **Reflexões sobre turismo gastronômico na perspectiva na sociedade dos sonhos**. Barueri, SP: Manole, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto final do estudo de viabilização na área de alimentos e bebidas** - Restauração. Cafeteria. Tipologia da Especialidade Café Colonial Serrano. 2009. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso: 12 mai 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados Demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

IPHAN-Departamento de Identificação e Documentação- Inventário Nacional de Referências Culturais- INRC 2000. **Manual de Aplicação**. Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, M. L. de M. S. **A história da gastronomia**. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 1998.

LODY, R. Instalação Nacional do Grupo de Antropologia da Alimentação Brasileira (GAAB): em busca do ethos da alimentação. In: SEMINÁRIO GASTRONOMIA EM GILBERTO FREIRE, **Anais...** Fun-

dação Gilberto Freire, Recife, 2005, p.75-76.

MEJIA, M. R. G. Território, categoria analítica e operativa dos processos sociais vivenciados no campo: reflexões elaboradas a partir de um assentamento do Incra. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA. XXV, **Anais...** Porto Alegre, 2005.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MÜLLER, T. L. **Colônia alemã: 160 anos de história**. Porto Alegre: EST, 1984.

PELEGRINI, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v.26, n.51, p.115-140, jan./jun. 2006.

PIRES, E. V. Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as Comunidades Receptoras: Uma Análise Conceitual. **Caderno Virtual de Turismo**, v 4, n.3. Rio de Janeiro, p.1-8, 2004.

PORTUGUEZ, A. P. **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2 ed. 2004.

PLOEG, J. D.; LONG, N. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p 21- 48.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROSS, A. & BECKER, E. L. S. A gastronomia alemã como fonte de atração turística e de desenvolvimento local no município de Agudo – RS. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 12, n. 1, p. 33-45, 2011.

RUSCHMANN, D. v. de M. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do Meio Ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo-razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEGALA, L. V. Gastronomia e Turismo cultural. **Revista Eletrônica de Turismo**: 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/gastronomia.html>>. Acesso em 10 nov. 2013.

SCHIRMER, G. J. & ROBAINA, L. E. de. **Zoneamento geoambiental em municípios do Rio Grande do Sul**: município de Agudo. São Paulo, UNESP, Geociências, v. 31, n. 1, p. 93-102, 2012.

SCHLUTER, R. G. **Gastronomia e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2006.

SCHNEIDER, E. **A importância da produção gastronômica para o turismo da cidade de Morro Reuter**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2007.

TOMAZZONI, E. L. Dimensão cultural do turismo: uma proposta de análise. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. UFU. Online. Julho/ Agosto/ Setembro de 2008, v. 5, Ano V, n. 3.

VIRGINIO, D. F. Turismo e cultura: um estudo sobre o programa de qualificação de museus para o turismo. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**. 2010, v.04, n.01, p.66-84.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, van der J. D. Seeds of Transition: Essays on Novelty production, **Niches and Regimes in Agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 2004. 356 p.

Correspondência:

Nara Rejane Zamberlan dos Santos

E-mail: narazamberlan@gmail.com

Recebido em 1 de outubro de 2014.

Revisado pelos autores em 19 de janeiro de 2015.

Aceito para publicação em 05 de fevereiro de 2015.



O tema da globalização no ensino da geografia: concepções e práticas de ensino

Alan Fernandes Santos *

Resumo: Este artigo visa apresentar parte dos resultados da pesquisa realizada em 2012, que analisou as concepções e práticas de ensino de geografia utilizadas para lecionar o tema da globalização, no ensino médio, em três escolas públicas estaduais de Florianópolis. Delimitou-se uma fundamentação teórica que a identificou no processo de desenvolvimento do capitalismo, bem como os fatos e os mitos atribuídos a este fenômeno. Foi adotada uma abordagem qualitativa indutiva e um enfoque interpretativo dialético da realidade, possibilitando constatar uma semelhança nas práticas de ensino utilizadas pelos professores e diferentes concepções sobre a globalização, evidenciando a confusão teórica acerca do tema.

* Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrando em Geografia na UFSC.

The globalization theme in geography teaching: conceptions and teaching practices

Abstract: This article presents part of the research's results conducted in 2012, which analyzed the concepts and practices of teaching geography used to teach the theme of globalization, in high school, in three public schools at Florianópolis. It was delimited a theoretical fundamentation that identifies the development of capitalism process, as well as the facts and myths attributed to this phenomenon. It was adopted an inductive qualitative approach and a dialectical interpretative focus of reality, enabling find a similarity in practices teaching used by teachers and different conceptions of globalization, evidencing a theoretical confusion about the theme.

Palavras-chave:

Globalização, ensino de geografia, práticas de ensino.

Key-Words:

Globalization, geography teaching, practices teaching.

Introdução

Com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, surge um novo panorama histórico. Configurava-se uma nova ordem mundial, que indicava um rearranjo geopolítico das potências mundiais. Este momento é determinado por uma nova fase da expansão capitalista, caracterizada pelo aprofundamento e espraiamento das relações econômicas, sociais, culturais e políticas. Diante deste novo contexto, nas últimas três décadas delineou-se um fenômeno que se materializa na vida das pessoas, influenciando no que sabem, pensam e conhecem. A este processo contínuo de mudanças em escala local e mundial, se intitulou e popularizou o conceito de globalização.

Entretanto, esta definição de globalização permeia o senso comum e necessita de compressões e análises baseadas cientificamente. Sendo assim, a globalização tornou-se um importante tema de estudo em várias áreas como geografia, economia, sociologia e educação. Além disso, muitos teóricos dedicaram seus estudos a este tema, pesquisando sua origem, causas e consequências.

Diante destas considerações, observou-se a necessidade de tentar compreender como determinadas relações e aspectos deste fenômeno, a globalização, vêm sendo lecionados no ensino da geografia. Para o mesmo, se instituiu uma problemática que buscou analisar quais as concepções e práticas de ensino de geografia são utilizadas pelas escolas e seus professores na temática da globalização, no ensino médio. Para o mesmo foram selecionadas três escolas públicas estaduais do município de Florianópolis

A estrutura de apresentação da pesquisa inicia-se abordando a fundamentação teórica relativa à globalização, identificando, relacionando e reconhecendo-a no desenvolvimento histórico do capitalismo. Em seguida, explicitamos os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, bem como os resultados e as conclusões obtidas com o mesmo.

A construção histórica da globalização

Um debate em torno da globalização necessita situá-lo dentro do processo histórico de expansão capitalista, pois ela não é um fenômeno atemporal e desconectado das inúmeras transformações de ordem econômica, política, social e tecnológica que aconteceram em anos precedentes.

Vale observar, que se acredita na versão da globalização como um fenômeno influenciado diretamente pela sua conjuntura econômica e, portanto, questionar uma economia global, certamente minimiza outros exemplos e consequências de cunho cultural, político e social.

Compreende-se a globalização para além de um fenômeno expansionista, mas, sobretudo, uma apropriação de espaços, onde o avanço não é só comercial e político, mas principalmente ideológico. Presente na dinâmica do capitalismo, a globalização necessita de um recorte histórico para ser entendida. Diante do exposto, considerou-se discutir o imperialismo, o liberalismo e o neoliberalismo econômico como momentos e conjunturas históricas indispensáveis a uma análise crítica sobre o tema em questão. Além disso, arguiu-se o questionamento se a globalização, enquanto fluxo de produtos e pessoas, é algo inerente ao atual período histórico ou remonta a tempos pretéritos.

As mudanças entre os séculos XIX e XX sinalizaram profundas mudanças, num contexto internacional de graves tensões políticas, econômicas e militares. O imperialismo surgiu como um conceito e uma etapa do capitalismo onde se modificam as bases econômicas e geopolíticas para o desenvolvimento capitalista recente.

Durante este período, teóricos do movimento socialista evidenciavam em seus estudos e publicações as alterações recorrentes ao imperialismo, como as guerras, a formação de cartéis e trustes e a evolução na ordem civilizatória do capitalismo. Dentre eles, se pode

citar John A. Hobson e Rudolf Hilferding, que publicaram respectivamente as obras: “*Imperialismo, um estudo*” em 1902 e “*O capital financeiro*” em 1910. Posteriormente, os socialistas russos indicaram uma proeminente posição sobre o imperialismo que se fez destacar. Nikolai Bukhárin, em 1915, centra suas opiniões sobre o imperialismo ao caracterizá-lo pela existência de monopólios e pela exportação de capitais.

Contudo, foi Vladimir Lênin que, sintetizando as contribuições dos autores mencionados anteriormente, publicou em 1916 o livro “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”, no qual evidenciava este fenômeno para além de um processo econômico. Ele o coloca como um momento ímpar e singular no momento histórico, onde o capitalismo elevava-se a um patamar nunca visto antes e configurava-se em sua fase monopolista. Para Lênin (2008), o capitalismo transformou-se em imperialismo quando atingiu um grau muito elevado de desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a transformar-se na sua antítese, ou seja, quando a livre concorrência foi substituída pelos monopólios capitalistas.

Portanto, muitos dos argumentos demonstrados anteriormente estabelecem conexão com nossa atualidade. Apesar de circunscrito num determinado período histórico, as bases e características do imperialismo ganham similitude com o presente e se desenvolvem, aprimoram-se e constroem novos significados e conceitos. O liberalismo e o neoliberalismo que serão vistos e discutidos adiante, representam justamente isto, uma nova conjuntura histórica e geopolítica, mas que nunca deixaram de ter os traços essenciais do imperialismo.

O liberalismo pode ser entendido como um momento transitório e de passagem entre o imperialismo e a crise de 1929. Seu período histórico coincide com a 2ª Revolução Industrial e todo o desenvolvimento que ele acarretou. Porém, esta teoria e prática econômica remontam ao mercantilismo econômico do século XVIII, vista a necessidade à época de estabelecer novas regras e padrões para o avanço do capitalismo. Seu principal teórico, Adam Smith, publicou em 1776 o marco fundamental do liberalismo econômico, o livro “*A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*”, no qual fez duras críticas à política mercantilista e seu controle irrestrito na economia. Assim, Smith (1988) defende a livre concorrência e a lei da oferta e da procura. Para o autor (ibidem), a regulação da economia e da sociedade seriam feitas por meio da “mão invisível” do mercado, que promoveria desenvolvimento e benefícios aos Estados e as pessoas.

Em suma, o liberalismo propunha a liberdade econômica e a eliminação de qualquer interferência externa do Estado às relações econômicas (governo limitado). Na medida em que o Estado, no capitalismo, não institui e não concede a propriedade privada, não tem poder para interferir nela. “Tem sim a função de arbitrar e não de regular conflitos que possam surgir na sociedade civil” (HÖFLING, 2001, p. 36). Para Smith (1988, p. 243),

uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seus próprios interesses, a seu modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade.

O aporte liberal declinou com a Grande Depressão de 1929, persistindo ao longo da década de 30 até o início da Segunda Guerra Mundial. De certa forma, seu efeito catastrófico recolocou em foco o papel do Estado como mantenedor da economia e da sociedade. Isto é claro ao se verificar as políticas do *New Deal*, do presidente americano Roosevelt en-

tre 1933 e 1945, que tinha como objetivo reformar e recuperar a economia norte-americana ou ainda os regimes de extrema direita, como o nazismo de Hitler, na Alemanha.

Deste modo, o capitalismo em seu processo crescente de expansão teve que, neste período, retroceder os seus objetivos liberais e condicionar suas decisões ao Estado. As teses de John Maynard Keynes retratam justamente isto. A chamada escola Keynesiana propôs uma economia de Estado intervencionista, utilizando medidas monetárias e fiscais para mitigar as crises oriundas dos ciclos econômicos em conjunto com o fordismo (universalização do modelo produtivo americano pautado no consumo e na produção em massa).

A política keynesiana e a sua regulação econômica provaram que é possível aumentar (...) o nível de funcionamento da economia e melhorar seu desempenho, por meio de taxas de crescimento fortes sustentadas por políticas de pleno emprego e de redução das desigualdades (VERGOPOLUS, 2005, p. 44).

O conjunto de medidas propostas por Keynes foi definido como política de “Estado de Bem-Estar Social” e possuiu segundo Roche (1992), três fases importantes: a primeira foi a defesa do pleno emprego como meio de regulação econômica e social; a segunda foi a construção da seguridade social, que uniu ações no âmbito da assistência social, saúde, trabalho e educação; e o terceiro foi a sistematização dos direitos de cidadania, que rompeu com a visão que aliava a política social ao paternalismo.

Nesse sentido, avalia-se que o “Estado de Bem-Estar Social” surgiu como um contraponto aos ideais liberais, do livre mercado e da função do governo como mero coadjuvante nas decisões da sociedade. As políticas executadas nos Estados Unidos após a 2ª Guerra Mundial demonstraram e confirmaram a possibilidade do Estado como regulador da economia e promotor do desenvolvimento social.

Do mesmo modo, também considera-se que os programas de recuperação da economia norte-americana realizados entre 1933 e 1937, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt e denominado “*New Deal*”, assumiram o mesmo caráter de Estado concentrador das funções econômicas, políticas e sociais, e contrário ao liberalismo. O “*New Deal*”, por exemplo, tinha projetos relacionados a grandes investimentos em obras públicas, o controle sobre os preços e a produção, a diminuição da jornada de trabalho e a destruição dos estoques agrícolas, para conter a queda dos seus preços.

A política neoliberal surgiu como um contraponto e crítica ao modelo Keynesiano, ao “*New Deal*” e ao “Estado de Bem-Estar Social”, creditando o alargamento da crise econômica a este modelo intervencionista do Estado. Vale observar que o prefixo “neo” de neoliberal não se configurou com um novo tipo de teoria econômica e política, mas apenas colocou historicamente as mesmas ideias liberais em uma nova conjuntura histórica. Desta forma, considera-se mais condizente chamá-lo de “paleoliberalismo”, pois a corrente “neoliberal” não conferiu status de novidade a um fenômeno ideológico que representou, na verdade, uma volta ao passado e não incorporou nada de novo ao velho liberalismo (BATISTA JUNIOR, 1998).

Portanto, para Vidal (2006), é na sua representatividade histórica que o neoliberalismo ganha especial sentido, simbolizando uma aguda reação ideológica contrária aos mecanismos de controle estatal, principalmente aqueles destinados a promover o planejamento da economia e alguma homogeneização nas sociedades nacionais do chamado capitalismo avançado (pela implementação progressiva dos direitos sociais e coletivos, basicamente). Assim, foi um renascimento do pensamento liberal, só que com uma maior sofisticação teórica formal e, sobretudo, em um contexto histórico marcadamente diferenciado daquele em que os pensadores clássicos do liberalismo econômico expuseram suas ideias centrais.

A teoria neoliberal novamente colocou em voga o livre mercado como característica

primordial para o desenvolvimento econômico e social. Assim, devido ao longo período de prosperidade (quase 40 anos de crescimento) que se desenvolveu o mundo ocidental após a Segunda Guerra, as diversas adoções das políticas keynesianas e sociais-democratas mantiveram, por algum tempo, os neoliberais na “clandestinidade”. Mas a partir da crise do petróleo de 1973, seguida pela onda inflacionária que surpreendeu os Estados de Bem-Estar-Social, o neoliberalismo voltou à cena, responsabilizando os impostos elevados e os tributos excessivos, juntamente com a regulamentação das atividades econômicas, como os culpados pela queda da produção. Para os chamados “neoliberais”, o Estado deve ser desmontado e gradativamente desativado, com a diminuição dos tributos e a privatização das empresas estatais, enquanto os sindicatos deveriam ser esvaziados a partir de uma retomada da política de desemprego, contraposta à política keynesiana do pleno emprego (NASCIMENTO, 2006).

Entre a ascensão e a queda das políticas neoliberais, as economias dos países mais poderosos estiverem dirigidas a uma desregulamentação de vários mercados, ao aumento da competitividade internacional e à privatização de certas empresas. Sobretudo, nos Estados Unidos e Inglaterra, tais medidas se complementaram com a diminuição de impostos sobre as camadas mais ricas da população e cortes importantes de gastos sociais.

Ao retratar os condicionantes históricos da globalização, deve-se avaliar como este neoliberalismo atuante nas duas últimas décadas do século XX se firmou na América Latina. Neste cenário, é inegável o entendimento que o “Consenso de Washington”, organizado em 1989, foi o evento que ordenou e articulou o avanço neoliberal nos países latino-americanos. Segundo Batista (1994), no encontro reuniram-se funcionários do governo norte-americano, do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo os últimos especializados em questões latino-americanas. Além disso, foram convidados economistas latino-americanos que relataram suas experiências nos países de origem. O encontro foi convocado pelo *Institute for International Economics*, com o título “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, e tinha como objetivo proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Ao final, as seguintes regras foram definidas:

(...) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; (...) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; Privatização, com a venda de empresas estatais; Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e Propriedade intelectual (NEGRÃO, 1998, p. 41-42).

Nesse momento, os países da América Latina se encontravam em grave crise financeira, criada e gestada no período das suas inúmeras ditaduras militares e, muitas vezes, influenciadas pelos ideais neoliberais descritos anteriormente. Contudo, as reais origens dos problemas latino-americanos foram deturpadas. A crise histórica e influenciada pelas decisões dos Estados Unidos foi trocada pelo discurso ideológico, do total “fracasso” do Estado em gerir sua economia. O contexto de crise, aliado à veemente necessidade de reformas e controle de gastos, trouxe à América Latina um momento histórico caracterizado por profundas transformações de cunho econômico e perdas a nível social. Isto porque, nas indicações do “Consenso de Washington” o controle econômico (dívida externa, taxa

de juros e inflação) era prioritário, nem que para isso os recursos destinados às áreas sociais fossem reduzidos (BATISTA, 1994).

Segundo Silva (2005), nos anos de 1990 esta política neoliberal foi implementada no Brasil gradualmente e em conjunto com as elites dominantes e o governo federal. Assim, o Estado nacional desenvolvimentista foi desmontado para dar lugar ao que a autora chama de “homens de negócio”, que nada mais são do que credores privados e acionistas de empresas transnacionais, que defendem um Estado aliado aos interesses do capital, do livre mercado e da contenção dos investimentos públicos, principalmente na área da educação. A responsabilidade sobre o ensino formal deixava de ser exclusividade do Estado, um direito básico inalienável e tornava-se uma mercadoria, concedida a iniciativa privada. Deste modo, a privatização concluiu o circuito do ajuste.

O máximo de mercado e o mínimo de Estado. O ponto crucial da privatização [é] o processo do Estado de desfazer-se do patrimônio público, (...) e, sobretudo, diluir, esterilizar a possibilidade de o Estado fazer política econômica e social. O mercado passa a ser o regulador, inclusive dos direitos (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 106).

O final da Guerra Fria e da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética inaugurou uma nova perspectiva política e econômica. Como foi visto anteriormente, creditar este fato específico como o início da globalização é algo simplista, pois o mesmo possui raízes históricas profundas ligadas à evolução do capitalismo e da sua necessidade de expandir-se.

Porém, com a queda do muro de Berlim as ideologias empregadas pela União Soviética deixaram de ter sentido contundente e contrário ao bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos. Nesta nova emergência, os valores capitalistas alimentados pela batalha contra o comunismo precisavam agora ser ressignificados, bem como o seu nível de persuasão.

Portanto, o fim da Guerra Fria ocasionou uma crise de identidade geopolítica e social, acarretada pelo fim da Guerra Fria. Com o declínio do socialismo, não há mais um inimigo a combater. Portanto, foi necessária uma nova ideologia. O traçado histórico demonstrado até aqui, do imperialismo rumo ao neoliberalismo, agora toma outra forma, ou melhor, outra conceituação, a globalização. Essa nova conjuntura exige um rearranjo das forças produtivas do capitalismo e uma nova maneira de impor suas ideologias pelo mundo, sempre em busca do mesmo objetivo: lucro, auferido através da expansão dos mercados, dos consumidores e das matérias primas.

Globalização: fatos e mitos

Agora, considera-se necessário apontar algumas bases teóricas sobre este período amplamente conceituado como “globalização”, caracterizando-o, refletindo e questionando este processo, como fenômeno econômico, político, social e cultural. Após este levantamento, se arguirá sobre a representação da globalização como um mito, envolta num conjunto de ideologias e ceticismos oriundos das transformações e pretensões capitalistas do final do século XX.

Num primeiro momento, reporta-se a constatação de Vergopolus (2005, p. 25), ao retratar a conjuntura em que se empreendeu a globalização:

Nas duas últimas décadas do século XX, nasceu o teorema da globalização, logo adotado em nível planetário como uma referência que justificava questionar a coesão das sociedades e o nível de vida das populações. Sem oponentes de peso, o teorema impôs-se rápido graças ao vazio ideológico e político resultante não só do esgotamento histórico das ideologias da esquerda tradicional e seus abusos, mas também do desmoronamento de toda experiência alternativa. As condições para impor o novo teorema mostram que ele não procede de uma

justaposição frontal contra outras ideologias, mas chega indiretamente, por falta e não por inversão, chega pela via da implosão dos adversários. Tal particularidade faz com que nossa época que se diz globalizada não tenha caráter próprio nem positividade, na medida em que prossegue seu combate contra objetivos ideológicos extintos, símbolos de um tempo que deixou de existir.

Segundo, Hirst e Thompson (1998) criou-se uma imagem muito poderosa sobre a globalização, que influenciou analistas e políticos. Sustentou-se a ideia da emergência de uma economia global em que as economias nacionais e suas estratégias internas de administração são irrelevantes. Nela, a economia mundial internacionalizou-se, sendo dominada por forças de mercado e comandada por corporações transnacionais que não devem lealdade a nenhum Estado-nação. Assim elas se estabelecem em qualquer parte do mundo em que a vantagem competitiva do mercado impere.

Porém, Batista Júnior (1998) observa que uma análise cuidadosa do desenvolvimento da economia internacional revela o quanto a ideologia da globalização possui alegações distorcidas, principalmente quando cria uma relação mecânica entre o avanço tecnológico (áreas como informação, computação e finanças) e a suposta tendência geral à supressão das fronteiras e ao desaparecimento dos Estados nacionais.

Chesnais (1996, p. 23) também esclarece sobre o assunto, desmistificando o tema ao averiguar como o seu termo foi cunhado:

O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres “business management schools” de Harvard, Columbia, Stanford, etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae, o americano M.E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças a liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais.

Para delimitar a discussão, minar certas dúvidas e delinear os apontamentos utiliza-se a assertiva de Hirst e Thompson (1998), sobre três fatos que ajudam a melhor analisar o tema da globalização: o primeiro é o reconhecimento da falta de um modelo ou padrão de uma nova economia global, que seja comumente aceito e que se torne referência para distingui-lo dos períodos anteriores da economia internacional; o segundo fato é, na ausência de um modelo claro para medir tendências contrárias, a aceitação fortuita e gratuita de exemplos de internacionalização de processos e setores como se estes fossem uma constatação do desenvolvimento de uma economia comandada por forças autônomas do mercado global; já o terceiro é a lacuna de fundo histórico, que viabiliza utilizar tendências atuais como mudanças sem precedentes, que persistirão por muito tempo, caracterizando-as como um retrato da globalização.

Sobre a lacuna histórica, acredita-se não ser possível negar que a internacionalização econômica desenvolvida nas últimas duas ou três décadas possui precedentes históricos, e foi justamente isto que se demonstrou até aqui. “Muitos dos fenômenos aduzidos para sugerir o advento de uma nova era constituem, na realidade, a retomada de processos e tendências bastante antigos (BATISTA JUNIOR, 1998, p. 129)”.

Já a utilização isolada de exemplos que identificam e caracterizam a globalização é algo extremamente novo ao debate, pois minimiza a discussão, simplifica a compreensão teórica e legitima um discurso amparado no senso comum. Reconhecer e delimitar a globalização vinculando-a apenas a alguns setores (industrial, tecnológico, transporte, etc) ou dimensões (políticas, culturais,

sociais, etc) não deve ser empreendido como um estudo totalizador e capaz de compreender a globalização, nos seus fundamentos mais importantes. Estes estudos, pesquisas, notícias e reportagens congregam uma visão muito bem explicada por Frigotto e Ciavatta (2003, p.102):

Há uma predominância da realidade fragmentada, como se toda ela fora feita de partes que se combinam e se desprendem para novas combinações aleatórias, como é possível fazer com um conjunto de imagens fotográficas em que cada unidade é vista separadamente, abstraída do contexto que lhe dá o significado, que explica sua gênese e sua particularidade histórica.

A clara avaliação sobre a globalização perpassa a adoção de um modelo, que possa caracterizá-lo e reconhecê-lo como uma nova fase da economia, que realmente muda as relações de poder dos Estados Nacionais. Sobre este modelo, Hirst e Thompson (1998) estabelecem dois tipos ideias, que ajudam a minar certas confusões analíticas e conceituais no estudo da globalização. São elas: uma economia internacional aberta; ou uma economia totalmente globalizada.

Uma economia internacional aberta é aquela em que os processos de intercâmbio ocorrem entre economias nacionais distintas. As relações internacionais são relevantes, mas ainda imperam as atividades econômicas internas. As decisões das empresas e dos governos são amparadas pelos ditames que acontecem em nível nacional. Nesse cenário, as interações são do tipo bola de bilhar: “acontecimentos internacionais não penetram ou permeiam direta ou necessariamente a economia interna, mas são refratados pelas políticas e processo nacionais (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 23)”.

Uma economia totalmente globalizada é caracterizada por um alto nível de integração da economia, dos mercados e das atividades transnacionais, desvinculando-as de suas bases nacionais.

O sistema econômico internacional torna-se autônomo e socialmente sem raízes, enquanto os mercados e a produção tornam-se realmente globais. As políticas internas, sejam de corporações privadas, sejam de reguladores públicos, agora têm de levar em conta rotineiramente os determinantes predominantemente internacionais de sua esfera de operações. Enquanto a interdependência sistêmica cresce, o nível nacional é permeado e transformado pelo internacional (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 26).

Diante destas duas distinções conceituais acredita-se que o que exista hoje é uma economia internacional aberta e não uma economia global, pois não é possível encontrar fundamentos que aleguem ou sugiram que, as mudanças decorrentes dos últimos 30 anos diminuam o poder dos Estados Nacionais. O reordenamento econômico vivido por alguns países da América Latina, por exemplo, dizem respeito mais a adequação as políticas de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, do que sobre uma nova fase da economia, que possa caracterizar-se como global.

É nesse sentido que, de agora em diante, se apresentam alguns argumentos que reafirmam a tese de uma economia internacional aberta e desmistificam a concepção de uma economia totalmente globalizada e incontrolável. A globalização está sempre vinculada à ideia de um contínuo e veloz fluxo de pessoas, mercadorias, conhecimentos e culturas, que são proporcionadas pelos avanços da tecnologia. Contudo, é necessário averiguar que este processo não é relativamente novo e não sucede apenas às três últimas décadas.

Alguns assuntos são tratados no ensino da geografia como resultados advindos desta globalização. No entanto, uma análise detalhada revela o contrário. No caso das migrações internacionais, por exemplo, é possível avaliar que o fluxo de pessoas hoje é muito menor que no início do século passado. Segundo Batista Junior (1998) naquela época, imigrantes obtinham cidadania com facilidade e passaportes eram raramente necessários. Dados demonstrados pelo autor (*ibidem*) mostram que entre 1870 e 1914, cerca de 36 milhões de pessoas emigraram da Europa e destes, dois terços foram para os EUA. Nesse período, se estima que a emigração da Índia e China foi ainda maior. Assim, se medirmos o número de trabalhadores que se deslocaram internacionalmente, o

grau de integração dos mercados de trabalho era muito maior no início do século do que é hoje. Isto revela um contraste notável com a dita economia “global” e “sem fronteiras”, em que imigrantes originários da América Latina, Ásia e África enfrentam severas restrições, são perseguidos ou até mesmos presos.

Ao referir-se sobre os transportes e as comunicações, se reconhece que atualmente houve um grande desenvolvimento nas tecnologias que empreenderam estes setores. Porém, o fluxo internacional propiciado por eles ocorreu nas décadas anteriores a Primeira Guerra Mundial, conforme afirmam Hirst e Thompson (1998), dizendo que entre 1870 e a Primeira Guerra, existiu um sistema econômico aberto, baseado em comunicações de longa distância eficientes (cabos submarinos telegráficos intercontinentais) e em meios de transporte industrializados (ferrovias e navios a vapor). Portanto, a economia internacional, possui no setor de transportes e comunicações, um sistema em escala internacional que possui mais de 100 anos.

Também é possível levantar argumentos contrários ao ineditismo vinculado à globalização, quando se relaciona-o a temas como fluxos econômicos e financeiros. Batista Junior (1998) observa que o nível de integração da economia internacional nas últimas décadas é comparável, e em alguns aspectos até menor, do que o verificado no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Segundo Hirst e Thompson (1998), vários estudos também avaliam que a mobilidade internacional do capital na década de 1970 é menor, do que a constatada em 1914. Para Batista Junior (1998), isto ocorre porque naquela época os fluxos financeiros cresceram mais rapidamente do que o comércio e a produção. Os fluxos de capitais não possuíam restrições formais significativas e o padrão-ouro¹ propiciava uma estabilidade cambial entre as nações mais avançadas, favorecendo a integração dos mercados.

Uma evolução histórica do volume do comércio exterior mundial é feita por Hirst e Thompson (1998, p. 43) demonstrando que ela

expandiu em torno de 3,4% ao ano, entre 1870 e 1913. Após 1913, o comércio foi adversamente afetado pelo crescimento das tarifas, restrições quantitativas, controles de câmbio e, depois, pela guerra, e expandiu, em média, menos de 1% ao ano, entre 1913 e 1950. No entanto, após 1950, o comércio realmente decolou para crescer mais do que 9% ao ano até 1973. Entre 1973 e meados da década de 80, a taxa de crescimento caiu, voltando a se aproximar dos níveis do final do século XIX e expandiu-se a uma taxa de apenas 3,6%.

Portanto, os processos e relações econômicas e financeiras que ocorrem atualmente não são tão novos como parecem ser e as oscilações percentuais nos crescimento das relações comerciais internacionais estão diretamente condicionados às conjunturas históricas que os ampararam.

No entanto, mesmo reconhecendo os fatos abordados até aqui, ainda há a percepção ou compreensão de que o processo de internacionalização da economia é um fenômeno das últimas três ou quatro décadas, e frequentemente ligados a processos inéditos do capitalismo. Esta confusão decorre do fato de que a integração alcançada no passado recente foi realmente muito importante quando comparada ao baixo grau de abertura das economias logo após a Segunda Guerra (KRUGMAN, 1996 apud BATISTA JUNIOR, 1998). Para Batista Junior (1998) a crise de 1929, as guerras mundiais, a adoção do planejamento centralizado, o protecionismo e o nacionalismo destruíram a economia internacionalizada. Isto ocasionou uma falta de entendimento sobre o processo de internacionalização do capital, como se fosse possível excluir ou não considerar certos períodos da história que são extremamente relevantes, para a análise e avaliação do tema da globalização na atualidade.

A avaliação de que a globalização não é um fenômeno novo, mas apenas um período dentro de um processo histórico mais longo é perceptível também quando a associamos aos ciclos econômicos do capitalismo. Schumpeter (1997) estudou os movimentos do capitalismo e o relacionou aos ciclos econômicos, classificando-os por ciclos de crescimento. Aqui julgou-se necessário relatar

¹ Segundo Eichengren (1994, p.59) o padrão ouro é, geralmente, considerado o epítome de um sistema monetário internacional estável. Entre 1880 e 1913, as nações industriais líderes mantiveram fixo o preço de suas moedas em termos de ouro. Por meio de arbitragens no mercado do ouro, essas políticas estabilizavam as taxas de câmbio. Enquanto se mantivesse a conversibilidade externa e não se colocasse obstáculo às remessas de ouro, as taxas de câmbio variavam no interior dos *gold points* (bandas em torno da relação entre preço doméstico e externo do ouro, definida pelos custos de remessa e de seguro).

dois: o Longo ou de Kondratieff (em torno de 40 a 60 anos) e o Médio ou de Juglar (entre 8 a 10 anos). Os ciclos longos acompanham o capitalismo desde o seu surgimento, enquanto que os ciclos médios estão associados à implementação do capitalismo industrial e somam-se algebricamente, constituindo-se assim nos Ciclos Longos.

Neste sentido, Wallerstein (2004) argumenta que é possível olhar a situação da globalização de maneira muito mais produtiva, quando analisada sobre esta perspectiva dos ciclos. Para ele, por exemplo,

o período de 1945 e os dias de hoje é o período típico de um ciclo de Kondratieff da economia-mundo capitalista que tem, como sempre, duas fases: uma fase A, ou curva, ascendente de expansão econômica, que neste caso ocorreu de 1945 a 1967-1973, e uma fase B, ou curva descendente de contração, que existe desde 1967-1973 até os nossos dias e que provavelmente continuará por vários anos (WALLERSTEIN, 2004, p. 54).

Araújo Junior (2003) soma a explicação afirmando que na fase A (ascensão) a economia está mais dinamizada e desenvolvida, enquanto que na fase B (depressão) ocorrem as maiores transformações políticas, econômicas, políticas, sociais e institucionais. A fase depressiva acarreta uma mudança na formação econômica e social, como efeito de um novo estágio de desenvolvimento da atividade produtiva.

A compreensão dos ciclos econômicos e suas fases de ascensão e depressão faz reconhecer as variações do papel do Estado e do mercado, ao longo da história. Isto se configura como um jogo de forças, no qual as condições econômicas ditam a necessidade de manter-se um Estado Liberal, em tempos de ascensão econômica, ou da criação de um Estado de Bem Estar Social, em momentos de crise econômica, social e política.

Nas fases A e B dos médios ou longos ciclos econômicos as condições e as conjunturas sociopolíticas dos países fazem engendrar um novo planejamento geopolítico, com a finalidade de manter ou desenvolver o mesmo sistema de submissão das nações desenvolvidas, para com os países periféricos aos centros de decisão da economia mundial.

É neste aspecto que se encontra a América Latina e especificamente o Brasil, no tema da globalização. No grande período de depressão, demonstrado por Wallerstein (2004) ocorre à concentração de capitais ocasionando a formação de grandes conglomerados empresariais. Estes por sua vez, inclusos num cenário de queda, estagnação ou pouco crescimento em seus rendimentos, acabam por buscar novos mercados consumidores. No Brasil, após, os anos de 1980, a inserção das empresas transnacionais e de seu capital financeiro aconteceu com algumas barreiras. O aparelho jurídico e estatal gerido durante a ditadura militar impedia o pleno desenvolvimento e abertura do capital privado internacional no Brasil. Além disso, o final dos anos 80 e início dos 90 veio acompanhado de transformações políticas e econômicas que, ao contrário do que esperavam os agentes econômicos da época, levaram o país a uma profunda recessão.

Portanto, a América Latina e o Brasil surgem, no período caracterizado como globalização, como áreas potenciais para exploração, dentro deste movimento de ciclos econômicos. As empresas estatais, criadas desde a década de 1950, foram sendo gradativamente privatizadas. Neste período, houve o desmonte de boa parte das instituições, autarquias e empresas estatais e principalmente a perpetuação de uma visão de modernidade ligada a isto. Houve também a alegação de que o Estado era desorganizado e incapaz de gerir com eficiência e eficácia o aparelho administrativo.

Assim, corrobora-se com a afirmação de Araújo Junior (2001) verificando que nos países desenvolvidos a participação do governo aproximou a iniciativa privada ao Estado, definindo setores que precisavam de proteção para aumentar sua competitividade interna e externa. Além disso, nestes países a participação do Estado foi primordial para desenvolver o seu parque produtivo, através da adoção de investimentos, políticas públicas, subsídios, incentivos fiscais, dentre outros. Assim, verificou-se que as políticas neoliberais não são aplicadas nas relações internas dos países

desenvolvidos. O neoliberalismo ocorre “para fora”, nas relações com os países periféricos ao sistema capitalista mundial. Neles configura-se a ideologia da globalização com a abertura de seus mercados, serviços e produtos.

A partir da discussão e do debate teórico construído até aqui é possível afirmar que foram reunidos argumentos plausíveis para considerar a ideologia da globalização como um mito. Sua conotação está amparada sobre as doutrinas neoliberais que, de alguma forma, renovam os valores, mas mantêm as mesmas ações nos planos econômicos, político e social.

A globalização só pode ser compreendida dentro de uma perspectiva histórica mais longa. Porém, só encontra-se sentido na plausibilidade do discurso da globalização porque o mesmo é exposto de maneira simplificada e distorcida. Contudo, não se pode deixar de vista o entendimento de que é justamente esta concepção que se queira perpetuar. Como sinaliza Batista Junior (1998) a globalização é um fenômeno ideológico nem sempre muito sofisticado, que serve no plano editorial, por exemplo, para vender jornais, revistas e livros superficiais e nos planos econômico e político, a apanhar países ingênuos e despreparados na malha dos interesses internacionais dominantes.

Ao reconhecer a globalização como um mito e uma fábula, assim como Santos (2001), Ianni (2008) e Batista Junior (1998), considera-se condizente propor outra conceituação para identificar este fenômeno de internacionalização da economia, que conseqüentemente influencia a sociedade em suas várias dimensões.

Diante disto, acredita-se que o conceito de “mundialização”, cunhado por Chesnais (1996), seja o mais representativo e alusivo para caracterizar as quatro últimas décadas do cenário econômico mundial. Segundo Chesnais (1996, p. 18):

Por pouco que se saia do campo da ideologia pura e se entre no campo de um enfoque científico, a palavra “globalização” ou “mundialização” representa um convite imediato a escolher ou criar instrumentos analíticos que permitam captar uma totalidade sistêmica. Isto não apenas ao tocante ao conceito de capital, que dever ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada, hoje cada vez mais nitidamente comandada pelo capital financeiro. Aplica-se também a economia mundial, entendida como relações políticas de rivalidade, de dominação e de dependência entre Estados. A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais.

O enfoque dado pelo conceito de mundialização possibilita uma ruptura das doutrinas levantadas pela globalização, ao reconhecer que os Estados nacionais não desfaleceram com a internacionalização da economia. Assim, um novo viés se abre, entendendo que este fenômeno que se diz global, na verdade, é heterogêneo. Ao assumir esta concepção altera-se a análise sobre as condições geopolíticas, econômicas e sociais existentes no mundo. Percebendo que não existe uma única força motriz ou uma tendência capaz de delimitar e impulsionar as decisões em escala global. O que existem são forças de poder localizadas que, em prol de seus desejos, metas ou reivindicações, estabelecem uma relação dialética em nível nacional e internacional. Outro exemplo é dado por Hirst e Thompson (1998), ao afirmarem que se pode imaginar em escala mundial um multiculturalismo, mas não é possível visualizar uma cultura global. Isto ajuda a derrubar a falsa e desconexa ideia da globalização em sua dimensão cultural e social. Neste sentido, pode-se concluir que existem características que identificam as pessoas e os Estados no processo de mundialização, mas, com certeza, são as diferenças que os qualificam.

Portanto, compreende-se a importância da discussão teórica sobre o tema da globalização, ao considerar que a mesma necessita de uma análise histórica para o seu conhecimento e de uma mudança conceitual, para mitigar certos “ranços” teórico-metodológicos, que o termo acabou criando. Isto também ocorre, quando o tema é abordado no ensino da geografia, carecendo assim de uma sistematização que delimite sua análise.

Procedimentos metodológicos

Antes da caracterização dos procedimentos metodológicos, vale destacar que o entendimento sobre a globalização proposto nesta pesquisa não foi usado como um parâmetro valorativo ou qualitativo sobre os professores e gestores entrevistados, mas como uma orientação teórica que auxiliou numa análise cientificamente construída e que necessita de confiabilidade para com o leitor e principalmente com a realidade estudada.

A pesquisa foi realizada em três escolas do município de Florianópolis, no ano de 2012. O critério de escolha das mesmas se baseou em selecionar apenas escolas estaduais, que possuísem em seu quadro funcional, no mínimo, dois professores de geografia efetivos que lecionassem no ensino médio. Tal parâmetro teve como intenção escolher docentes inseridos a realidade escolar de cada instituição, compreendendo suas particularidades. Segundo informação da Assessoria de Análise e Estatística da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, cinco escolas preencheram tal condição. Diante do tempo disponível para a realização do estudo, foram escolhidas três instituições, sendo elas: Instituto Estadual de Educação (IEE), Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva (EEBARS) e Escola de Ensino Médio Jacó Anderle (EEMJA).

Contudo, mesmo após contato com as referidas escolas verificou-se que alguns dos professores efetivos de geografia não estavam lecionando, pois ocupavam cargos administrativos, estavam afastados por outros motivos, não concordaram ou puderam, naquele período, participar da pesquisa. Diante do fato, a pesquisa abriu seus horizontes também aos professores Admitidos em Caráter Temporário, denominados de ACT. Isto, em certa medida, acabou não prejudicando o andamento da pesquisa, porque na prática verificou-se que alguns destes docentes já lecionavam como ACT na mesma escola há algum tempo. A localização das referidas escolas esta indicada na Figura 1, abaixo.

Figura 1 – Localização das escolas pesquisadas no município de Florianópolis.



Em cada escola foram entrevistados dois professores de geografia e um membro do quadro funcional da direção, nomeado como gestor, perfazendo um total de nove pessoas entrevistadas. Vale ressaltar que os nomes e os dados dos entrevistados foram mantidos em sigilo e as informações foram tratadas em âmbito exclusivamente acadêmico.

A abordagem da pesquisa adotou uma estratégia qualitativa indutiva, na qual se privilegiou não a quantidade de escolas estudadas, mas sim o potencial de cada uma delas para facilitar a compreensão teórica do problema de investigação. Por ser uma pesquisa de caráter eminentemente qualitativo, o critério de seleção dos professores para a coleta de dados baseou-se nas escolas aonde estes atuavam. Isto ocorre porque cada escola tem liberdade para definir seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que conseqüentemente repercute no planejamento do professor. Diante deste processo de seleção dos professores, acreditou-se em duas interpretações que acrescentaram o estudo: ele assumiu uma dimensão pedagógica e também colocou os docentes como atores deste processo de pesquisa.

Em consonância com a abordagem qualitativa indutiva, o estudo também assumiu um enfoque interpretativo dialético da realidade. Sobre as pesquisas que utilizam o método dialético Gamboa (2008, p.97) faz a seguinte consideração, que pode ser atribuída a este estudo:

Sua postura marcadamente crítica expressa a pretensão de desvendar, mais que o conflito das interpretações, o conflito dos interesses. Essas pesquisas manifestam um interesse transformador das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudança.

A coleta dos dados foi realizada através de uma entrevista semiestruturada, aonde o pesquisador organizou um conjunto de questões sobre o tema estudado, mas permitiu que o entrevistado falasse livremente sobre assuntos pertinentes ao tema principal (PÁDUA, 2004). A entrevista foi orientada num roteiro, com questões abertas e fechadas, aplicadas aos gestores e professores de geografia selecionados nas três escolas, entre os meses de junho e julho de 2012. De modo geral, os gestores foram questionados sobre as características dos alunos atendidos no ensino médio: onde residem, sua origem, nível de renda, nível de instrução dos pais e a participação dos mesmos. Os docentes também discorreram sobre esta caracterização dos alunos e, além disso, lhes foram perguntados os seguintes aspectos: seus conhecimentos sobre os parâmetros curriculares vigentes² o PPP de cada escola e de que forma os mesmos se relacionavam ao tema da globalização, no ensino da geografia; como entendem ou caracterizam nas aulas a temática da globalização e quais bases teóricas utilizam para tal interpretação; quais áreas do conhecimento utilizavam com maior frequência ao abordar o tema da globalização; quais conteúdos eram ministrados com maior regularidade pelos professores no ensino da globalização; as práticas de ensino mais aplicadas; se possuíam alguma dificuldade ao lecionar o tema e; a importância da temática da globalização para os alunos do ensino médio e qual retorno os professores obtinham dos alunos, após lecionar o referido tema.

Os fatores mencionados anteriormente fazem compreender que o foco principal da pesquisa foi a escola. Observa-se que, apesar de o professor ser o interlocutor e o mediador entre o conhecimento e o aluno, torná-lo o único responsável pelo ato educativo é um pensamento minimalista e desconexo da realidade educacional. Engendrado dentro da estrutura de ensino, o professor se vê rodeado de normas, regulamentos e leis que influenciam, por exemplo, na matriz curricular que ele trabalha e nos seus materiais didáticos. Além disso, a própria comunidade escolar (pais, alunos, professores e a sociedade) dá à escola uma característica singular e atribuem ao dia dia da mesma muita peculiaridade.

Conclusões

As conclusões desta pesquisa tem como resultado final a relação entre a fundamentação teórica e os resultados obtidos através das entrevistas. Desta forma, a análise se deu pela comparação das escolas estudadas, buscando elementos que evidenciassem suas semelhanças, diferenças, particularidades, desafios e/ou benefícios na tarefa de ensinar o tema

² Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM). Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC).

globalização, para os alunos do ensino médio.

Através das entrevistas junto aos gestores das escolas foi possível caracterizá-las revelando a inserção destas no espaço geográfico, reconhecendo as origens e as condições sociais e econômicas das comunidades atendidas em cada instituição. Assim, constatou-se que todas elas possuem características comuns como: a falta de identidade escolar, nível de renda semelhante dos alunos (classe média) e pouca participação e envolvimento dos pais. Estas informações não são novidades, mas apenas retratam as condições atuais da realidade educacional.

A análise das entrevistas dos professores representou a parte mais importante desta pesquisa. Mesmo não tendo um conhecimento atualizado sobre os parâmetros curriculares vigentes os docentes afirmaram que estes documentos possuíam um tipo de abordagem que privilegiava a realidade dos alunos nas aulas sobre a globalização, trabalhando-a em diferentes escalas de interpretação e enfatizando os aspectos locais. Esta compreensão é considerada um fator positivo, pois percebe-se que este é um entendimento balizado pelos docentes. A utilização de aspectos do cotidiano dos alunos foi considerada a melhor forma de abordagem do tema da globalização, ganhando concretude e significado na vida dos discentes.

A análise dos professores sobre o PPP não se mostrou muito diferente. Identificou-se que as bases filosóficas e pedagógicas dos PPP's orientavam-se pelos PCSC e seu enfoque sócio construtivista.. Assim, esta orientação filosófica e pedagógica também se revelou nos PPP's, aliando-se a realidade social, econômica e cultural de cada escola e definindo seus objetivos para a formação educacional do indivíduo. Novamente tal situação não foi suscitada pelos professores que, na maioria das vezes, elencavam o documento de forma superficial e abrangente, ligando suas reformulações as necessidades do mercado de trabalho ou as exigências do mundo globalizado. Compreende-se que o foco do professor ocorre principalmente no planejamento curricular, que é feito separadamente ao PPP. Contudo, a falta de conhecimento sobre o documento mais próximo a realidade da escola é algo preocupante que pode ser explicado pela falta de oportunidades de discussão do mesmo. As Gerências Regionais de Educação ao reduzir o tempo disponível para atualização do PPP, durante apenas uma semana pedagógica, acabam limitando aos gestores e professores os momentos de reflexão e proposição sobre o mesmo. Além disso, observa-se que o PPP é apenas uma das inúmeras responsabilidades assumidas pelos docentes dentro do ambiente escolar. Assim, uma análise mais profícua, qualitativa e totalizadora sobre o PPP de cada instituição só ocorrerá se for valorizada e possibilitada pelas instâncias administrativas superiores a escola.

A abordagem dos professores sobre a globalização acabou revelando diferentes concepções. Num primeiro momento houve o entendimento de que este tema é abrangente e conseqüentemente seu estudo se dilui em muitos conteúdos do ensino médio como a urbanização, industrialização, fluxos migratórios, conflitos internacionais, dentre outros. Posteriormente, cada docente atribuiu uma acepção variada à globalização, introduzindo-a como um fato assumido na vida dos alunos, como uma consequência histórica da evolução do capitalismo ou como um tema fortemente ligado as formas e padrões de consumo da atualidade. Independente do caráter teórico interpretado pelos professores, os mesmos concordam que a explicação sobre o tema da globalização perpassa, posteriormente, por uma análise crítica dos alunos, identificando os benefícios e as mazelas deste fenômeno na sociedade.

Além disso, constatou-se que o posicionamento dos professores sobre a globalização, se assemelhou, em parte, com a concepção defendida neste estudo, pois os docentes o abordaram a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo. Contudo, o que ficou marcadamente identificado foi a indefinição teórica sobre o tema, pois não houve uma

característica preponderante defendida entre os professores, que pudesse caracterizar o fenômeno da globalização. Os mesmos identificaram muitos fatos que demonstraram os aspectos da globalização, mas acabaram tornando-se explicações específicas, pontuais ou isoladas que não se relacionaram entre si, não conseguindo responder concretamente o que seja a globalização. Todavia, é necessário reconhecer que esta é uma tarefa difícil, mas foi o objetivo e o exercício reflexivo proposto neste estudo.

As bases teóricas assumidas pelos professores ajudaram a compreender tal multiplicidade explicativa. O geógrafo Milton Santos foi mencionado pela maioria dos docentes, mas as referências aludidas ao mesmo resumiram-se a compreensão da globalização diante do período técnico-científico informacional. Outro quesito utilizado pelos professores em suas bases teóricas foi à abordagem econômica, mas nenhum deles citou o nome de algum autor ou teoria vinculado a esta área do conhecimento. Também foi identificado o uso de jornais, revistas e principalmente dos livros didáticos como um parâmetro teórico para a compreensão da globalização. Por fim, foi citada a geografia crítica com uma das formas de interpretação deste fenômeno, mas sem maiores explicações sobre o mesmo.

Deste modo, foi possível analisar que a variedade das bases teóricas utilizadas na interpretação da globalização tem como causa os seguintes fatores: os diferentes períodos e contextos na formação acadêmica de cada professor de geografia entrevistado; a forte influência das teorias de Milton Santos sobre a globalização, que conseqüentemente refletiram-se nos livros didáticos e; a amplitude como o tema é discutido no meio midiático e nas inúmeras áreas do conhecimento.

Contudo, é necessário lembrar que a globalização no Brasil foi algo extremamente divulgado e superficialmente discutido, a partir de 1980. Portanto, este ideal de um mundo inevitavelmente globalizado foi reconhecido pelas instâncias governamentais da época e perpetuado em todos os níveis da sociedade, dentre eles a educação escolar. Assim, direta ou indiretamente esta concepção neoliberal foi difundida nas escolas e no meio acadêmico e provavelmente atravessou e influenciou a trajetória profissional dos professores, contribuindo para o resultado apresentado.

Além disso, os professores foram perguntados sobre quais áreas do conhecimento utilizavam com maior frequência quando ensinavam a globalização. A proposição deste questionamento era elucidar como cada docente interpretava o tema. A área econômica foi preponderante e confirmou o entendimento de que a globalização é um fenômeno originado pelos fatores econômicos, que necessariamente influencia nas outras dimensões (culturais, sociais) atribuídas ao tema.

Já os conteúdos ministrados com maior frequência pelos professores no ensino da globalização mostraram a variedade de assuntos e a riqueza com que o tema pode ser trabalhado em sala de aula. Assim, avaliou-se a abrangência do tema e a premente necessidade de relacioná-lo com alguns períodos históricos como, por exemplo, a Revolução Industrial, a 1ª e 2ª Guerras Mundiais e a Guerra Fria.

As práticas de ensino utilizadas pelos docentes foram identificadas através dos recursos didáticos, da forma de exposição do conteúdo e dos critérios de avaliação explicitados na entrevista. O quesito mais diferenciado foram os recursos didáticos. No IEE, por exemplo, os ambientes de aprendizagem, como o laboratório de geografia, e os recursos disponíveis, como os Atlas e projetores multimídias possibilitam um variado e pleno desenvolvimento das aulas. Já na EEBARS e na EMMJA há um limite para reprodução de textos, pois existe uma “cota” para fotocópias por professor. Além disso, foram relatados problemas de infraestrutura, defasagem do acervo bibliográfico e dos equipamentos pertencentes aos laboratórios. Desse modo, também deve-se refletir sobre as condições de trabalho dos docentes, pois indicam os limites de atuação e proposição didática sobre o tema da globalização.

As formas de exposição do conteúdo e os critérios de avaliação utilizados são praticamente iguais, nas três escolas pesquisadas. De maneira geral, os professores usam a aula expositiva dialogada, a realização de tarefas, atividades ou pesquisas orientadas por um material de apoio (texto complementar, livro didático ou mapa) e avaliam seus alunos através da participação dos mesmos e das notas advindas das atividades e/ou provas realizadas. Há um esforço dos docentes em propor variadas formas de abordagem da globalização, trabalhando com aspectos do cotidiano dos discentes. Esta proposição teórica e metodológica foi apontada como a melhor forma de aplicação dos conteúdos, pois traz a tona a relação local global, a resignificação dos lugares e o papel ou funções dos alunos enquanto cidadãos críticos.

Os professores afirmaram não possuir nenhuma dificuldade no ensino da globalização, pois já possuíam experiência profissional e consideravam ter as bases teóricas e didáticas para a realização de suas aulas. Também foi observada a facilidade com que esse tema é lecionado, pois os assuntos pertinentes fazem parte da vida dos alunos. Assim, o ensino da globalização torna-se extremamente atrativo aos discentes e possibilita que a discussão sobre o tema seja mais representativa.

A importância do ensino da globalização para os alunos do ensino foi definida pelos professores da mesma forma, reconhecendo-a como um tema que ajuda a compreender o desenvolvimento do capitalismo, em diferentes escalas de análise (local, regional e global) e de interpretação. Assim, os discentes são estimulados a pensarem criticamente sobre sua realidade econômica, política, social e cultural.

Por fim, o retorno obtido dos alunos quando os professores lecionavam esta temática demonstrou o quanto o ensino da globalização é algo desafiador e instigante. Segundo os professores, este fenômeno está presente na vida dos alunos, mas os mesmos não conseguem assimilá-lo, pois como um dos docentes salientou “*os alunos já nasceram num mundo globalizado*”. Assim, eles não possuem parâmetros para discerni-lo com outros momentos históricos, sociais ou políticos. Diante desta situação, a abordagem do professor de geografia frente ao tema é primordial e define qual caráter crítico será utilizado e interpretado pelos alunos.

De maneira geral, não houve diferença significativa entre os parâmetros que orientam o ensino da globalização nas três escolas pesquisadas, pois a influência dos PCNEM, da PCSC, do PPP e da abordagem dos professores de geografia foi parecida. Os fatores que puderam diferenciar as práticas de ensino são as características das escolas e as condições de trabalho dos professores em cada uma delas. Porém, o que ficou marcado foi à variada gama de concepções sobre a globalização, que demonstrou a imprecisão teórica sobre o tema. Para os docentes, a globalização parece compreender diversos fatores, assuntos e/ou entendimentos, mas não é possível estabelecer vínculos que demonstrem as relações entre os mesmos e definam uma orientação ou tendência interpretativa frente ao tema.

Considerações finais

Durante esta pesquisa investigou-se como as escolas e seus professores de geografia entendiam e ensinavam o tema da globalização. Na busca por tais respostas o que se encontrou foram mais questionamentos, pois as opiniões divergentes acabaram não estabelecendo um consenso sobre o tema. Compreende-se que um olhar crítico sobre a globalização é salutar, mas antes mesmo de refletir sobre o mesmo é necessário delimitá-lo teoricamente, a fim de sustentar e fundamentar sua análise. Dessa forma, será possível estabelecer a influência deste fenômeno na sociedade, nos seus diferentes aspectos como, por exemplo, em âmbito social, político, econômico e cultural. Embasado nesta perspectiva e vislumbrando a globalização no ensino da geografia torna-se fundamental avaliar sua representatividade à realidade dos alunos.

O contexto histórico que originou o ideal de um mundo globalizado repercutiu significativamente na maneira como o tema é abordado nos documentos oficiais (PCNEM, PCSC), nos PPP's, nos livros didáticos e na atuação dos professores. Portanto, compreender esta análise conjuntural é crucial para uma visão totalizadora do fenômeno.

Na atualidade já não é possível encontrar a mesma importância aludida à globalização como nas décadas passadas. Os argumentos que sustentam sua veracidade e importância não se sustentaram. Diante da recente crise econômica internacional nos países desenvolvidos, o que se percebe é o papel crucial dos governos no ordenamento econômico, social e político. Efetivamente o “mundo não diminui de tamanho” e os Estados Nacionais não desfaleceram.

Referências

ARAÚJO JUNIOR, Aloysio Marthins de. **A indústria de bens de capital no estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais**. Universidade de São Paulo, USP, Brasil 2003.

ARAÚJO JUNIOR, Aloysio Marthins de. O papel do Estado brasileiro frente ao processo de globalização. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru (SP), v. III, n. 20, set.-dez. 2001, p.42 – 49.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Mítos da globalização. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados/USP, n° 52, set. 1998.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. **Caderno da dívida externa**, n. 69, PEDEX, São Paulo: Peres, 1994.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CLAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 90: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n° 55, novembro/2001.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4º ed. Trad. Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. **Milton Friedman e a história do pensamento econômico contemporâneo**. Editora Ferreira, 22/11/2006. Disponível em: < http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque12.pdf>. Acesso em: 18/09/2012.

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o Neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10ª ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ROCHE, Maurice. **Rethinking citizenship: welfare, ideology and change in modern society**. Cambridge: Polity Press, 1992.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jul./dez. 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume II.

VERGOPOLUS, Kostas. **Globalização, o fim de um ciclo**: ensaio sobre a instabilidade internacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um marco do fundamentalismo neoliberal: Hayek e o caminho da servidão. **Comunicação & Política**, v.24, n.2. P.73-106. 2006.

WALLERSTEIN, John. **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Correspondência

Alan Fernandes dos Santos

E-mail: alanimarui@yahoo.com.br

Recebido em 02 de junho de 2014.

Revisado pelo autor em 24 de novembro de 2014.

Aceito para publicação em 25 de abril de 2015.



O ensino da Geografia a partir da compreensão do contexto local e suas relações com a totalidade

Sandro de Castro Pitano*

Rosa Elena Noal**

Resumo: Investigação sobre a construção do conhecimento geográfico a partir das relações locais e globais no contexto do ensino de Geografia. Os objetivos consistiram em analisar práticas de ensino, buscando compreender como são consideradas as relações entre local e global, enfocando o estudo do local com base nos conceitos geográficos. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro professores de escolas públicas municipais e estaduais. Buscou-se compreender como os professores pesquisados promovem a aprendizagem de conteúdos globais a partir das relações do espaço local de seus alunos, enfatizando a compreensão e construção dos conceitos geográficos. Durante as entrevistas constatou-se a necessidade de incluir o papel da mídia e da informação no ensino de Geografia, pois os professores utilizam amplamente os meios de comunicação para exemplificar e problematizar a realidade em sala de aula. Os conteúdos de Geografia tomados como base para a compreensão global/local foram: Globalização, Mudanças Climáticas e Sociedade. Os resultados revelam que para os professores a articulação com a realidade local é uma forma de problematizar a aula, tendo em vista que o aluno está inserido numa forma de sociedade que passa por um processo de globalização contraditório e desigual. As experiências analisadas consideram a relação entre os contextos local e global na construção do conhecimento geográfico, porém, não exploram a influência da mídia em sua prática.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

** Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada do Instituto de Ciências Humanas da UFPEL.

The teaching of geography from the understanding of the local context and its relations with all

Abstract: Research on the construction of geographical knowledge from local and global in the context of teaching Geography relations. The objectives consisted in analyzing teaching practices, seeking to understand how they are considered the relations between local and global, focusing on the study site based on geographical concepts. Data collection occurred through semi-structured interviews with four teachers from local and state public schools. We sought to understand how teachers surveyed promote the learning of global content from the relations of the local space of his students, emphasizing the understanding and construction of geographical concepts. During the interviews it was found the need to include the role of media and information in teaching Geography because teachers extensively use the media to illustrate and discuss the reality in the classroom. The contents of Geography taken as a basis for understanding global / local were: Globalization, Climate Change and Society. The results show that for teachers to link with the local reality is a way of questioning the class, given that the student is inserted in a form of society which is undergoing a process of globalization contradictory and uneven. The experiments analyzed consider the relationship between the local and global contexts in the construction of geographical knowledge, however, did not explore the influence of the media in their practice.

Palavras-chave:

Educação básica; ensino de Geografia; conteúdos; local; global.

Key-Words:

Basic education; teaching Geography; content; local; global.

Introdução

O presente artigo tem como objeto de estudo a construção do conhecimento geográfico a partir das relações locais e globais no contexto do ensino de Geografia. O fator motivador da pesquisa originária do texto está relacionado à necessidade do trabalho a partir da realidade do aluno, porque “a localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo” (FREIRE, 1999, p. 44). Nessa visão “assim como é errado ficar aderido ao local, perdendo-se a visão do todo, errado é também pairar sobre o todo sem referência ao local de onde se veio” (FREIRE, 1999, p. 45). Seus objetivos consistem em analisar práticas de ensino, buscando compreender a forma como são consideradas as relações entre local e global, além de entender o estudo do local em Geografia com base na importância dos conceitos geográficos para a compreensão e a produção do espaço em sua totalidade.

Destaca-se a importância da globalização como fenômeno mundial que se dá pela intensificação do comércio, produção e circulação de mercadorias, informações e capital, unificando o capitalismo em todos os seus níveis. Sendo a Geografia uma ciência social, é primordial que ela dê conta de explicar a realidade local por meio de seus conceitos, de modo a facilitar a inserção do aluno na sociedade globalizada e capitalista, de forma consciente e crítica. As disciplinas e os conteúdos são instrumentos através dos quais professores e alunos poderão desenvolver, conjuntamente, o pensar crítico. Portanto, entende-se que o ensino problematizador pode gerar uma nova concepção de cidadão, à medida que coloca os sujeitos constantemente à frente de problemas que os desafiem.

As seguintes inquietações permearam o processo de pesquisa: de que forma a análise da realidade local facilita a compreensão do espaço geográfico global? Quais os conceitos que precisam ser analisados, em âmbito local, para permitir o entendimento do espaço geográfico em escalas cada vez mais amplas?

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro professores das escolas públicas municipais e estaduais, nos municípios de Canguçu e Pelotas-RS, visando perceber como eles contemplam em suas aulas a relação local – global dos conteúdos analisados. Buscou-se compreender como os professores pesquisados promovem a aprendizagem de conteúdos globais a partir das relações do espaço local de seus alunos, enfatizando a compreensão e a construção dos conceitos geográficos. A partir da realização das entrevistas com os professores constatou-se a necessidade de incluir na análise o papel da mídia e da informação no ensino de Geografia, pois eles muito se utilizam dos meios de comunicação para exemplificar e problematizar a realidade nos contextos local e global.

Os conteúdos foram escolhidos com base nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e em temáticas abordadas por livros didáticos atuais, recomendados pelo Ministério da Educação (MEC). Optou-se pelos seguintes: globalização, mudanças climáticas e sociedade.

A importância da compreensão local-global no ensino de Geografia

Sendo o espaço geográfico um espaço produzido, que tem a natureza como condição concreta de produção social e o trabalho como modo de produção, a educação tem função estratégica. Ela tanto pode combater a alienação como pode reforçar as práticas desiguais hierarquizadas historicamente. Nesse contexto, o ensino de Geografia, quando qualificado e efetivo, é uma contribuição socioeducativa. Tal afirmativa está pautada na relação escola-mundo, na qual o educando precisa conhecer e analisar o mundo contemporâneo através da perspectiva geográfica local, a fim de compreender como a sociedade se organiza no tempo e quais as relações que estabelecem na transformação do espaço. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para que o ensino de Geografia dê conta de levar a uma compreensão ampla da realidade

de, é preciso que seja trabalhado de forma a proporcionar entendimento dos conceitos básicos da ciência geográfica.

Não basta ter conhecimento dos conceitos se o aluno não sabe utilizá-los na vida prática, ou seja, se não sabe para que serve em seu dia-a-dia. É fundamental que o ensino de Geografia seja voltado para o pensamento crítico sobre os conteúdos, pois é através da compreensão das múltiplas relações vivenciadas que o aluno construirá conceitos, entendendo que os fenômenos geográficos estão interligados com a natureza e com o homem, no tempo e no espaço.

A noção de escala espaço-temporal, por exemplo, precisa ser clara, dando conta de explicitar que os fenômenos universais estão presentes no contexto da local, de forma prática e que são vivenciados pelos educandos. Para tanto, o ensino deve estar estruturado de forma a permitir a análise dos diferentes aspectos de um mesmo fenômeno em diferentes momentos da história, facilitando, assim, análises mais complexas e críticas (PCN's, 1997). Com isso o aluno desenvolve a habilidade de comparar, identificar e refletir sobre os distintos aspectos da realidade, de modo a entender suas interligações.

A problematização dos conteúdos, então, é a palavra chave quando se pretende entender a realidade de forma ampla. Realidade problematizada a partir das vivências dos alunos, na busca e formulação de hipóteses que expliquem as relações e transformações da sociedade. Segundo essa concepção se conclui que “o nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do mundo e do lugar. Mas o acontecer local é referido ao acontecer global” (SANTOS, 1997, p. 131).

O espaço vivido pelos alunos deve ser o ponto de partida do professor no desenvolvimento de qualquer conteúdo, promovendo, assim, a compreensão da realidade local no contexto global. Ou seja, é primordial que os sujeitos sejam capazes de pensar sobre sua própria realidade dentro de um contexto amplo e complexo. Segundo Freire, a leitura de mundo do aluno deve ser levada para a sala de aula como o ponto de partida do professor ao ensinar, conforme enfatiza:

Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento. É preciso que, ao respeitar a leitura do mundo do educando para ir mais além dela, o educador deixe claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história, se aperfeiçoa, muda qualitativamente, se faz metodicamente rigorosa (FREIRE, 2004, p. 123).

Na mesma lógica, Callai (1998, p. 59) introduz a ideia de que a realidade do aluno deve ser tomada como princípio na explicação dos fenômenos, já que, “é mais fácil organizar as informações, podendo-se teorizar, abstrair do concreto, na busca de explicações, de comparações e de extrapolações”. Por sua vez os PCN's expressam que:

Tal abordagem visa favorecer também a compreensão, por parte do aluno, de que ele próprio é parte integrante do ambiente e também agente ativo e passivo das transformações das paisagens terrestres. Contribui para a formação de uma consciência conservacionista e ambiental, na qual se pensa sobre o ambiente não somente em seus aspectos naturais, mas também culturais, econômicos e políticos (BRASIL, 1997, p. 117).

O fenômeno da globalização influencia no contexto local, de forma a interferir e/ou determinar as relações que se dão no espaço ocupado. Daí a importância de desenvolver com o aluno a capacidade de relacionar o espaço com a natureza e com a sociedade, promovendo situações nas quais venha a perceber os aspectos econômicos, culturais e políticos da realidade, situando-se e posicionando-se criticamente frente às relações que se nela se estabelecem.

O conceito de lugar na compreensão local-global do espaço no ensino de Geografia

De acordo com Milton Santos (2002) o espaço é formado por um conjunto indissociável e também solidário de sistemas de objetos e sistemas de ações. A uma escala mundial o espaço se globaliza guiando investimentos, circulação e distribuição de mercadorias, pessoas, capitais e riquezas. A noção de totalidade em Geografia está intimamente ligada às relações que se estabelecem, as quais são sucessivas e concomitantes no espaço geográfico. É a partir dessas relações simultâneas que os lugares originam, determinam e representam o todo, de acordo com o mesmo autor:

O todo existe através de indivíduos aparentemente separados, mas irmanados no todo que lhe deu origem e no todo que é resultado. O todo se dá realmente, objetivamente, empiricamente através dos acontecimentos particulares que são diferentes. O todo se dá subdividindo-se, porque o acontecer é diferente (SANTOS, 2002, p. 167).

À medida que as relações sociais se dinamizam através das novas técnicas modificam-se as relações de produção e as relações de trabalho, a totalidade apresenta-se enquanto “conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento” (SANTOS, 1997, p. 94). As relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço e se dão a partir do trabalho, modo de produção, organização hierárquica e das relações de poder, e a reprodução social se dá enquanto classe ou grupo social.

Ensinar Geografia implica em partir de uma análise que conduza a explicação dos fenômenos do contexto local para o global. Enfatizando, também, a influência que o global tem no local e, vice-versa, em que a aprendizagem é um processo pelo qual os sujeitos entendem, conhecem e organizam informações da realidade, transformando-as em conhecimento.

A globalização constitui-se a partir da internacionalização e da ampliação de um sistema, onde todos os lugares estão interligados, segundo sua lógica. A circulação facilita a aproximação entre os diferentes lugares através da instantaneidade da informação, permitindo às pessoas obter conhecimentos dos acontecimentos tão logo eles acontecem. Quando Santos (1997, p. 116) diz que “cada lugar é o mundo”, é porque segundo seu entendimento de totalidade, cada lugar da superfície terrestre revela a dinâmica do mundo e consegue explicar por si mesmo cada um dos fenômenos da globalização, pois estes acontecem simultânea e diferentemente em todos os lugares e, em cada um deles. O lugar é, portanto, entendido como a materialização das experiências vivenciadas que aproximam o ser humano do mundo, isto é, é consequência da concepção entre o sujeito e o meio em que ele está inserido.

Cada lugar é a expressão do mundial e das relações que foram estabelecidas através da técnica e da informação, o mundial se instala no lugar, mas é o lugar que vai determinar o impacto dessa nova ordem dentro de sua dinâmica, de maneira a impor variáveis e critérios ao processo de espacialização.

O papel da mídia na construção do conhecimento e no trabalho pedagógico do professor

O professor pode usar a tecnologia como um recurso pedagógico em sala de aula, de maneira saudável e facilitadora na aprendizagem. Sendo possível ao aluno o entendimento do conteúdo de forma prazerosa e articulada com a realidade, desperta o interesse e motiva. Surge a necessidade do professor se instrumentalizar em sua realidade histórica através da contínua formação para melhor lidar com a evolução técnica, científica e informacional, no sentido de promover uma metodologia mais didática e construtivista de ensino, problematizando os conteúdos e vinculando-os com a realidade local e global que a escola está inserida.

Para acompanhar a dinâmica da Geografia, é necessário contextualizar, dar sentido às

informações que nos chegam incessantemente, utilizando-as como ferramentas para análise e reflexão, não como simples fatos isolados. Tendo em vista o fenômeno da globalização das tecnologias, as informações se especializam de tal forma que em todos os lugares por mais remotos que sejam, está presente o acesso à mídia, conforme explica Libâneo (2008):

Com maior ou menor acesso, no entanto, as novas tecnologias da informação e os diferentes meios de comunicação, por exemplo, o rádio, o jornal, a revista, a televisão, o computador, o telefone, o fax e outros estão presentes nos espaços sociais ou incorporados ao cotidiano de vida das pessoas, de maneira que modificam hábitos, costumes e necessidades. Os meios de comunicação, melhor dizendo, as mídias exercem cada vez mais um papel de mediação e de tradução da realidade social. A seu modo — um modo editado e, por vezes, manejado —, elas contam o que acontece no mundo, fazendo com que grande parte da realidade seja percebida de forma virtual (LIBÂNEO, 2008, p. 67).

O fenômeno da globalização unificou o mundo de tal modo que as distâncias encolheram alicerçadas pela disseminação da informática em grau crescente, num mundo em que tudo é virtual, inclusive as relações. Hoje em dia na sociedade o que prevalece são os interesses econômicos que se refletem no modo de vida das pessoas (o consumo), a realidade apresenta-se desigual e unificada.

A mídia une os lugares em uma rede de informações, de modo a representar o mundo de maneira homogênea, colocando em destaque a responsabilidade dos professores. A grande demanda de informação na escola é evidenciada pelo acesso que os alunos têm à televisão, internet, rádio, jornais, livros entre outros. Cabe ao professor sistematizar e orientar o aluno no entendimento e interpretação dessas informações desconexas as quais estão expostos, correlacionando-as com os conteúdos.

A Geografia configura-se, de certa forma, como “gramática do mundo”, pois ela explica o espaço frente a seus múltiplos e complexos fenômenos. O professor é quem tem a responsabilidade de desenvolver com o aluno a capacidade de ler o mundo de forma crítica, analítica e reflexiva a partir de sua dinâmica. Nesse processo, pode utilizar-se da mídia e das tecnologias para despertar o interesse nos alunos e contextualizar os conteúdos com a realidade deles, já que todos têm acesso às informações que a mídia disponibiliza, principalmente pela televisão.

A evolução científica e tecnológica do mundo é dada pela rápida propagação da informação, direta ou indiretamente, através dos meios de comunicação. Não se pode ignorar no ensino de Geografia que os alunos estão mudando, já que se encontram inseridos neste processo de unificação. Mundializou-se a informação e a economia de tal modo que não se pode mais estudar fatos ou fenômenos isoladamente. O professor necessita dar conta dessa evolução utilizando-a em favor da construção do conhecimento, de forma crítica e contextualizada.

Nessa lógica, o uso dos meios de comunicação e da mídia pode facilitar e interferir positivamente nas aulas. Porém, não basta ter uma grande quantidade de informações se elas são fragmentadas ou se não expressam a realidade tal como ela se manifesta. Se trazer para o debate em aula os assuntos que estão em destaque na mídia é um recurso didático de grande contribuição, o mesmo ocorre com os aparelhos eletrônicos, os quais os alunos têm interesse cada vez maior – celulares, aparelhos de mp3, mp4, vídeos-game, computadores, por exemplo. Cabe estimulá-los a pensar sobre, analisar os interesses por trás dessa inovação tecnológica. Refletir sobre os modos de produção desses produtos, onde são produzidos, de que maneira, por quem, em que condições, quem são os consumidores, que vantagens o país tem ao importar esses produtos, o que significa na prática ter uma das economias mais desenvolvidas do mundo, entre outras questões que podem ser levantadas, pois os alunos as vivenciam. Como salienta Nidelcoff (1978), ver a realidade significa:

Descobrir as causas da pobreza, do desemprego, do analfabetismo, da guerra; significa distinguir o explorador do explorado, o opressor, do oprimido; significa reconhecer através de que meios os opressores mantêm o poder; através de que meios, ao contrário, os oprimidos se libertam. Ou seja: ver a realidade com o sentido crítico significa muito mais do que estar informado sobre os fatos do presente ou do passado; significa ser capaz de interpretar seu sentido (NIDELCOFF, 1978, p. 30).

Na atual sociedade capitalista e globalizada, a aprendizagem se dá através da construção de símbolos, hoje determinados mais pelos meios de comunicação do que pela família ou pela escola. A interação do aluno com o mundo próximo e distante se tornará mais eficaz, dinâmica e concreta quando o professor propiciar em suas aulas o debate e a interligação dos temas debatidos na mídia, trazendo-os para o contexto dos conteúdos estudados. Em sala de aula, não se pode fugir a essa realidade, a escola precisa debater tais assuntos no ambiente da sala de aula, já que muitas vezes em casa os alunos não recebem os esclarecimentos pertinentes aos temas abordados pela mídia, não sabendo discernir nem lidar com situações cotidianas a que estão expostos, como as drogas, sexualidade, violência e preconceito. Os alunos constroem seus conhecimentos interagindo uns com os outros, com sua geração, dentro de uma cultura e com o mundo quando são colocados frente a questões desafiadoras e que façam sentido dentro do seu meio, despertando-lhes o interesse. Só então o aprendizado ganha sentido e se torna vivo.

Cabe ao professor, como mediador da ação educativa, levar o aluno a pensar sobre seu contexto local e a confrontá-lo com a realidade global, estabelecendo assim comparações e tendo práticas que levem ao diálogo¹. Para que o conhecimento se efetive na prática o aluno deve ser estimulado a dialogar sobre, a pensar sobre, a expressar-se sobre, numa visão crítica da realidade que o cerca. Através da ação dialógica e problematizadora² é possível melhor compreender e traçar parâmetros que lhe permitam construir e desconstruir a realidade, na medida em que a vivência, enquanto sujeito consciente de suas ações e de sua capacidade de transformação.

À medida que o professor desenvolve sua prática pedagógica com base na ação educativa dialógica, ele possibilita o desenvolvimento das potencialidades do sujeito aluno de forma consciente, pois o dialogar no grupo permite expor inquietações e/ou soluções individuais e coletivas, desencadeando o pensar crítico sobre a realidade. Assim, a palavra é a essência do diálogo enquanto manifestação da consciência do indivíduo (FREIRE, 2000). É o meio pelo qual o homem manifesta sua consciência em relação ao mundo, de modo a construir-se enquanto indivíduo consciente do seu inacabamento, Através do diálogo o homem constrói e desconstrói-se no mundo, consciente de suas constantes mudanças, o que lhe permite manifestar a palavra como meio para entender e perceber-se no/com o mundo. Quando o indivíduo propõe-se a dialogar está manifestando sua consciência através da palavra, ao passo que se compromete, pois o comprometimento nega a acomodação.

Diante disso, entende-se o diálogo como essencial ao educar problematizador – que “se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham” (FREIRE, 2000, p. 72). Exige competência profissional, que compreende o conhecimento amplo dos conteúdos em debate (conhecimento científico da Geografia), além da capacidade de estabelecer relações e comparações com o todo e com o contexto, numa visão ampla e crítica. Para que o diálogo seja efetivamente uma ação pedagógica de libertação faz-se imprescindível que o educador possibilite ao aluno referência de leituras que contribuam para o entendimento do tema e facilitem a compreensão, proporcionando uma leitura mais crítica do mundo.

O ensino a partir de situações problemas permite aos sujeitos tratar um assunto de forma ampla e contextualizada com a realidade, visto que requer o desenvolvimento de habilidades múltiplas, como ler, entender, refletir, comparar, propor, experimentar, etc. Cada tarefa que se propõe na resolução de um problema é uma situação de aprendizagem que contempla o domínio de habilidades, indispensável para alcançar a competência proposta.

¹ “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciar-lo” (FREIRE, 2000, p.78).

² “A educação roblematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade” (FREIRE, 2000, p. 70).

Os professores e a construção do conhecimento geográfico a partir das relações locais e globais

A pesquisa utilizou como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada com quatro professores de Geografia de diferentes realidades, buscando comparar suas práticas pedagógicas e entender como é contemplado o problema de pesquisa no ensino de Geografia. Cabe aqui retomar o objetivo central da investigação: centrado nas experiências dos entrevistados, verificar a relação entre local e global na construção do conhecimento geográfico. Para tanto, buscou-se através das entrevistas problematizar as seguintes questões: de que forma a análise da realidade local facilita a compreensão do espaço geográfico global e quais os conceitos que precisam ser consideradas, em âmbito local, para permitir o entendimento do espaço geográfico como um todo.

Sendo os professores de diferentes realidades, faz-se necessário caracterizá-los separadamente, pois as características individuais contribuem para um melhor entendimento de suas afirmações, correlacionando ao questionamento de “como se dá a construção do conhecimento geográfico a partir das relações locais e globais no contexto do ensino de Geografia”. Utilizou-se as letras “A”, “B”, “C” e “D” para identificá-los.

O professor “A” é formado no curso de Licenciatura Plena em Geografia, atua na rede municipal de ensino da cidade de Canguçu, com regime de trabalho de 40 horas semanais, atende três turmas de Geografia, com aproximadamente dezenove alunos por turma. Leciona a disciplina de Geografia, na 5ª, 7ª e 8ª séries e possui 10 anos de experiência. A escola em que trabalha têm em média cento e vinte alunos, localizada na zona rural. Conta com 12 professores, e, segundo afirma o entrevistado, os alunos tem acesso a computadores e livros.

O professor “B” é formado em Licenciatura Plena em Geografia, atua na rede municipal e estadual do município de Canguçu, com regime de trabalho de 60 horas semanais. Atende vinte e duas turmas, com aproximadamente trinta alunos por turma. Leciona as disciplinas de Geografia e História, atuando em todas as séries do Ensino Fundamental e Médio. Possui 15 anos de experiência profissional. As escolas nas quais trabalha são três e possuem oitocentos e cinquenta alunos, cento e quarenta, e cento e sessenta alunos, respectivamente. Estão localizadas nas zonas urbana (a primeira) e rural (segunda e terceira) do município; com média de 70 professores na primeira, doze professores, na segunda e quatorze professores, na terceira. Afirma que os alunos tem acesso à pesquisa nos computadores disponíveis nas escolas, jornais impressos, livros, revistas e internet.

A professora “C” é formada em Licenciatura Plena em Geografia com especialização em Metodologia do Ensino de Geografia. Atua nas redes municipal e estadual do município de Pelotas, com regime de trabalho de 60 horas semanais. Atende trinta e oito turmas, com aproximadamente trinta e cinco alunos por turma, lecionando as disciplinas de Geografia (rede estadual) e Relações Humanas (rede municipal). Leciona nas 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e possui 12 anos de experiência. As escolas onde trabalha são duas e possuem dois mil alunos (rede municipal) e trezentos e cinquenta alunos (rede estadual), respectivamente. Estão localizadas na zona urbana do município, com média de trezentos professores (rede municipal) e cento e vinte e oito professores (rede estadual). Também observou que os alunos tem acesso à pesquisa nos computadores disponíveis nas escolas, jornais impressos, livros, revistas e internet.

A professora “D” é formada em Licenciatura Plena em Geografia, atua na rede municipal de ensino do município de Canguçu com regime de trabalho de 40 horas semanais. Atende cinco turmas, com aproximadamente vinte e dois alunos por turma, lecionando as disciplinas de Geografia e História para as seguintes séries: 3ª e de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental. Possui 2 anos de experiência profissional. A escola em que trabalha possui cento e noventa e seis alunos e está localizada na zona rural do município de Canguçu. Possui em média doze professores e, segundo

afirmou, os alunos tem acesso à pesquisa na biblioteca da escola.

Partiu-se das seguintes inquietações: como os professores pesquisados concebem a relação entre local e global na construção do conhecimento geográfico, em sua prática pedagógica; na sua concepção, de que forma a análise da realidade local facilita a compreensão do espaço geográfico global; quais os conceitos que eles entendem que precisam ser considerados, em âmbito local, para permitir o entendimento do espaço geográfico como um todo e de que maneira isto pode ocorrer; se os mesmos consideram que em todos os conteúdos e assuntos trabalhados em Geografia, na sala de aula, seja possível estabelecer a relação local-global e por quê; e se eles conseguem estabelecer a compreensão local/global, em sua prática pedagógica, ao trabalhar os conteúdos Globalização, mudanças climáticas e Sociedade no processo de produção do espaço, do território, da paisagem e do lugar.

A primeira questão diz respeito a como os professores pesquisados concebem a relação entre local e global na construção do conhecimento geográfico, em sua prática pedagógica.

O professor “A” concebe essa relação, dizendo que “é praticamente impossível estabelecer uma prática de ensino responsável e comprometida sem a relação global/local, pois sem essa relação à aula torna-se algo enfadonho e de pouca relevância para os alunos”. A fala do professor “B” vem a reforçar a importância da relação global/local na construção do conhecimento geográfico: “ocorre diariamente, tendo em vista a intervenção humana e a influência global até diretamente transformando qualquer lugar e o modo de pensar em como uma sociedade deve conduzir suas atividades”. Sobre esta questão, a professora “C” entende que é a partir do local que se pode compreender o global, acredita que é essencial fazer essa relação na construção do conhecimento geográfico. A professora “D” afirma que “partir do local, da realidade onde o aluno está inserido facilita a compreensão e construção do conhecimento, sendo assim, procuro sempre trabalhar a partir da localidade da escola”.

A segunda questão abordada tratou da opinião dos entrevistados sobre a análise do local na compreensão da realidade global. O professor “A” entende que “a relação global/local facilita o trabalho do professor porque permite uma maior participação e envolvimento dos alunos com o conteúdo trabalhado, o que torna a aula mais produtiva e prazerosa, tanto para o aluno quanto para o professor”. Nessa mesma lógica de pensamento o professor “B” complementa dizendo que “ao entendermos a realidade local, aprendemos como devemos interagir na produção espacial das necessidades a serem desenvolvidas, tendo como base a influência externa que na maioria das vezes determina em grande parte essa produção”. A professora “C” contribui dizendo que a análise da realidade local facilita a compreensão do espaço geográfico global “através das relações que o professor estabelece entre o perto e o distante e através dos reflexos desta realidade contextualizada no cotidiano escolar”. A professora “D” responde que “quando o aluno conhece a sua localidade, o seu município, partindo de um espaço menor para um mais amplo, terá mais facilidade em compreender o espaço como um todo”.

As entrevistas ratificam a concepção de que a partir da ação dialógica e problematizadora do professor a relação local/global dos conteúdos e temas estudados se efetivará na prática. Poderá fomentar a análise crítica e reflexiva acerca das múltiplas relações entre o lugar e o todo, de modo a aprender a pensar sobre, buscando entender o modo como a sociedade se organiza e a forma como as relações estabelecidas influenciam os diferentes contextos.

A terceira questão das entrevistas visa identificar quais os conceitos que precisam ser analisados, em âmbito local, para permitir o entendimento do espaço geográfico como um todo e de que maneiras proceder. O professor “A” considera que “para termos uma real compreensão do espaço geográfico como um todo, faz-se necessário analisar o local com o que chamamos de ‘olhar geográfico’, onde vamos analisar a forma como de se deu a ocupação do local, com que objetivo e em que momento histórico”. O professor “B” enfatiza que julga importante nessa compreensão local/global do espaço geográfico analisar “os conceitos que a própria sociedade cria para desenvolver suas ações relacionadas com outros espaços”. A professora “C” aponta

conceitos de forma específica, os quais julga pertinentes ao analisar o espaço geográfico em escala local/global. Cita as noções de “próximo, distante, local, regional, global, ambiental, social, cultural” como exemplos e diz trabalhar “através da abordagem teórica, conceitual e explanação do professor a respeito dos mesmos”. A professora “D” considera que devem ser trabalhados os conceitos de “espaço, região... a divisão do espaço geográfico, as diferentes regiões do país, estado, município, por exemplo”.

Os profissionais entrevistados entendem que os conceitos precisam ser construídos em sala de aula, a partir do diálogo e da reflexão sobre o que está próximo, pois o aluno compreende mais facilmente o espaço quando está em contato direto com ele. Para a compreensão do local e do global na construção do conhecimento geográfico é importante o conceito de lugar, porque é o lugar que revela o todo, é onde as relações se concretizam e se dinamizam, dentro de suas particularidades e especificidades, produzindo e reproduzindo o espaço geográfico.

A última questão enfocada refere-se à possibilidade (ou não) de se estabelecer relações entre os níveis local e global em todos os conteúdos trabalhados em sala de aula. O professor “A” entende que é necessário “lembrar que o professor deve seguir o programa de estudo que recebe para trabalhar sua disciplina, logo, em determinados conteúdos (principalmente da 5ª série) torna-se muito difícil estabelecer a relação global/local, pois estamos falando de Universo, Constelações, Sistema Solar, etc.”. Destaca ainda que “estes conteúdos não representam a totalidade dos assuntos trabalhados e apesar de concordar e ver que a comparação do global com o local facilita meu trabalho, eu tenho dificuldade em fazer essa relação com 100% dos conteúdos trabalhados”. O professor “B” respondeu que “independente do conteúdo sempre é necessário fazer um paralelo local/global devido o fluxo de informação, além das comparações que surgem automaticamente e nos permite elaborarmos relações para entendermos o porquê das situações que vivenciamos”. A professora “C”, por sua vez, ponderou reafirmando a opinião do professor “B”, segundo ela é preciso estabelecer a relação local/global dos conteúdos “para que o conteúdo tenha sentido, seja ‘vivo’ e se faça ‘interessante’ aos alunos”. Enfatiza que “os fatos só ganham vida quando interligados com a realidade na qual os alunos estão inseridos”. Afirma fazer esta conexão dos conteúdos através de saídas de campo para abordar aspectos físicos do espaço, através da comparação de realidades locais e globais de forma contextualizada. Neste aspecto, a professora “D” concorda com o professor “A” dizendo que “alguns conteúdos são muito específicos”, portanto, segundo ela, não é possível estabelecer relação local-global em todos os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Na conclusão, foi solicitado aos entrevistados que exemplificassem como estabelecem, em sua prática pedagógica, a compreensão local/global ao trabalhar os conteúdos/temas: “Globalização”, “Mudanças Climáticas” e “Sociedade no processo de produção do espaço, do território, da paisagem e do lugar”. Justifica-se tal consideração à proporção de que esses temas/assuntos são trabalhados no ensino de Geografia com diferentes nomenclaturas, mas contemplados, em certa medida, em todos os demais conteúdos abordados.

Em relação ao primeiro tema – Globalização – o professor “A” comenta que “é um dos temas mais fáceis para se estabelecer o local com o global; pois conseguimos observar claramente ao nosso redor a influência do global. Entre alguns exemplos que podemos citar para nossos alunos está a crise econômica mundial que diretamente afetou os agricultores de nossa região com o aumento dos insumos agrícolas e a desvalorização de muitos produtos, isto prova a integração e a dependência do local com o global e vice-versa”. O professor “B” diz trabalhar o tema Globalização relacionando a escala do local e do global “pela influência cada vez maior em nossa vida, através dos meios de comunicação, que nos levam a ter outra postura perante as relações econômicas que determinam o nosso dia-a-dia independente da nossa vontade”. A professora “C” relata que trabalha “conceitos locais em primeiro lugar, como por exemplo, a rua onde moram, o bairro, a escola, o centro da cidade e as relações com os lugares citados anteriormente”. E a professora “D” afirma que o conteúdo globalização é trabalhado por ela e explica: “utilizo

as marcas de produtos: alimentos, roupas, tênis, bebidas, utilizadas pelos alunos e produzidas em várias partes do mundo, também através de músicas e filmes”.

O segundo tema analisado – Mudanças climáticas – é trabalhado pelo professor “A”, que ressalta: “os conteúdos físicos da Geografia requerem um pouco mais de cautela na relação local/global, no entanto o que se refere a clima é perfeitamente possível a relação, pois é possível mostrar como a emissão de CO² dos grandes centros urbanos interfere diretamente no aquecimento global e conseqüentemente nas mudanças climáticas atingindo nossos agricultores que estão a milhares de quilômetros de distância”. O professor “B” expõe sua experiência, afirmando que “essas mudanças são sentidas diariamente, facilitando trabalhar o conteúdo através de observação e análise de gráficos climáticos, leitura e entendimento dos fatores e elementos do clima”. A professora “C” aponta que seu trabalho em sala de aula com este tema “parte das enchentes na escola, nos bairros onde eles (alunos) moram e suas implicações, por exemplo, no fato deles terem que perder aula por não poderem sair de casa”. Relata ainda que trabalha “as mudanças climáticas relacionando-as com a oscilante ‘queda’ de temperatura, por exemplo, em Pelotas e, posteriormente, tento relacionar com as catástrofes regionais e mundiais”. Por sua vez a professora “D” afirma que trabalha este tema através da “análise de diferentes tipos de clima, pesquisa com pessoas idosas da localidade, para observar como se apresentava o clima há anos atrás e atualmente”.

O último tema pesquisado refere-se relação local/global no estudo da sociedade e no processo de produção do espaço, do território, da paisagem e do lugar. O professor “A” assinala que “a relação global/local na produção do espaço pode ser estabelecida com nossos alunos, pois é só olharmos ao nosso redor para percebermos a influência do global, na forma como nos vestimos, nos comportamos e os lugares de preferência a serem frequentados”. O professor “B” concebe a análise deste tema a partir da concepção de que “a produção do espaço geográfico pelo trabalho do homem deve ser entendido como transformação constante, movido pelos interesses das sociedades em busca de oportunidades de expandir o capital”. A professora “C” expõe que “trabalho com a questão das ofertas de emprego aqui em Pelotas, com a questão, por exemplo, da instalação de um hipermercado nas proximidades da escola e a ‘valorização’ deste espaço físico e humano, bem como as modificações inerentes ao processo de ‘ocupação’ do espaço”. E a professora “D” afirma trabalhar essa questão através de “passeios, com objetivo de observar as paisagens naturais e as modificadas pelo homem”.

A partir do relatado pelos professores, entende-se que o processo de ensino e aprendizagem em Geografia, segundo suas concepções, precisa partir da realidade no qual os alunos estão inseridos, de modo a levá-los constantemente a identificar, localizar, indicar, discriminar, descrever, constatar, ler, observar e representar o local, o lugar. Deste modo, serão estimulados a explicar, deduzir, comparar, apontar, justificar, compor, decompor, perceber, interpretar, posicionar-se, reconhecer, concluir, analisar e compreender os diferentes aspectos do seu cotidiano.

Considerações finais

Os professores pesquisados demonstraram considerar importante a realidade do aluno, o que ele vive, acreditando que o mesmo só vai compreender essa realidade a partir do momento em que estiver inserido nela. São as maneiras de agir da sociedade que vão determinar a forma de pensar os conteúdos³. Isto quer dizer que os conteúdos não estão prontos, eles são construídos dia a dia pela prática social dos professores e dos alunos, a partir da análise da realidade na qual se encontram inseridos.

Acredita-se, na conclusão desta pesquisa, que os professores promovem condições de sistematização entre o local e o global por meio de sua metodologia de trabalho. Segundo relatam os entrevistados, a articulação com a realidade é uma constante forma de problematizar a aula, tendo em vista que o aluno está inserido numa dinâmica social que passa por um processo de globalização capitalista, cheio de contradições e desigualdades. Realidade esta que é sentida pelos

³ Embora o programa apresente uma grade curricular de conteúdos a serem trabalhados, é na sala de aula que eles ganham sentido quando embasados na concepção dialógica e problematizadora de Freire.

alunos em seu cotidiano, fato que reforça a necessidade da relação conteúdos/realidade.

A partir do constatado junto aos professores, as experiências pesquisadas consideram a relação entre o contexto local e global na construção do conhecimento geográfico de forma comprometida com a Educação Problematizadora. Buscam promover a reflexão do local e do global em diferentes momentos do aprendizado, fazendo um ir e vir na escala espaço/temporal. Afinal, “este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático” (FREIRE, 2000, p. 82). Percebeu-se que os professores promovem metodologias de entendimento da realidade em sua complexidade, propiciando a reflexão, a comparação e o desenvolvimento de habilidades que permitam aos alunos melhor decifrar a realidade – em suas diferentes escalas – e as relações que nela se estabelecem, problematizando-as.

Sendo assim, a partir das práticas analisadas os professores consideram que a realidade não se apresenta fragmentada para o aluno, ela é um conjunto de relações concomitantes e simultâneas que não pode ser entendida separadamente dos processos que a geraram. Nesse contexto, a escola e os professores favorecem um aprendizado reflexivo e crítico. Assumem como sendo essencial que se leve os alunos a produzir, a refletir, a desenvolver atitudes, a propor soluções, enquanto sujeitos de sua aprendizagem e não somente como repetidores de saberes prontos. Portanto, a sala de aula abre espaço para a investigação, comparação e pesquisa da realidade local num primeiro momento. Logo, estabelece ligações e relações – de causas, consequências e processos – com a totalidade na qual todos estão inseridos.

A mídia e os demais meios de comunicação são instrumentos viáveis como recurso pedagógico, pois permitem perceber como os processos globais influenciam e, às vezes, determinam a realidade local e, vice-versa; facilitando, portanto, a percepção da realidade e a inserção do aluno como sujeito produtor de seu conhecimento e de sua aprendizagem. Entretanto, observou-se através das entrevistas que os professores pesquisados pouco exploram este recurso em sua prática, o que se evidencia através de suas falas pela ausência de citações que exemplifiquem a contribuição das informações da mídia como método facilitador de entendimento da realidade.

Acredita-se, nessa perspectiva, que é a função principal da Geografia na escola e das demais disciplinas curriculares ensinar a pensar, ensinar a aprender, partindo do que tem sentido para o aluno, que é seu contexto local, sua vivência, para que assuma o papel de sujeito no processo de construção do espaço.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S): História e Geografia**. Vol. 5. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALLAI, Helena Copetti. O Ensino de Geografia: Recortes Espaciais para Análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C. ET all (orgs). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: AGB, Seção Porto Alegre, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. 30 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n. 1, p. 67-78, jan./abr. 2015.

Pitano, S. C.; Noal, R. E.

Correspondência

Sandro de Castro Pitano

E-mail: scpitano@gmail.com

Recebido em 26 de junho de 2014.

Revisado pelo autor em 23 de abril de 2015.

Aceito para publicação em 25 de abril de 2015.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.1, p. 67-78, jan./abr. 2015.

**O ensino da Geografia a partir da
compreensão do contexto local e
suas relações com a totalidade**



Padrões de fragmentação da paisagem no município de Céu Azul (Paraná)

Thiago Avelar Chaves*

Osmar Abílio de Carvalho Júnior**

Roberto Arnaldo Trancoso Gomes***

Renato Fontes Guimarães****

Éder de Souza Martins*****

Resumo: O presente artigo objetiva avaliar a fragmentação da vegetação natural do município Céu Azul (PR) nas áreas externas ao Parque Nacional do Iguaçu. Estas áreas constituem uma zona de amortecimento deste parque nacional, devendo ter um manejo adequado de forma a expandir os habitats e diminuir as ameaças às populações selvagens em áreas protegidas. A metodologia pode ser subdividida nas seguintes etapas: (a) elaboração de um mapa do uso da Terra a partir da interpretação visual de imagens de alta resolução espacial (PRISM/ ALOS); (b) delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APP); e (c) análise da fragmentação. Os resultados demonstram uma melhora dos índices de fragmentação apenas com o cumprindo a lei da APP.

* Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB). Doutorando em Geografia na UNB.

** Doutor em Geologia pela UNB. Professor titular no Departamento de Geografia da UNB.

*** Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular no Departamento de Geografia da UNB.

Landscape fragmentation patterns in the municipality of Céu Azul - Paraná (Brazil)

Abstract: This paper aims to evaluate the fragmentation of natural vegetation in the Céu Azul municipality (PR), in areas outside the National Park of Iguaçu. These areas constitute the buffer zone of the national park, should have an appropriate management in order to expand habitat and lessen threats to wild populations within protected areas. The methodology can be subdivided into the following steps: (a) preparation of the land use map from the visual interpretation of high spatial resolution image (PRISM/ ALOS); (b) delimitation of Permanent Preservation Area (PPA); and (c) fragmentation analysis. The results demonstrate a significant improvement in fragmentation rates only following the law of PPA.

**** Doutor em Geologia pela UFRJ. Professor adjunto no Departamento de Geografia da UNB.

***** Doutor em Geologia pela UNB. Pesquisador na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA - Brasília).

Palavras-chave:

Sensoriamento remoto; sistema de informação geográfica; fragmentação.

Key-Words:

Remote sensing; geographic information system; fragmentation.

Introdução

A fragmentação é a subdivisão de um grande habitat em parcelas menores, que modificam extensas áreas de vegetação natural resultando em um mosaico de ambientes fragmentados e isolados (FORMAN & GORDON, 1986). Essa divisão do ambiente pode ser causada por: (a) impactos antrópicos, (b) processos naturais devido a fatores ambientais, ou (c) uma combinação de ambos (MACHADO, 1995). As interferências antrópicas são as que mais afetam os ecossistemas terrestres, como por exemplo: as rodovias, ferrovias, pastagens, áreas urbanas entre outros. Portanto, a compreensão do processo de fragmentação da paisagem necessita de uma descrição histórica da ocupação da terra e dos fatores econômicos da região (agricultura, pecuária, silvicultura, etc.) (MATOS et al. 2003). A descrição dos fatores que ocasionam a fragmentação, que afeta populações de fauna e flora, é essencial para a criação de diretrizes de gestão e manejo de paisagens fragmentadas, considerando as especificidades de determinada região ou lugar (HOBBS e YATES, 2003).

Genetelli (2004) descreve três principais efeitos devido o processo de fragmentação: (1) aumento do isolamento dos fragmentos no ecossistema; (2) redução no tamanho dos fragmentos; e (3) maior exposição a perturbações externas, tais como invasão e espécies exóticas e alterações das condições físicas do ambiente. Conforme Hobbs (1993), a fragmentação altera as seguintes condições físicas do ambiente: (1) ciclo hidrológico com o aumento do escoamento superficial e a redução da quantidade de água infiltrada no solo; (2) reciclagem de nutrientes no solo com a redução da fixação de nutrientes no solo; (3) balanço de radiação com o aumento do albedo da superfície de reflectância devido à redução da vegetação natural; e (4) alteração no regime dos ventos. Além desses impactos, Kageyama et al. (1998) salienta que a fragmentação afeta a variação genética devido a redução do número de indivíduos de uma determinada população. A redução dos fragmentos pode adquirir um tamanho inferior ao mínimo adequado para a manutenção da diversidade genética.

A análise da fragmentação da vegetação natural adota uma abordagem espacial, a qual normalmente utiliza imagens de sensoriamento remoto e Sistema de Informações Geográficas (SIG). As imagens de satélite e fotografias aéreas são utilizadas para a classificação dos fragmentos da paisagem segundo padrões espaciais e estruturais. As características básicas para a interpretação da imagem são: tamanho, forma, padrão, tonalidade, textura, fatores topográficos e a associação entre objetos na paisagem (ANTROP & VAN EETVELDE, 2000). O SIG é um sistema computacional que recebe, armazena e analisa dados espaciais em diferentes escalas, possibilitando integrar vários planos de informações (HAINES-YOUNG et al., 1993). O SIG auxilia no estudo da distribuição de espécies e da fragmentação da paisagem, como também, de suas relações (DUNNING et al., 1992; GOUGH & RUSHTON, 2000; SANTOS et al., 2000).

Portanto, os fragmentos da paisagem natural podem ser quantificados em relação ao tamanho da área, forma e conectividade entre os fragmentos. Estas métricas possuem um grande potencial para compreender as mudanças na configuração espacial dos ecossistemas, permitindo, dessa maneira, traçar conclusões mais decisivas acerca da importância dos impactos causados pela fragmentação de áreas de vegetação natural (GENETELLI, 2004). Assim, compreender o processo de fragmentação das paisagens torna-se fundamental para a adoção de um manejo adequado (VIANA & PINHEIRO, 1998).

O presente artigo possui como objetivo avaliar a fragmentação da vegetação natural do município Céu Azul (PR) considerando o tipo de uso e cobertura da Terra e o cumprimento das leis ambientais referentes às áreas de preservação permanente. O Parque Nacional do Iguaçu possui uma extensa área do município, sendo as áreas externas ao parque o principal enfoque deste estudo. Estas áreas constituem em uma zona de amortecimento da unidade de conservação onde as atividades humanas possuem normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Art. 2, inc. XVIII da Lei 9985/00). Portanto, a área do município externa ao parque deve primar pela conservação das

áreas de preservação permanente de forma a estabelecer corredores e minimizar a fragmentação, possibilitando o fluxo de genes, movimento da biota, dispersão de espécies e a manutenção de populações que demandam, para sua sobrevivência, área com extensão maior que a descrita pela Unidade de Conservação.

Área de estudo

O município de Céu Azul localiza-se na região do Oeste Paranaense, com sede municipal nas coordenadas 53°50'58"W e 25°8'47"S. É limitado a norte pelos municípios de Vera Cruz do Oeste, Santa Tereza do Oeste e São Pedro do Iguaçu; a oeste pelos municípios de Ramilândia e Matelândia; a sul pelo município de Capanema; e a leste pelos municípios de Lindoeste, Santa Lúcia e Capitão Leônidas Marques (Figura 1).

Figura 1– Mapa de localização do município de Céu Azul.



Fonte: elaborado pelos autores.

O clima do município pode ser definido, de acordo com a classificação de Köppen, como do tipo Cfa, ou Clima Subtropical Úmido Mesotérmico com verões quentes, com baixa ocorrência de geadas e concentração das chuvas nos meses mais frios, porém, sem uma estação seca definida (IAPAR, 1994).

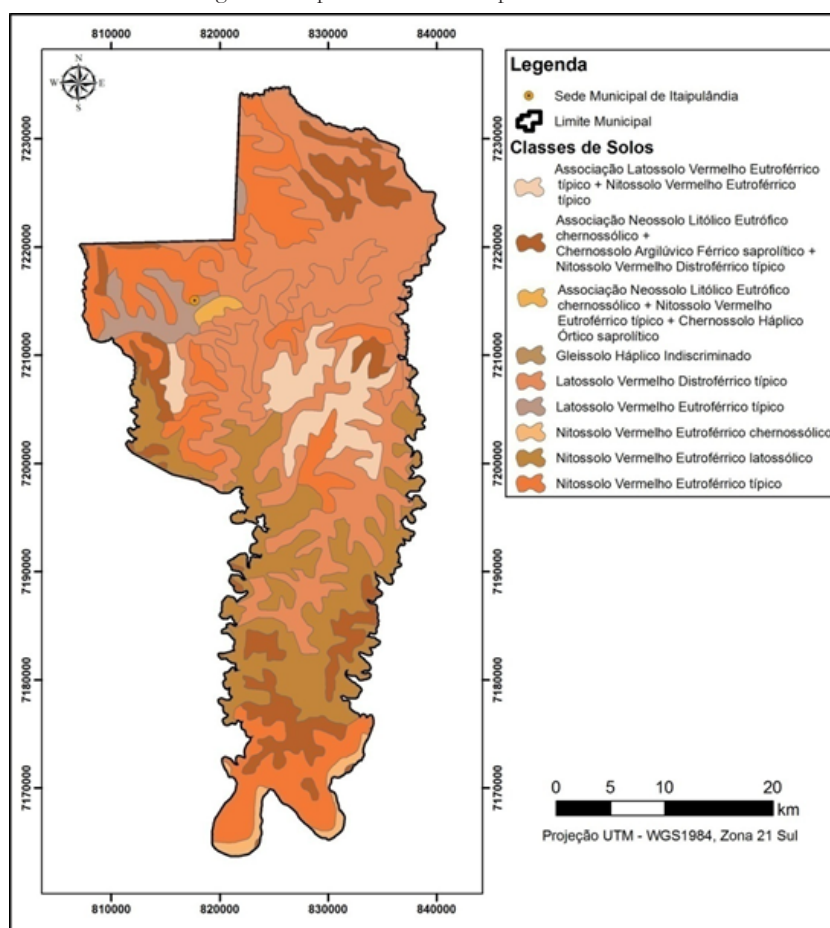
Em relação à geologia, o município encontra-se completamente inserido na Formação Serra Geral (Paraná, 2005). Do ponto de vista geomorfológico, o município encontra-se no Terceiro Planalto Paranaense, que representa o plano de declive da Serra Geral (MAACK, 2001).

O município abrange as seguintes classes de solo: Associação de Latossolo vermelho Eutroférico típico + Nitossolo Vermelho Eutroférico típico; Associação de Neossolos Litólico Eutrófico chernossólico + Chernossolo Argilúvico Férrico saprolítico + Nitossolo vermelho Distroférico típico; associação de Neossolo Litólico Eutrófico chernossólico + Nitossolo Vermelho Eutroférico típico + Chernossolo Háplico Órtico saprolítico; Gleissolos Háplicos Indiscriminados; Latossolos Vermelhos Distroféricos típicos; Latossolos Vermelhos Eutroféricos típicos; Nitossolos Vermelhos Eutroféricos chernossólicos; Nitossolos vermelhos Eutroféricos latossólicos; Nitossolos Vermelhos Eutroféricos típicos (ITCG, 2008). A Figura 2 mostra a distribuição destas classes no município.

De acordo com o ITCG (2009) a vegetação no município é composta por Floresta Estacional Semidecidual Submontana; Floresta Ombrófila mista Montana; Floresta Estacional Semidecidual Montana; e Floresta Ombrófila Mista Submontana.

Conforme os dados do IBGE (2011), o município possui uma população total de 11.032 habitantes, sendo que, 8.387 (76%) habitantes se localizam na área urbana e 2.645 (23,9%) na área rural. Com uma área de 1.194,75 km², o município possui densidade demográfica de 9,23 hab/km² (Tabela 1). Em relação ao sexo, a população se divide entre 5619 homens e 5.413 mulheres.

Figura 2 – Mapa de solos do município de Céu Azul



Fonte: adaptado pelos autores com base em ITCG, 2008.

Do total da população, 35 famílias possuem renda mensal de até 1/2 salário mínimo; 344 famílias possuem renda mensal de 1/2 a 1 salário mínimo; 961 famílias possuem renda mensal de 1 a 2 salários mínimos; 1.555 famílias possuem renda mensal de 2 a 5 salários mínimos; 493 famílias possuem renda mensal de 5 a 10 salários mínimos; 112 famílias possuem renda mensal de 10 a 20 salários mínimos; e 30 famílias possuem renda mensal de mais de 20 salários mínimos (IBGE, 2011) (Figura 3).

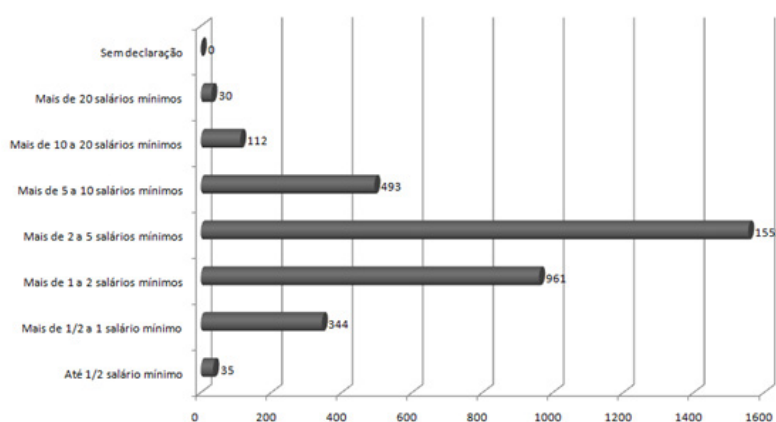
Tabela 1 – Dados demográficos do município de Céu Azul

Tabela 1 – Dados demográficos do município de Céu Azul

Dados Demográficos	Total
População Total (n° de habitantes)	11.032
População Urbana (n° de habitantes)	8.387
População Rural (n° de habitantes)	2.645
População Urbana (%)	76
População Rural (%)	24
Área Total (km²)	1.194,75
Densidade Demográfica (hab/km²)	9,23

Fonte: IBGE, 2011.

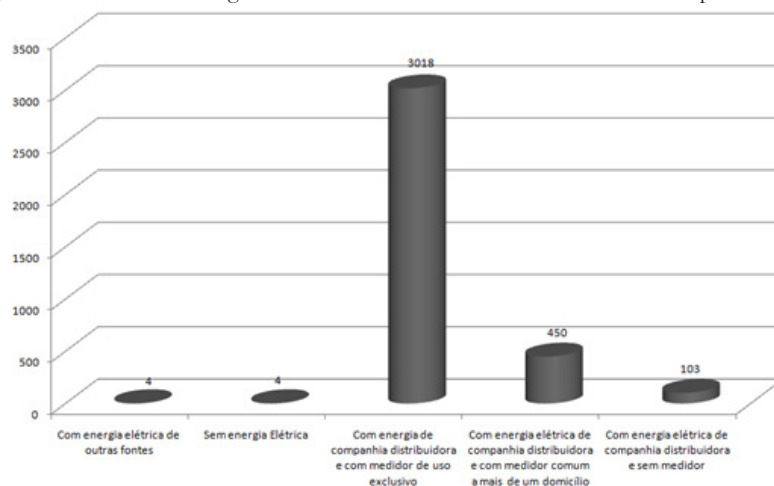
Figura 3 – Renda familiar no município de Céu Azul .



Fonte: IBGE, 2011.

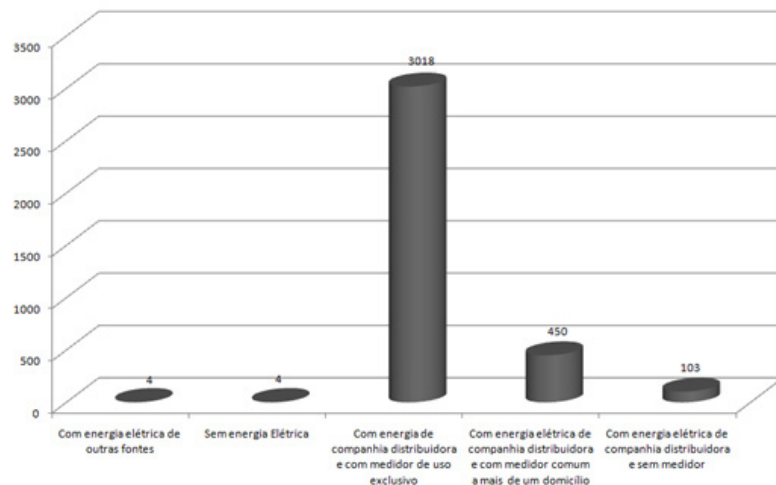
Em relação ao abastecimento da água em Domicílios Particulares Permanentes, 2.898 domicílios são abastecidos pela rede geral, 480 domicílios são abastecidos por poços ou nascente na propriedade, e 201 domicílios são abastecidos por outra forma (Figura 4). Já em relação ao abastecimento de energia elétrica em Domicílios Particulares permanentes (Figura 5), 103 domicílios são abastecidos com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor; 450 domicílios são abastecidos com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor comum a mais de um domicílio; 3.018 domicílios são abastecidos com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo; 4 domicílios são abastecidos com energia elétrica de outras fontes; e 4 domicílios não possuem energia elétrica (IBGE, 2011).

Figura 4 – Abastecimento de água nos Domicílios Particulares Permanentes no município de Céu Azul



Fonte: IBGE, 2011.

Figura 5 – Abastecimento de energia nos domicílios particulares permanentes do município de Céu Azul



Fonte: IBGE, 2011.

Materiais e métodos

Mapeamento do uso e cobertura do solo

No mapeamento do uso e cobertura do solo foram utilizadas imagens do sensor PRISM (Panchromatic Remote Sensing Instrument for Stereo Mapping), a bordo do satélite japonês ALOS (Advanced Land Observing Satellite). Este satélite foi lançado em 24 de janeiro de 2006, entrando na fase operacional em 20 de outubro de 2006, após um período de calibração. O ALOS descreve uma órbita circular heliossíncrona (KOCAMAN & GRUEN, 2008).

O sensor PRISM possui um conjunto de três sistemas de imageamento que permite obter simultaneamente imagens com visada nadir, inclinada para frente e inclinada para trás (Triplet), o que torna possível a aquisição de imagens estereoscópicas ao longo da trajetória. As imagens ALOS/PRISM são de alta resolução, 2,5 metros, possibilitando mapeamentos detalhados, compatíveis a escala 1: 25.000 (IGARASHI, 2001; KOCAMAN & GRUEN, 2008). A largura da faixa de imageamento é de 35 km no modo de observação estéreo e de 70 km em observação nadir com resolução espacial de 2,5 m. No presente trabalho foram utilizadas imagens do sensor PRISM pré-processadas referentes ao produto 1B2, com calibração radiométrica e geométrica, onde os pixels são alinhados com a grade da projeção UTM. No Brasil, vários trabalhos vêm utilizando este tipo de imagem para o mapeamento do uso e cobertura da Terra (MENKE et al., 2009; HESSEL et al., 2012, FLORES et al., 2012).

A classificação do uso e cobertura da terra foi feita por interpretação visual da imagem considerando as propriedades básicas da imagem de satélite, tais como: cor, textura, forma, estrutura e relações de contexto (Politano, 1994). Deve-se ressaltar que a interpretação visual de imagens de alta resolução combinado ao trabalho de campo é normalmente utilizada como verdade terrestre para validar os métodos de classificação supervisionados e não supervisionados, que possuem como maior vantagem a automação e rapidez (RIDD & LIU, 1988; COHEN et al., 1998). No presente estudo o mapeamento foi realizado na escala 1:50.000, totalizando um número de 8 cartas.

As classes de uso e cobertura da Terra adotado no presente trabalho foram relativas a onze classes: Construções/Instalações; Corpos d'Água; Cultivo Agrícola; Cultivo Forrageiro; Cultivo Florestal; Vegetação Natural; Área urbana; Áreas de Capoeira ou Abandonadas; Áreas de Sede; e Áreas de Uso Não Identificado.

O Parque Nacional do Iguaçu, composto apenas por Vegetação Natural e Corpos d'Água foi considerado como uma classe à parte devido ao seu papel na conservação do meio ambiente do município.

Delimitação das Áreas de Preservação Permanente

A delimitação das Áreas de Preservação Permanente foi feita de acordo com o Artigo 3º da Resolução Conama nº 303, de 20 de Março de 2002. O presente trabalho enfoca nas APPs de margens de corpos d'água que apresentam as seguintes características: (a) APP de 30 metros para cursos d'água com menos de 10 metros de largura; (b) APP de 50 metros para cursos d'água com 10 a 50 metros de largura; (c) APP de 200 m para cursos de água com 200 a 600 metros de largura; (d) APP de 50 metros ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente; e (e) ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de 100 metros, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 metros.

Essa definição foi utilizada para todos os cursos de água de Céu Azul, cuja hidrografia é composta por pequenos cursos d'água, onde, a partir destes, foram identificados os pontos de nascente na área de estudo. Lagos, reservatórios e lagoas do município em área rural possuem área menor que 20 ha. O curso de água que possui mais de 200 metros de largura é o Rio Iguaçú, localizado na parte sul do Parque Nacional do Iguaçú.

O parque se constitui em uma unidade de proteção integral, regulamentado pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, e, devido à grande área que ocupa no município de Céu Azul, foram avaliadas apenas as APPs localizadas fora do parque. As demais foram consideradas como parte da área do parque, estando protegidas pelos seus limites.

Análise de fragmentação das Áreas de Vegetação Natural

A análise da fragmentação da vegetação natural no município foi realizada pelo programa FRAGSTATS, que analisa os padrões espaciais da paisagem, quantificando as suas diversas estruturas, tais como extensão de área, distância entre os fragmentos, densidade dos fragmentos, dimensões de borda, dimensões geométricas dos fragmentos, dimensões dos núcleos dos fragmentos (MCGARIGAL & MARKS, 1995).

As métricas foram calculadas considerando dois cenários (GUIMARÃES et al., 2010): (a) cenário atual com a vegetação existente na área, e (b) cenário hipotético contendo toda a vegetação atual mais a APP integralmente conservada. A partir desses dois cenários é possível avaliar o grau de preservação da vegetação e a importância das APPs no estabelecimento de ligações entre os fragmentos.

Diferentes métricas foram utilizadas considerando os seguintes aspectos: área, densidade, tamanho, variabilidade, borda e forma. As métricas utilizadas referentes à área foram: Área da Classe (CA), Área total da paisagem (TLA), a % da área ocupada pelos fragmentos (%LAND); % da área total ocupada pelo maior fragmento (LPI).

As métricas utilizadas referente à densidade, tamanho e variabilidade foram: Número de fragmentos da classe (NUMP); Tamanho médio dos fragmentos (MPS); Desvio padrão do tamanho do fragmento (PSSD); Coeficiente de variação do tamanho do fragmento, ou seja, a relação entre o desvio padrão e a média do tamanho dos fragmentos (PSCOV).

Em relação às características de borda foram adotados dois índices: Borda total, que indica o tamanho da borda da classe, em metros (TE); e a densidade de borda, que mostra a relação entre a extensão da borda por ha (ED).

Quanto às feições de forma foram adotados: Índice de forma média, que mostra o número de vértices no polígono que delimita o fragmento, sendo 1 o menor valor, representado por um pixel da imagem (MSI); e o Índice de forma ponderada por área, onde os maiores fragmentos recebem um peso estatístico maior (AWMSI). Todas as áreas são expressas em hectare.

Resultados

Mapa de uso e cobertura da terra

O município de Céu Azul possui uma extensa área (84.493,45 ha) contida dentro do Parque Nacional do Iguaçu que corresponde a 70,72% da área do município (Tabela 2). Apesar desta vasta área preservada o município deve ter uma preocupação ambiental com as áreas externas ao parque por constituir uma zona de amortecimento, devendo ter um manejo adequado de forma a expandir os habitats e diminuir as ameaças à vida silvestre presentes nas áreas protegidas.

Tabela 2– Dimensões das classes de uso e cobertura da terra do município de Céu Azul

Classes de Uso do Solo	Área (ha)	Área do município (%)	Área do município externa ao Parque (%)
Área externa ao Parque			
Área de Capoeiras ou Abandonadas	360,30	0,30	1,029
Área de Sede	380,67	0,32	1,088
Área Urbana	351,25	0,29	1,004
Construções / Instalações	176,07	0,15	0,503
Corpos D'água	2.364,22	1,98	6,758
Cultivo Agrícola	20.266,59	16,96	57,935
Cultivo Forrageiro	4.685,94	3,92	13,395
Cultivos Florestais	270,63	0,23	0,773
Vegetação Natural	6.113,76	5,12	17,477
Uso Indeterminado	12,12	0,01	0,034
Subtotal da área externa ao parque	34.981,55	29,28	100,00
Parque Nacional do Iguaçu	84.493,45	70,72	
Total de área no município	119.475,00	100,00	

Fonte: elaborado pelos autores.

A área do município externa ao Parque Nacional, alvo deste estudo, apresenta 10 classes de uso e cobertura da Terra. O principal tipo de uso é a atividade agrícola (principalmente soja, trigo e milho) que ocupa 16,96% da área do município; e 57,93 % da área do município desconsiderando a área do parque. O cultivo de forrageiras é a segunda maior atividade de uso da Terra, representando 13% da área do município externa ao parque. A silvicultura é representada por uma pequena área de 270 ha. O tamanho médio dos polígonos demarcados com atividade agrícola é de 13,39 ha (Figura 6).

A população urbana, que representa 76% da população do município de Céu Azul (Tabela 2), ocupa uma área de 351,25 ha, enquanto a população rural, que representa 24% da população (Tabela 2), encontra-se dispersa em uma área de aproximadamente 25.233 ha.

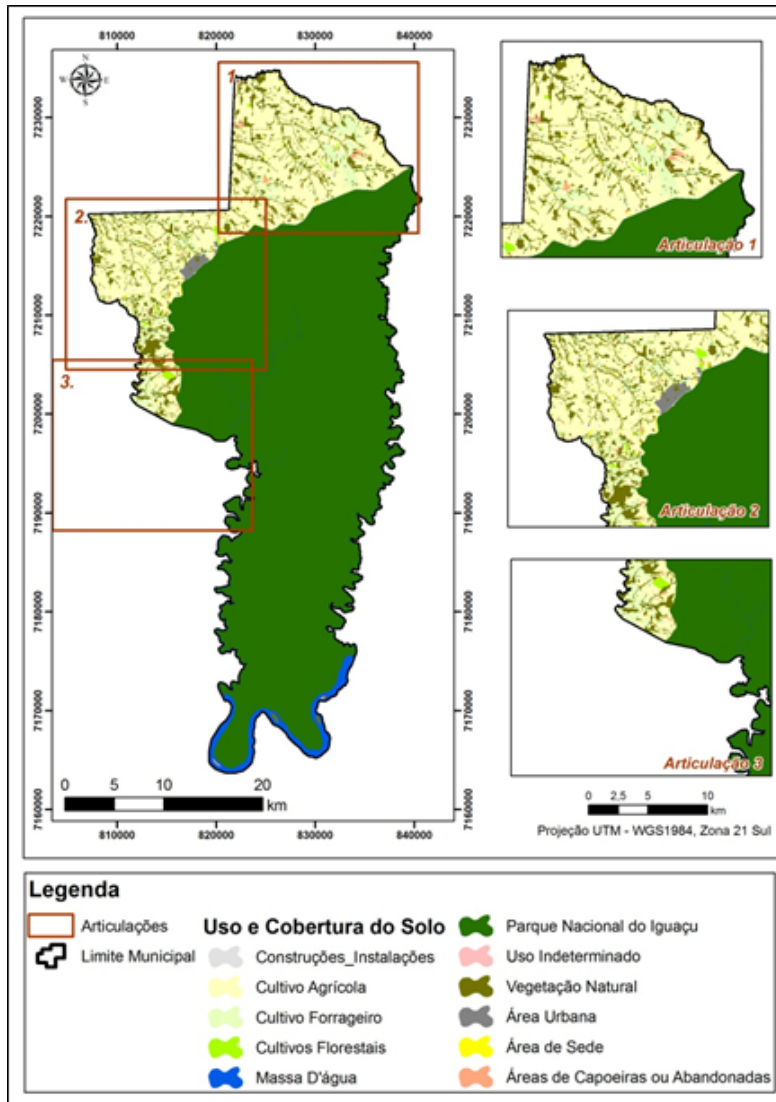
A área de vegetação natural representa 17,477 % da área do município externa ao parque, ocorrendo principalmente ao longo dos cursos d'água. As áreas de capoeiras e abandonadas são representadas por um baixo percentual (1%).

Mapa das Áreas de Preservação Permanente

O mapa com a delimitação das APPs é demonstrado na Figura 7. Desconsiderando a área do parque, a área total no município destinada à APP é de 4.061,21 ha. No entanto, o cruzamento das APPs com o mapa de uso da Terra demonstra uma significativa área com uso indevido, atingindo 1.910,60 ha que correspondendo a 47,05% da área total limitada

para APP. As regiões de APP com vegetação satisfazem à área complementar com 2.150,61 ha (52,95%) (Figura 8). Desta forma, constata-se que mesmo estando em uma área de amortecimento do parque nacional existe uma alta taxa de infração da lei ambiental.

Figura 6 – Mapa de uso e cobertura do solo no município de Céu Azul gerado a partir de interpretação de imagens ALOS.



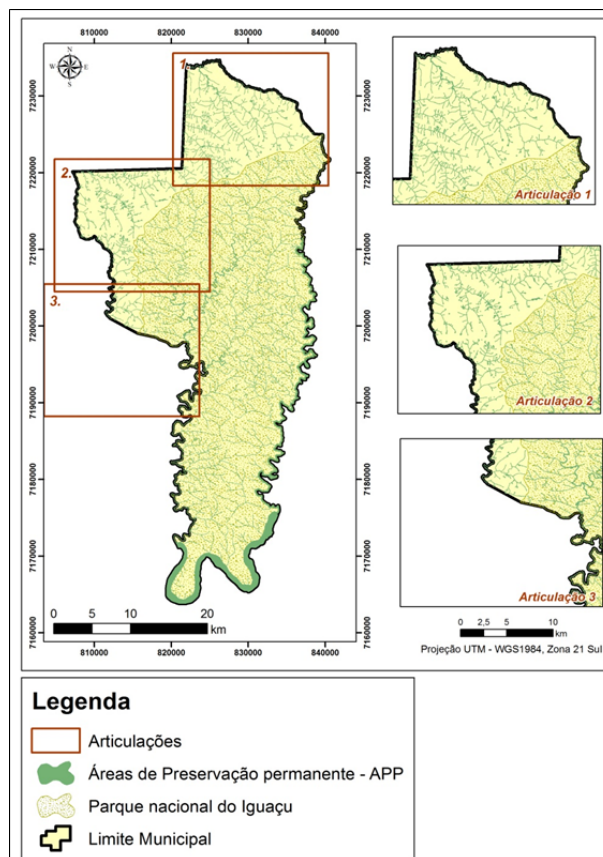
Fonte: elaborado pelos autores.

Análise das métricas de fragmentação da vegetação natural

A partir da vegetação natural extraída do mapa de uso e cobertura da Terra (Figura 9) realizou-se a análise de fragmentação a partir das métricas obtidas pelo programa FRAGSTATS, que considera os fatores de composição (quantificação) e configuração (distribuição) dos fragmentos da vegetação nativa (Tabela 3).

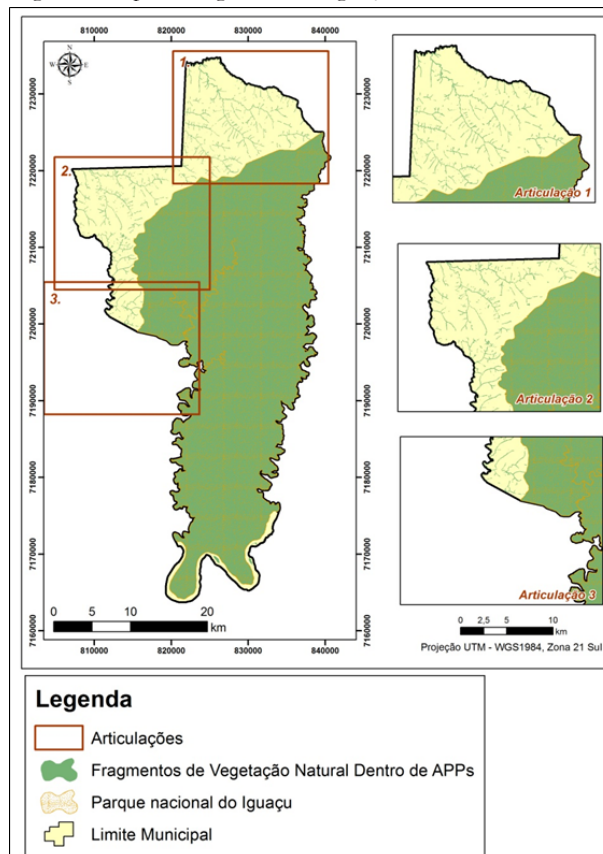
A área total de vegetação preservada na região do município externa ao parque é de 6.115,32 hectares. Observa-se a presença de 1.134 fragmentos com tamanhos variados, sendo o tamanho médio de 5,39 hectares com um desvio padrão de 22,83 hectares. A presença de muitos fragmentos de pequeno porte demonstra uma menor disponibilidade de habitat para as espécies animais e vegetais (Machado, 1995). O maior fragmento possui uma área bem superior a média com 640,72 hectares, posicionada próximo a limite do parque.

Figura 7 – Mapa das Áreas de Preservação Permanente do município de Céu Azul.



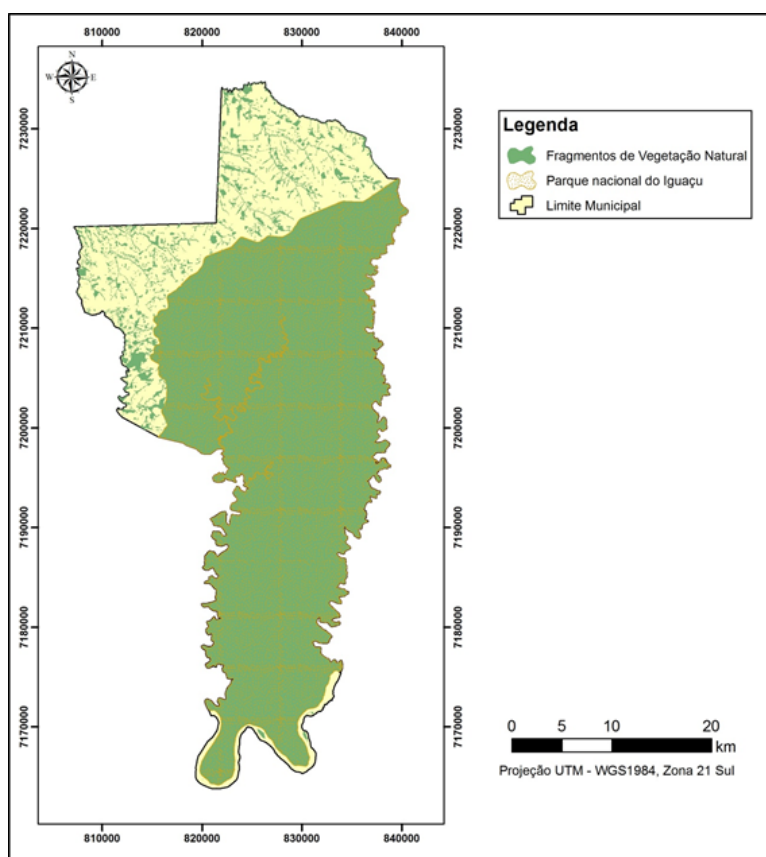
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 8 – Mapa dos fragmentos de vegetação natural dentro das APPs.



Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 9 – Mapa de Vegetação Natural no Município de Céu Azul gerado a partir de interpretação de Imagens ALOS.



Fonte: elaborado pelos autores.

Na área externa ao parque, os índices relativos à extensão da borda total (1.700.446,40 metros), densidade de borda (278,06 metros/hectare) e os índices de forma MSI (1,85) e AWMSI (4,37) demonstram uma alta fragmentação e uma forma alongada dos fragmentos. O aumento das extensões da borda intensifica a exposição às perturbações externas favorecendo o desenvolvimento de espécies de borda e também de espécies generalistas que tendem a excluir, por competição ou predação, as espécies de interior (METZGER, 1999). Além disso, a borda acarreta uma degeneração das condições ecológicas no interior de fragmentos de pequeno porte ocasionando alterações microclimáticas (LOVEJOY et al., 1986; LAURANCE & YENSEN, 1990).

A área do Parque Nacional do Iguaçu no município apresenta um comportamento oposto, com valores bem inferiores para a extensão de borda (392.628,53 metros) e densidade de borda (4,65 metros/hectare), como também, valores superiores para MSI (3,81) e AWMSI (3,81).

Com o propósito de avaliar o efeito da conservação da APP na diminuição da fragmentação da vegetação natural foi realizada uma simulação de um cenário ideal, onde a APP se manteria toda conservada. Neste cenário com a APP corretamente constituída haveria um aumento de área vegetada de 1.910,60 hectares que alcançaria um total de 8.025,92 hectares. Observa-se também uma diminuição muito significativa do número de fragmentos na área externa ao parque, modificando a situação atual de 1134 fragmentos para apenas 537 fragmentos, ou seja, menos da metade (Tabela 4). O tamanho médio dos fragmentos com o novo cenário aumentaria quase três vezes, modificando de 5,39 hectares para 14,95 hectares. No cenário simulado haveria apenas um aumento da extensão de borda dos fragmentos, modificando de 1.700.446,40 metros para 1.881.860,18 metros, o que não representa um aumento significativo em porcentagem.

Portanto, a simples conservação das APPs conforme a legislação proporcionaria uma maior conectividade e melhoria dos índices de fragmentação quando comparada com situação presente no município.

Tabela 3 – Parâmetros métricos do FRAGSTATS.

Parâmetros métricos	Fragmentos de Vegetação Dentro do Parque Nacional do Iguaçu	Fragmentos de Vegetação no Município de Céu Azul fora do Parque Nacional do Iguaçu	Cenário Simulado – Fragmentos de Vegetação + 100% das APPs fora do Parque Nacional do Iguaçu
Métricas de Área (Composição)			
CA - Área da Classe (em ha)	84.491,90	6.115,32	8.025,92
LPA - Área ocupada pelo maior fragmento (em ha)	84.491,90	640,42	2.712,26
%LAND - % da área total ocupada pelos fragmentos	70,72	5,12	6,72
LPI - % da área total ocupada pelo maior fragmento	70,72	0,54	2,27
Métricas de Densidade, Tamanho e Variabilidade (Configuração)			
NUMP - Número de fragmentos	1	1.134	537
MPS - Tamanho médio dos fragmentos (ha)	84.491,90	5,39	14,95
PSSD - Desvio padrão do tamanho do fragmento (em ha)	0,00	22,83	150,96
PSCOV - Coeficiente de variação do tamanho do fragmento (desvio padrão/média)	0,00	4,23	10,09
Métricas de Borda (Configuração)			
TE - Borda total (em metros)	392.628,53	1.700.446,40	1.881.860,18
ED - Densidade da borda (em m/ha)	4,65	278,06	234,47
Métricas de Forma (Configuração)			
MSI - Índice de forma média	3,81	1,85	1,64
AWMSI - Índice de forma média ponderada por área	3,81	4,37	22,29

Fonte: elaborado pelos autores.

Conclusões

A partir do método aplicado, foi possível realizar o mapeamento e diagnóstico do uso e ocupação do solo no município de Céu Azul. O Parque Nacional do Iguaçu ocupa 70,72% da área, possuindo assim, grande importância para o município analisado. Além disso, ao comparar com os dados censitários, é possível verificar que 76% da população ocupam uma área de aproximadamente 350 ha, ou 0,29% da área do município.

Nas regiões do município externa ao parque observa-se uma significativa porção das APPs que estão sendo utilizada de forma irregular (46,05%). Embora a conservação devesse ter prioridade na gestão da zona de amortecimento, as questões sócio-econômicas e políticas ganham na prática prioridade.

A simulação de um cenário mantendo as APPs vegetadas salienta a importância de sua manutenção no município, devido ao aumento da conectividade dos fragmentos, diminuição do isolamento e o aumento das áreas dos fragmentos.

Agradecimentos

O presente artigo foi desenvolvido no âmbito das atividades previstas do projeto “Mapeamento da Agricultura Familiar no Brasil” com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além disso, os autores agradecem ao CNPq pelas bolsas de produtividade fornecidas aos pesquisadores: Osmar Abílio de Carvalho Júnior, Renato Fontes Guimarães, Roberto Arnaldo Trancoso Gomes e Éder de Souza Martins.

Referências

- ANTROP, M. & VAN EETVELDE, V. Holistic aspects of suburban landscapes: visual image interpretation and landscape metrics. **Landscape and Urban planning**, v. 50, p. 43-58, 2000.
- COHEN, W. B.; FIORELLA, M.; GRAY, J.; HELMER, E.; ANDERSON, K. An efficient and accurate method for mapping forest clearcuts in the Pacific Northwest using Landsat imagery. **Photogrammetric Engineering and Remote Sensing**, v. 64, n.4, p. 293– 300, 1998.
- DUNNING, J.B. DANIELSON, B.J.; PULLIAM, H. R. Ecological processes that affect populations in complex landscapes. **Oikos**, v.65, p.169-175. 1992.
- FLORES, P. M.; GUIMARÃES, R. F.; CARVALHO JÚNIOR, O. A.; GOMES, R. A. T., Análise multitemporal da expansão agrícola no município de Barreiras - Bahia (1988 - 2008). **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n.14, p. 1-19, 2012.
- FORMAN, R.T.T. & GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley, 1986.
- GENETELLI, D. Using spatial indicators and value functions to assess ecosystem fragmentation caused by linear infrastructures. **International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation**, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2004.
- GOUGH, M.C. & RUSHTON, S.P. The application of GIS-modeling to mustelid landscape ecology. **Mammal Review**, v.30, p.197-216. 2000.
- GUIMARÃES, R. F.; CARVALHO JUNIOR, O. A.; ANDRADE, A. C.; GOMES, R. A. T.; MARTINS, E. S.; CARVALHO, A. P. F. Forest fragments distribution as related to geomorphological parameters. **RBC. Revista Brasileira de Cartografia**, v. 62, p. 373-384, 2010.
- HAINES-YOUNG R.; GREEN, D.R.; COUSINS, S. **Landscape Ecology and GIS**. Londres: Taylor & Francis, 1993.
- HESEL, F.O.; CARVALHO JÚNIOR, O.A.; GOMES, R.A.T.; MARTINS, E.S.; GUIMARÃES, R.F. Dinâmica e sucessão dos padrões da paisagem agrícola no município de Cocos (Bahia). **RA'E GA**, v. 26 p.128-156, 2012.
- HOBBS, R. Effects of landscape fragmentation on ecosystem processes in the Western Australian Wheatbelt. **Biological Conservation**, v. 64, n. 3, p. 193-201, 1993.
- HOBBS, R.J.; YATES, C.J. Impacts of ecosystem fragmentation on plant populations: generalizing the indiosyncratic. **Australian Journal of Botany**, v. 51, n. 5, p. 471-488, 2003.
- IAPAR – INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ. **Cartas climáticas do Estado do Paraná** – Classificação Climática: Segundo Köppen. Doc. 18. Instituto Agrônomo do Paraná, Londrina. 1994. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=597>. Acessado em: 05/11/2012
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010 – Sinopse do Censo 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Acessado em: 04/04/2012.
- IGARASHI, T. ALOS mission requirement and sensor specifications. **Advances in Space Research**, v. 28, n. 1, p. 127-131, 2001.
- ITCG – INSTITUTO TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Mapa de Formações Fitogeográficas** – Estado do Paraná, 1:50.000, 2009. Disponível em: www.itcg.pr.gov.br. Acessado em 25/04/2012.
- ITCG – INSTITUTO TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Mapa de Solos** – Estado do Paraná, 1:50.000, 2008. Disponível em: www.itcg.pr.gov.br. Acessado em 25/04/2012.
- KAGEYAMA, P.Y.; GANDARA, F.; SOUZA, L.M.I. Consequências genéticas da fragmentação sobre populações e espécies arbóreas. **Série Técnica IPEF**, v. 12, n. 32, p. 65-70, 1998.

KOCAMAN, S.; GRUEN, A. Orientation and Self-calibration of ALOS PRISM Imagery. **The Photogrammetric Record**, v.23, n.123, p. 323-340, 2008.

LAURANCE, W.F.; YENSEN, E. Predicting the impacts of edge effects in fragmented habitats. **Biological Conservation**, v. 55, n. 1, p. 77-92, 1990.

LOVEJOY T.E.; BIERREGAARD Jr., R.O.; RYLANDS, A. B.; MALCOM, J.R.; QUINTELA, C.E.; HARPER, L.H.; BROWN Jr., K.S.; POWELL, A. H.; POWELL, G.V.N.; SCHUBART, H.O.R.; HAYS, M.B. Edge and other effects of isolation on Amazon forest fragments. In: SOULÉ, M.E. (Ed.). **Conservation biology** : the science of scarcity and diversity., Suderland, MA: Sinaeur Associates. p. 257-285, 1986.

MAACK, R. Breves notícias sobre a geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina. **Brazilian Archives of Biology and Technology**, v. 1946-2001, p. 169-288, 2001.

MACHADO, R. B. Padrão de fragmentação da Mata Atlântica em três municípios da bacia do rio Doce (Minas Gerais) e suas consequências para avifauna. 1995. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Biológicas. Belo Horizonte, 1995.

MATTOS, J.C.F.; CARVALHO JUNIOR, O.A.; GUIMARÃES, R.F. Ecologia da paisagem voltada para o manejo de avifauna. **Espaço e Geografia**, v. 2, p. 89-114, 2003.

MCGARIGAL, K.; MARKS, B.J. **FRAGSTATS**: spatial pattern analysis program for quantifying landscape structure. Gen. Tech. Rep. Portland, OR: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Pacific Northwest, Research Station, 122 p., 1995.

MENKE, A.B.; CARVALHO JUNIOR, O.A.; GOMES, R.A.T.; MARTINS, E. S.; OLIVEIRA, S.N. Análise das mudanças do uso agrícola da terra a partir de dados de sensoriamento remoto multitemporal no município de Luis Eduardo Magalhães (Bahia – Brasil). **Sociedade & Natureza**, v. 21, n. 3, p. 315-326, 2009.

METZGER, J.P. Estrutura da paisagem e fragmentação: análise bibliográfica. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 71, n. 3, p.1 –19, 1999.

PARANÁ, GOVERNO ESTADUAL. **Mapeamento Geológico do Estado do Paraná** – Folha Foz do Iguaçu, 1:250.000. 2005. Disponível em: www.mineropar.pr.gov.br. Acessado em: 25/04/2012.

POLITANO W. **Manual do emprego de imagens aéreas na avaliação do terreno**. Jaboticabal: FUNEP. 1994, 33 p.

RIDD, M.K.; LIU, J. A comparison of four algorithms for change detection in an urban environment. **Remote Sensing of Environment**, v. 63, p. 95–100, 1998.

SANTOS, T. TELLERÍA, J.L., CARBONELL, R. Bird conservation in fragmented Mediterranean forests of Spain: effects of geographical location, habitat and landscape degradation. **Biological Conservation**, v.105, p.113-125. 2000.

VIANA, V.M.; PINHEIRO, L.A.F.V. Conservação da biodiversidade em fragmentos florestais. **Série Técnica IPEF**, v.12. n. 32, p. 25-42, 1998.

Correspondência

Thiago Avelar Chaves

E-mail: thiagochvs@gmail.com

Recebido em 22 de setembro de 2014.

Aceito para publicação em 24 de abril de 2015.



Os banhados e a evolução de paisagem no município de Chapecó – Oeste de Santa Catarina - Brasil

Vitor Luiz Scartazzini Bocalon*

Cristina Otsuschi**

Resumo: Durante o processo de ocupação territorial do Oeste do Estado de Santa Catarina, ocorrido nas primeiras décadas do século passado, os banhados eram considerados áreas impróprias tanto para cultivo quanto para criação de animais. Tidos como áreas insalubres – ou locais com “águas podres” –, não eram ocupados pelos migrantes teuto-italianos provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, neste período de colonização. Porém, forneciam matéria prima para inicialmente, às atividades ceramistas indígenas e, posteriormente, para os oleiros. Neste artigo o objetivo é definir o que são banhados e sua importância ecológica, como fornecedor de matéria prima para o ofício da olaria e como esta atividade foi importante para auxiliar na configuração da paisagem atual da região. Nesse sentido, realizou-se uma análise com perspectiva histórica de ocupação e do uso dos banhados na área de estudo. Apesar de não se inserir em um ciclo econômico específico durante a evolução do processo histórico da região, foi importante para a manutenção de determinados aspectos culturais trazidos pelos migrantes teuto-italianos. Também serão abordados determinados aspectos relacionados aos impactos ambientais que vem ocorrendo em áreas de banhados devido à ocupação territorial nos dias atuais.

* Mestre em Geologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor titular na Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

** Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Campus Chapecó).

The wetlands and the evolution of landscape in Chapecó - West of Santa Catarina - Brazil

Abstract: During the territorial occupation process in the west of Santa Catarina state, which occurred in the early decades of the last century, wetlands were considered as inappropriate areas, both for cultivation and raising animals. During the colonization period by the German-Italian migrants, coming from Rio Grande do Sul state, do not occupied those lands, because they were considered unhealthy – or places with “rotten water”. However, initially, these areas provided raw material for indigenous pottery activities and, later, for brickworks. In this paper, the objective is to define wetlands and their ecological importance aspects as raw material supplier for the brickworks and how this activity was important to influence the current landscape of the region. In this sense, it was analyzed the study area, considering the historical occupation and how wetlands were used. Although, it was not included in a specific economy cycle, during the historical evolution process of the region, it was important for maintenance of certain cultural aspects brought by German-Italian migrants. It is also included certain aspects related to environmental impacts that is happening in wetlands areas due to nowadays territorial occupation.

Palavras-chave:

Banhados, paisagem, oeste catarinense.

Key-Words:

Wetlands, landscape, west of Santa Catarina.

Introdução

Quando se estabeleceu, na Europa, a transição para um modelo capitalista em detrimento do feudalismo, no início do século XVII, as relações de trabalho na sociedade foram profundamente modificadas, pois as atividades comerciais das cidades começaram a vivenciar um incremento econômico significativo. Dentro deste novo contexto, surgiram as atividades de Ofícios, e suas mais variadas funções. Alfaiates, ferreiros, carpinteiros e, entre mais outros, os oleiros, se constituíram em novos personagens participantes de um crescimento econômico que é observado na Europa no final do século XVIII e início do século XIX (MARTINS, 2007). No entanto, as cidades que passavam por este crescimento econômico não absorviam toda a mão de obra disponível, gerando excedentes de trabalhadores que começavam a procurar outras regiões que não às europeias para exercerem suas atividades. Esta explicação estaria inserida em uma série de outros fatores que procuram justificar o grande movimento migratório vivenciado no Brasil, no final do século XIX, quando aqui chegaram imigrantes provenientes de diferentes países europeus, principalmente Itália e Alemanha (VICENZI, 2008).

Os imigrantes europeus teuto-italianos se estabeleceram, em grande maioria, nos estados do sul do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul. Neste Estado, no entanto, as dificuldades encontradas em um primeiro momento, fizeram com que eles mesmos ou seus filhos procurassem novas terras para se estabelecerem e o oeste catarinense, divulgado em propagandas de colonizadoras à época, seria a terra de novas oportunidades. Foi com essa expectativa que aqui chegaram, a partir do início do século XX, os migrantes, ocupando uma área até então habitada por índios e posseiros, exercendo basicamente atividades agrícolas em pequenas propriedades e, em segundo plano, eram realizadas as atividades de ofícios cujos ensinamentos eram passados de pai para filho. Assim, dentre várias outras atividades de ofícios exercidas em menor escala na região, as dos oleiros foram importantes no sentido de auxiliar na manutenção das tradições culturais e arquitetônicas dos ocupantes do oeste catarinense, para desta forma, participar na configuração da paisagem observada na região.

Os objetivos, aqui, consistem em definir o que são banhados, sua importância ecológica e relevância como fornecedor de matéria prima para o ofício da olaria, e conhecer como esta atividade foi importante para auxiliar na configuração da paisagem atual da região oeste catarinense.

Para atingir aos objetivos realizou-se uma análise com abordagem histórica de ocupação e do uso dos banhados na área de estudo, ressaltando a identificação dos principais problemas ambientais decorrentes dessa ocupação, tendo como exemplo o município de Chapecó, localizado no Oeste de Santa Catarina, região sul do Brasil.

Os banhados: significação ecológica e importância para a região

A definição de banhado sempre se constituiu em um tópico controverso na literatura científica, uma vez que cada região apresenta uma conotação própria para áreas alagadas (alagados, mananciais, charcos, pântanos; TEIXEIRA, 1997). Neste trabalho, serão definidos banhados como áreas alagadas temporária ou permanentemente, com desenvolvimento de vegetação típica de áreas úmidas, definição esta proposta pela Convenção de Ramsar, em 1971 (ROLON et al., 2004).

Na região oeste catarinense, os banhados apresentam tamanhos reduzidos e pouco profundos, ao contrário daqueles observados, por exemplo, nas regiões costeiras (como no banhado do Taim, no sul do Rio Grande do Sul). Mesmo assim, sua importância não é menor, uma vez que a maioria deles se encontra em áreas de nascentes, caracterizando as denominadas nascentes difusas, sem a presença de um olho-d'água, típico destas áreas

(CASTRO, 2001). Desta forma, os banhados do oeste catarinense, mesmo em períodos de secas muito prolongadas, sempre apresentarão água, pois se inserem nas áreas tidas como produtoras de água, conforme caracterizadas por Tucci (2007).

Os banhados são preenchidos por uma classe de solos específica, denominada genericamente de hidromórficos (LEPSCH, 2002). Tais solos possuem textura argilosa a franco-argilosa, ricos em matéria orgânica e com alto teor de umidade. Além deste material, podem estar associadas turfas. A matéria orgânica presente no material sedimentar confere ao solo uma coloração cinza escura a preta, atestando que este material foi gerado em ambiente úmido com baixa circulação de oxigênio, típico de áreas permanentemente alagadas e com características redutoras (LEPSCH, 2002; EMBRAPA, 2006). Os solos hidromórficos dos banhados da região se distinguem daqueles de seus entornos, que são definidos como latossolos e suas variedades, principalmente latossolo bruno álico e bruno roxo, com textura areno-siltosa e coloração predominantemente avermelhada, característica de ambientes oxidantes (TESTA; ESPÍRITO SANTO, 1992) e com grande produtividade, o que facilitou a implantação de uma tradição essencialmente agrícola na região.

Possuem os banhados uma importância ecológica significativa, uma vez que são os principais reguladores da vazão hídrica dos rios em épocas de secas. Ainda, são também considerados como áreas de reprodução de espécies endêmicas (principalmente peixes e anfíbios), áreas de reprodução e nidificação de aves migratórias, além de serem definidos como áreas de proteção para várias espécies de mamíferos, notadamente roedores (PAGNUNSSAT; BOCALON, 2003). O material de preenchimento dos banhados também possui grande relevância, visto que nele estão preservados fósseis de polens e esporos que possibilitam o registro dos câmbios climáticos ocorridos ao longo do Holoceno (LORSCHREITER; LEMOS, 1985; ROOTH, 1990), período que abarca o final da última glaciação (Glaciação Wisconsiniana; SALGADO-LABOURIAU, 1994; OLIVEIRA, 2005), iniciado há cerca de 15.000 anos, até os dias atuais.

Os banhados eram considerados pelos migrantes colonizadores da região, áreas impróprias para o cultivo e ou melhorias de seus terrenos. No entanto, inicialmente os índios Kaingang e, posteriormente os oleiros sempre os consideraram importantes visto que dele tiravam matéria prima de boa qualidade para o fabrico de peças cerâmicas e, após, o tijolo. O material essencialmente argiloso, com alto teor de umidade e com alta plasticidade, permitia de forma fácil a elaboração artesanal deste produto utilizado, durante a época da colonização, na construção de espaços específicos de suas casas, tais como os porões e, posteriormente, os banheiros.

A tradição ceramista indígena

A tradição Kaingang se caracteriza em fato marcante no desenvolvimento territorial do oeste catarinense, como pode ser testemunhado em nomes de cidades presentes na região, como Itapiranga¹, Chapecó, Xaxim, Xanxerê, dentre várias outras (SCHMITZ; BEBER, 2011). Provenientes do Planalto Central Brasileiro teriam ocupado o oeste catarinense há mais de 3.000 anos, onde se adaptaram a ambientes mais frios. Datam de 9.000 a 12.000 os artefatos mais antigos encontrados na região e são atribuídos à cultura altoaranaense (posteriormente definida como “tradição Humaitá”), e compreendem basicamente objetos líticos. Os artefatos cerâmicos, atribuídos à cerâmica Guarani também são encontrados na região (SCHMITZ, 2011).

Os artefatos cerâmicos se constituíam não somente em urnas funerárias, mas principalmente em objetos para uso cotidiano, como para estoque de sementes e fermentação de bebidas (MÜLLER; SOUZA, 2011). A proveniência da matéria prima para o fabrico das peças estava predominantemente situada nas margens do Rio Uruguai, como mostram as recentes descobertas arqueológicas no extremo-oeste catarinense. Para as populações indí-

¹ Itapiranga (“pedra vermelha”), Chapecó (“grande roça”), Xaxim (“tronco de samambaia”) e Xanxerê (“campina da cascavel”).

genas situadas em locais distantes deste rio, a proveniência era os banhados, corpos d'água que forneciam argila plástica, ideal para este tipo de manufatura.

O encontro dos Kaingangos com os migrantes chegados do Rio Grande do Sul, a fim de ocuparem os sertões do oeste catarinense foi dramático para o primeiro grupo. Seus espaços físicos passaram a ser cada vez menores, se restringindo a reservas indígenas ainda hoje discutidas e intensamente disputadas (RENK, 2007). Como consequência desse processo, a tradição cerâmica indígena se perdeu, restando aos indígenas atuais uma atividade artesanal elaborada com material constituído por fibra vegetal, principalmente na forma de cestos. Apesar de, atualmente, ainda ocorrer disputas no sentido de reapropriação territorial por parte dos índios, os mesmos, quando conseguem, procuram manter suas tradições, por maiores que sejam suas dificuldades neste processo (NACKE; BLOEMER, 2007).

A ocupação do oeste catarinense

No entanto, tal processo de ocupação litigiosa, não se deu somente no confronto com os indígenas. A partir do momento em que se estabeleceu a delimitação física do oeste catarinense, em um período onde as posses por terras disputadas inicialmente por Brasil e Argentina (século XIX) e, posteriormente, por Santa Catarina e Paraná (início do século XX), foi gerado um espaço rico em recursos naturais que deveria ser povoado, conforme interesse do governo federal à época. Neste cenário, são distribuídas grandes áreas de terras na região oeste catarinense para firmas colonizadoras, que começam a vender glebas de terras para descendentes de imigrantes italianos e alemães provenientes do Rio Grande do Sul. Coube às empresas colonizadoras, no entanto, expulsar os habitantes originais desta região, que eram os “caboclos” (um personagem da história do oeste catarinense ainda sem uma genealogia bem esclarecida) e, principalmente os índios (RENK, 2006; VICENZI, 2008).

Com o início da ocupação territorial do meio-oeste e oeste catarinense, já se configurariam as paisagens regionais de acordo com os aspectos fisiográficos predominantes nestes locais, principalmente em termos de cobertura vegetal. Enquanto que as áreas planas e cobertas por vegetação latifoliada subtropical eram preferencialmente ocupadas por luso-brasileiros, cuja atividade era pastoril, as áreas com relevos mais dissecados e cobertos por vegetação mais densa – a predominante do oeste catarinense –, seriam destinadas à ocupação de migrantes teuto-italianos (RENK, 2006).

Os migrantes de origem alemã se instalaram, em um primeiro momento nos atuais municípios de Itapiranga (antigo Porto Novo, com alemães católicos) e Mondaí (inicialmente Porto Feliz, com alemães protestantes), ambas as localidades às margens do rio Uruguai (PIAZZA, 1988; EIDT, 2009). Os migrantes de origem italiana, por sua vez, ocuparam áreas mais afastadas deste recurso hídrico, optando por áreas com topografias mais elevadas, como no caso de Passo Bormann (Chapecó) e, posteriormente, em Vila Oeste (atual São Miguel do Oeste).

Indiferente da área ocupada pelos novos personagens, a região se mostrava rica em uma exuberante cobertura vegetal de floresta Mata Atlântica, estando presentes os grupos vegetacionais do tipo Ombrófila Mista e Estacional Decidual. Os novos ocupantes deste espaço territorial tinham, por tradição, a policultura e a pequena criação de animais domésticos (aves e suínos) o que, por si, explicaria a origem da expansão agroindustrial na região, principalmente a partir da década de oitenta do século passado (TESTA et al., 1996).

As atividades extrativistas no oeste catarinense

Neste item serão abordadas as principais atividades extrativistas realizadas no oeste catarinense. Algumas delas estão, por sua vez, inseridas nos denominados ciclos econômicos, estes caracterizados como períodos onde um determinado produto, por alguma razão, passa a ser o propulsor da economia de uma região (BRUM, 1983), como no caso do ciclo da erva mate, da pecuária, da madeira e, atualmente, o ciclo agroindustrial (BAVARESCO, 2005).

A extração da erva-mate consistiu em um ciclo econômico importante para o desenvolvimento da região, implicando na atuação de personagens aliados de um efetivo registro histórico, que eram os denominados “posseiros” ou “caboclos”. Figuras definidas como produtos da mestiçagem entre indígenas e portugueses, não possuem até hoje uma genealogia própria e muito menos uma história própria, pois em todos os documentos históricos, esses personagens eram descritos como os “já existentes na área a ser colonizada”, em detrimento dos novos personagens a fazer a história da região, os colonizadores de origem teuto-italiana (RENK, 2006).

A atividade ervateira somente seria definitivamente estabelecida na região a partir de 1850 (RENK, 2006), quando se define os limites territoriais entre Brasil e Argentina (o limite territorial argentino era alegado como sendo o Rio das Antas, enquanto que o Brasil sempre estabeleceu seu limite como sendo o Rio Peperi-Guaçu). Quando se fala de atividade extrativista relacionada à da erva-mate, entra em cena o “posseiro”, ou “lusobrasileiro”, um personagem que seria tido como atrasado culturalmente (em relação aos migrantes teuto-italianos) e primitivo, de hábito nômade (RENK, 2006), devido à sazonalidade de suas atividades, entre as podas da planta (BAVARESCO, 2005).

A erva-mate extraída na região oeste catarinense era, em sua grande parte, diretamente comercializada com a Argentina, o maior consumidor do produto no final do século XVIII e início do século XIX. Apesar de os ervateiros serem nômades, praticavam a agricultura de subsistência. Porém, durante o comércio do produto com a Argentina, realizado na então Baracón (atual Bernardo de Irigoyen), obtinham produtos tais como sal, banha e munição (BAVARESCO, 2005). Mesmo existindo o comércio da erva-mate com a Argentina, os limites territoriais entre ambos os países era ainda litigioso. Para contornar esta situação, era necessário que o Brasil ocupasse as terras tidas devolutas nesta área, a fim de garantir sua territorialidade. O governo brasileiro, assim, destina as grandes extensões de terras do oeste catarinense às firmas colonizadoras, a maioria de proprietários gaúchos (RENK, 2006; VICENZI, 2008).

As grandes colonizadoras, tais como a Sul Brasil (que mais tarde daria origem ao município de Chapecó) e Barth, Benetti e Cia Ltda (São Miguel do Oeste), responsáveis pela venda de terras aos migrantes teuto-italianos, viam os posseiros como intrusos e, como tal, passíveis de serem expulsos da região, a fim de garantir a venda das terras (RENK, 2006). Mesmo sendo ocupantes da região antes da chegada destes imigrantes, os posseiros foram excluídos do processo de formação do território oeste catarinense ao longo dos anos, e a extração ervateira não mais considerada uma atividade rentável, sendo retomada esta atividade somente a partir da década de 1970, agora em menor escala, quando se estabelecem pequenos “soques de ervas” em determinados municípios do oeste, tais como Chapecó, São Miguel do Oeste, Descanso e Guaraciaba (BAVARESCO, 2005).

A extração da madeira também se constituiu em importante ciclo econômico estabelecido na região. Com a chegada dos migrantes europeus, grandes áreas precisavam ser preparadas para que se estabelecessem as atividades agrícolas desenvolvidas pelos novos ocupantes. Assim, era natural que as casas fossem erguidas em madeira e o grande excedente comercializado, principalmente com a Argentina. Neste momento inicial, se estabelecem na região as primeiras madeireiras, cuja função era prover madeira pronta para a construção das casas e prepará-las para a exportação (BAVARESCO, 2005).

Grande parte da madeira extraída era considerada nobre, portanto utilizada para o fabrico de móveis no país vizinho. Mogno, jacarandá, timbaúva, se constituíam em matéria prima para este fim. A madeira extraída das novas áreas ocupadas era levada até Itapiranga ou Mondaí, às margens do rio Uruguai, onde eram arrumadas na forma de balsas e, posteriormente transportadas pelos “balseiros”, rio abaixo, até Uruguaiana, onde então era exportada para o território argentino (Passo de Los Libres, Itaquí e San Tome; BAVARES-

CO, 2005; RENK, 2006). Em épocas de estiagem, esta atividade era restrita, devido à baixa vazão do rio Uruguai, o que acarretava em transtornos na região e falta de trabalho para os balseiros. O balseiro se constituiu, nesta época, em figura importante no processo de caracterização do território oeste-catarinense. Após o encerramento do ciclo da erva-mate, parte dos ervateiros migrou para outras regiões do estado; porém, os que ficaram, passaram a exercer novas funções, notadamente a de balseiro. A função do balseiro era perigosa, pois consistia em transportar as balsas de madeira pelo Rio Uruguai até os postos de comércio no Rio Grande do Sul e Argentina. Principalmente feita nas épocas de cheias do rio, grande parte da madeira transportada era perdida, pois em trechos mais caudalosos do rio as balsas eram desfeitas devido à força das águas (WERLANG, 2006).

Nos anos quarenta e cinquenta do século passado, a atividade madeireira desflorestou mais de 90% da cobertura vegetal, um impacto ambiental de grande monta, visto que, neste período, as legislações ambientais eram inexistentes (o Código Florestal somente surgiria nos anos sessenta do século XX). Porém, esta atividade altamente impactante foi o necessário para que a região apresentasse suas particularidades e sua atual paisagem, principalmente no que se refere às pequenas propriedades agrícolas (TESTA et al., 1996).

Como mencionado anteriormente, algumas atividades extrativistas estavam inseridas nos ciclos econômicos regionais propostos por Bavaresco (2005), como a extração da erva mate e da madeira. No entanto, a atividade extrativista de argila tanto de banhados quanto nas margens dos principais rios da região não chegou a caracterizar um ciclo econômico, uma vez que o tijolo, principal produto elaborado a partir das atividades oleiras, nunca se constituiu em objeto importante para fins de comércio como a madeira, que era levada para centros de consumo alijada de sua área de origem, principalmente Argentina e Rio Grande do Sul. Ao contrário, os tijolos produzidos na região tinham uso restrito e local, somente para alicerces de casas ou para levantar o “porão” e os fornos das mesmas, uma vez que estas eram construídas basicamente de madeira. Eventualmente, algumas edificações mais importantes eram feitas de alvenaria, tais como casas de comércio e poucos prédios públicos. Mas, mesmo assim, a demanda de tijolos era baixa para a construção das casas.

A casa do migrante e a atividade oleira

Poucos estudos existem no que se refere aos aspectos arquitetônicos das casas dos imigrantes da região oeste de Santa Catarina. Porém, os dados existentes em documentos históricos mostram que os novos habitantes procuraram imprimir o aspecto arquitetônico de suas regiões europeias de origem, agregando às edificações o forno e o porão em suas casas (VICENZI, 2008). Neste sentido, as edificações de habitação no oeste catarinense seguem um padrão evolutivo um tanto diferente daquele apresentado por Veríssimo e Bittar (1999), cujos estudos estavam voltados à evolução arquitetônica luso-brasileira, e não teuto-brasileira ou ítalo-brasileira, como observadas no sul do Brasil. De acordo com Zambiasi (2000), eram os homens quem chegavam inicialmente à região, procurando, em um primeiro momento, a edificação de uma casa, simples e de madeira, com o mínimo necessário de conforto (um “abrigo”, conforme nota VICENZI, 2008), tendo em tijolo, no máximo, um forno próximo a ela. Depois de erguida a casa, o chefe da família trazia esposa e filhos para então começarem a trabalhar em seu pedaço de terra. A partir do instante em que a situação financeira começava a melhorar, novas casas eram erguidas substituindo as antigas, sendo as novas geralmente de dois andares, o porão, construído em tijolo, no andar térreo e a habitação em madeira no andar superior (VICENZI, 2008). Assim, o tijolo nestas fases iniciais da colonização alemã e italiana era utilizado para a construção do forno, porão e banheiro das casas.

O forno em tijolo era construído com formato semiesférico, anexo a casa, e seu uso se constituía em uma forma de se manter aspectos culturais étnicos importantes trazidos à região

pelos colonizadores. Em quase todos os pequenos museus que se visitem na região oeste, os objetos mais comuns encontrados nos mesmos, além dos instrumentos de trabalho na lavoura, são os utensílios de cozinha, tais como moedores de pimenta, raladores de massa, moedores de carne, serviços em porcelana. Assim, não seria de estranhar que a culinária passasse a se constituir em aspecto mantenedor destas particularidades culturais dos novos habitantes da região: pães,ucas, bolos, tudo era assado nos pequenos fornos de tijolo no final de semana, quando os habitantes, por razões fortemente religiosas, não saíam de suas casas, resguardando os dias em que não poderiam trabalhar em suas pequenas lavouras. Também eram muito utilizados os fornos em datas comemorativas, principalmente as de cunho religiosos, tais como Natal, Páscoa, casamentos, batizados e celebração do santo padroeiro da comunidade (EIDT, 2009). Com a melhoria das casas, a construção do forno foi ainda mantida e, assim, os aspectos tradicionais da culinária alemã e italiana resguardados na região.

O porão das casas edificadas na região tinha funções específicas e distintas, de acordo com a etnia. Para os imigrantes italianos, o porão era escavado no terreno e posteriormente revestido com tijolos, o que mantinha temperaturas e umidades específicas e constantes para a preservação de determinados produtos elaborados de forma artesanal pelos colonizadores, principalmente queijos, vinhos e embutidos. Também o porão se constituía em depósito para produtos adquiridos através das incipientes atividades comerciais locais, como sal, sementes e ferramentas em geral.

Para os migrantes de origem alemã, no entanto, o porão tinha outra função. Erguido acima do terreno (e não escavado), tinha a finalidade principal de manter a temperatura da casa mais confortável, embora também pudesse ser secundariamente, destinado à armazenagem de produtos. A função era permitir a circulação do ar sob a casa, impedindo a formação de bolsões de ar com baixas (no inverno) e altas (no verão) temperaturas, bem como a formação de umidade. Embora com funções distintas, os porões das casas italianas e alemãs começaram a ser erguidos com tijolos, quando a situação financeira assim o permitisse.

Vale ressaltar que o porão sempre se constituiu em uma feição arquitetônica importante, mantido pelos migrantes de origem teuto-italianos, pois a ele se associava aspectos específicos. Originalmente, nas regiões europeias fornecedoras de imigrantes, suas casas também eram providas de um “porão” onde, além das funções mencionadas anteriormente, tinha o papel de fornecer abrigo a animais de criação em épocas de frio. Colonizando inicialmente o Rio Grande do Sul e, posteriormente o oeste catarinense, este aspecto cultural e arquitetônico foi mantido, no entanto elaborados com outras matérias primas. Nas regiões europeias, as edificações eram feitas em pedra talhada, aspecto este mantido nas edificações erigidas no Rio Grande do Sul, porém com funções adaptadas a uma região com clima menos frio. Ao chegarem no oeste catarinense, as casas passaram a serem feitas com a matéria prima mais abundante na região, que era a madeira e a argila para o tijolo, por serem produtos mais elaborados, eram utilizados para melhorias secundárias nas habitações, principalmente o porão das casas.

Além dos porões das casas, o tijolo era utilizado para a construção do banheiro. As casas inicialmente eram construídas sem esta peça, pois ele não era constituinte das mesmas. O banheiro era edificado em madeira longe destas, devido às suas funções serem consideradas pouco higiênicas, um aspecto cultural notadamente europeu, trazido ao Brasil não somente pelos imigrantes de origem italiana e alemã, mas também pelos colonizadores de origem portuguesa. Assim, a “latrina”, a “privada” ou a “casinha”, como era denominada, se encontrava alijada da casa, nos fundos dos quintais (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999). Com o aumento do padrão de vida dos colonizadores de origem teuto-italianos na região oeste catarinense, o banheiro passa a fazer parte das novas casas, porém edificado em tijolo e na parte de fora, sem acesso interno, geralmente contíguo à varanda de entrada da casa, visto que o banheiro ainda era interpretado como o local onde se praticam coisas “sujas”,

que podia ser utilizado tanto pelos proprietários quanto pelos visitantes, resguardando assim a intimidade da casa. A opção em se construir o banheiro com tijolos era puramente prática, pois se constitui em um recinto que retém mais umidade e, construído com tijolos, seria mais durável e de fácil limpeza.

Portanto, em um primeiro momento, os banhados supriam de forma cômoda a matéria prima para a confecção de uma produção artesanal de tijolos. A partir do momento em que os colonizadores começaram a ter um padrão econômico mais elevado, este se revertia na melhoria de suas habitações, passando algumas destas a serem elaboradas em alvenaria. Assim, a demanda por argila aumentou, fazendo com que os oleiros não mais a extraíssem de banhados, mas de áreas onde a mesma se concentrava em maior quantidade, que eram as margens dos rios. Mesmo assim, apesar de ocorrer um aumento na procura de tijolos, a produção dos mesmos ainda se manteve (e se mantém) de forma artesanal e familiar, empregando pouca mão de obra especializada.

Mesmo sendo considerada rudimentar ou não especializada, a atividade oleira deixa marca característica na região. Para que ocorra a secagem do tijolo, é necessária a construção de galpão com arquitetura específica, sem paredes para circulação do ar durante a secagem do tijolo, somente com um teto e vigas para sustentá-lo, a fim de proteção contra o sol, evitando rachaduras no tijolo, além de propiciar maior e mais eficiente circulação de ar para secá-lo, antes de ser conduzido ao forno. Este, também se constitui em edificação específica, somente com uma abertura, construído para comportar o maior número possível de tijolos durante o processo da queima. Ambos eram construídos com telhado em meia-água, adaptados para verões quentes, com temperatura média máxima em Chapecó de 25°C, e para invernos com média mínima de 14,18°C (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2014), bem como com precipitação pluviométrica bem distribuída ao longo do ano.

Paisagem oeste catarinense e os oleiros

Desde longo tempo, uma das noções mais importantes da Geografia é aquela das paisagens, isto é, uma combinação de traços físicos e humanos que dá a um território uma fisionomia própria, que o faz um conjunto senão uniforme, pelo menos caracterizado pela repetição de certos traços (VALDATI, 2012). Justamente por isso, o estudo da paisagem na acepção da Geografia se constitui em objeto de intensos debates, uma vez que ainda se tenta estabelecer o seu real significado, posto que nela estão inseridas mesclas de aspectos físicos e humanos que imprimem a um território sua identidade (FIGUEIRÓ, 1998; AB'SABER, 2003; VALDATI, 2012).

Inseridos em uma paisagem, podem estar presentes determinados aspectos representativos de um ambiente específico, tais como os aspectos físicos e sociais (que, mais tarde, seriam definidos como “objetos”; SANTOS, 1985). Assim, para Dollfus (1971) “a paisagem se define, isto é, ela se descreve e se explica partindo das formas, de sua morfologia (no sentido amplo). As formas resultam de dados do meio ambiente natural ou são consequências da intervenção humana imprimindo sua marca sobre o espaço”.

Uma paisagem é, por definição, uma porção do espaço material. A análise espacial assume função importante principalmente no que se refere à classificação dos meios (BERTRAND, 1972). Neste sentido, deve ser ressaltada a maneira “como o homem percebe os conjuntos físicos de uma região” (BERTRAND, 1998). Ainda de acordo com Bertrand (1998), a paisagem consiste em uma feição que deve ser estudada em seu conjunto, uma vez que nela se inserem aspectos temporais, sociais e culturais, feições reais e simbólicas, bem como produções materiais e culturais.

Segundo Santos (1994), paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento,

exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ou ainda, a paisagem se dá como conjunto de objetos concretos. Importante ressaltar, neste contexto, que os objetos constituintes da paisagem se configuram em algo material e imaterial, pois no que se refere ao homem, insere-se suas heranças culturais e tradições. Os oleiros vale ressaltar, se constituíam na Europa fornecedora de imigrantes ao Brasil, em “ofícios”, uma função que adquire conotação cultural, visto que eram transmitidos os conhecimentos oleiros de pai para filho, aspecto este mantido nas olarias do oeste catarinense.

Cavalcanti e Viadana (2007) caracterizam paisagem como sendo a fisionomia, a morfologia ou a expressão formal do espaço que reflete como a população percebe a área em seu entorno, embasando uma identidade, fazendo com que os laços que os unem sejam mais estreitos, inserindo também, neste contexto, os aspectos culturais. Os oleiros, neste sentido, são interpretados como os agentes mantenedores destes aspectos culturais, auxiliando a preservação de traços teuto-italianos na região, principalmente com o fornecimento do tijolo para as casas construídas.

Tais fatos, assim, podem ser observados na região estudada, onde o aspecto físico está intimamente associado à agricultura familiar e, em um menor plano, à atividade oleira, devido à presença de banhados na região. No oeste catarinense, as áreas alagadas designadas como banhados tiveram a atenção despertada, como visto anteriormente, pelos indígenas e, posteriormente, pelos oleiros. Estes últimos, mesmo que em pequena intensidade, procuram manter suas atividades relacionadas ao fabrico de tijolos de forma artesanal, de pequena escala, sem a utilização de grande número de empregados, sendo estes mantidos somente nas épocas de maior demanda pelo tijolo. Assim, os oleiros até certo ponto, e durante o processo de ocupação territorial, tem sido agentes partícipes no processo de configuração da paisagem da região, ajudando com seu produto – o tijolo –, manter as tradições arquitetônicas e culturais dos colonizadores teuto-italianos.

Os impactos ambientais sobre os banhados

As atividades oleiras exercidas nos momentos iniciais da colonização do oeste catarinense estavam restritas à produção de pequenas quantidades de tijolos, pois as casas construídas eram essencialmente erguidas em madeira. Dentro deste processo, onde ocorriam extrações de pequenas quantidades de argilas destes corpos d’água, as características ecológicas dos mesmos eram mantidas, uma vez que os oleiros sabiam da importância em mantê-los “intactos”, pois eram destes ambientes que eles tiravam a matéria prima de suas atividades. No entanto, mesmo havendo a retirada da argila para o fabrico dos tijolos, havia a caracterização de um impacto ambiental sobre estes ambientes. São definidos como impactos ambientais todas e quaisquer atividades que produzam modificações nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente através de atividades antrópicas, de acordo com a resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (SANCHES, 2010).

Porém, os maiores impactos ambientais sobre estes ambientes estão sendo observados nos dias atuais. Com a ampliação dos centros urbanos na região, os banhados são drenados e aterrados, a fim de gerarem novas áreas para implantação tanto de loteamentos, quanto de novas áreas agriculturáveis. Baldissera (2013), realizou uma pesquisa sobre a relação histórica do município de Chapecó com seus cursos d’água e evidenciou que na microbacia do Lajeado São José, localizada nesse município, tanto a drenagem quanto o aterramento de nascentes e banhados (Figura 1) contribuíram com problemas relacionadas ao aspecto da drenagem da água, à perenidade dos cursos de água e ao assoreamento. Essa autora ressalta a pressão que o crescimento urbano exerce nos ambientes considerados frágeis ambientalmente, como as áreas com banhados.

Figura 1 – Aterramento e construção em área de banhado no bairro Vila Rica em Chapecó.



Fonte: Facco, 2011.

Outra pesquisa na microbacia do Lajeado São José foi realizada por Facco (2011), que trata dos conflitos ambientais com a expansão urbana. Nessa pesquisa são destacados alguns problemas ambientais decorrentes da ocupação e uso do solo em áreas de banhados como a implantação de aterro sanitário na década de 1970 e do tratamento de esgoto sanitário do bairro Vila Rica que se localiza nessa microbacia (Figura 2).

Figura 2 – Estação de tratamento de esgoto no bairro Vila Rica em área de banhado



Fonte: Facco, 2011.

Neste contexto, as atividades antrópicas se mostram mais impactantes do que as atividades oleiras exercidas nos primórdios da ocupação do espaço, pois enquanto estas apenas extraíam pequenas quantidades de argilas, aquelas descaracterizavam tanto os aspectos físicos e químicos quanto biológicos destes ambientes (PAGNUNSSAT; BOCALON, 2003). Após a remoção da água dos banhados, a vegetação era queimada, gerando um “espaço aberto” pronto para a edificação de casas e arruamentos, ou ser preparada para cultivo de sementes. Com estas ações, os banhados na região oeste catarinense vem sendo destruídos de forma gradativa, sendo apagado o registro polínico dos mesmos, impedindo que se faça a reconstituição pretérita dos câmbios climáticos da região durante o Quaternário (SALGADO-LABOURIAU, 1994).

Considerações finais

zAs atividades oleiras, inicialmente trazidas à região sob a forma de “ofícios”, eram realizadas próximas a banhados, locais fornecedores de matérias primas para o produto final, o tijolo. A opção pelos banhados era puramente prática, uma vez que eles se encontravam próximos aos

locais de consumo, que eram os núcleos populacionais que, mais tarde, se transformariam nas cidades da região. Com o aumento destes núcleos populacionais, os banhados começaram a ser aterrados e drenados, fazendo com que os oleiros procurassem a matéria prima nas margens dos grandes rios, principalmente o rio Uruguai. No rio Uruguai, atualmente as olarias encontram-se ameaçadas, pois no mesmo vem ocorrendo a construção de usinas hidrelétricas com a formação de grandes lagos que submergem a argila utilizada na confecção dos tijolos. Por tal razão, as atividades oleiras vêm, gradualmente, desaparecendo na região. Também vem desaparecendo na região os banhados, corpos d'água que possuem uma importância ecológica bastante grande por a eles estar associada grande parte das nascentes dos principais rios da região. O crescimento econômico, mais uma vez, procura justificar tais ações, afinal banhados sempre foram, popularmente, considerados áreas “podres” e, por isso, passíveis de destruição para que novas áreas “úteis” pudessem ser implantadas.

Referências

- AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BALDISSERA, A. D. A cidade e as águas: Chapecó e a microbacia do Lajeado São José. 2013. 226f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- BAVARESCO, P. R. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no extremo oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2005.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos Ciências da Terra**, n. 13, São Paulo. 1972.
- _____. Entrevista com o professor Georges Bertrand. **Geosul**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 144-160, jul./dez. 1998.
- BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CASTRO, P. S. **Recuperação e conservação de nascentes**. Série Saneamento e Meio Ambiente, 26(1-84). 2001.
- CAVALCANTI, A.; VIADANA, A. G. **Organização do espaço e análise da paisagem**. Rio Claro: UNESP, 2007.
- DOLFUS, O. **A análise geográfica**. Paris: PUF, 1971.
- EIDT, P. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.
- EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2006.
- FACCO, J. Os conflitos ambientais no processo de urbanização na bacia hidrográfica de abastecimento de água de Chapecó/SC. 2011. 231f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Comunitária de Chapecó, Chapecó, 2011.
- FIGUEIRÓ, A. S. Evolução do conceito de paisagem: uma breve revisão. **Geosul**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 40-52, jul./dez. 1998.
- LEPSCH, I. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- LORSCHBITTER, M. L.; LEMOS, V. B. Estudo palinológico em turfeira do estado do Paraná. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, vol 1, **Anais**. Florianópolis, 1985.
- MARTINS, M. S. N. **Entre a cruz e o capital**: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- MÜLLER, L. M.; SOUZA, S.M. Enterramentos Guarani: problematização e novos achados. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P.I. (Orgs.). **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.
- NACKE, A.; BLOEMER, N. M. S. As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense. In: NACKE, A. et al. (Orgs.). **Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007.
- OLIVEIRA, A. M. S. et al. Tecnógeno: registros da ação geológica do homem. In: SOUZA et al. **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto: Holos, 2005.
- PAGNUNSSAT, E. M.; BOCALON, V. L. S. Mapeamento básico dos corpos d'água no interior do município de São Miguel do Oeste – SC. 2003. **Visão Global**, 7(24):101-120.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Chapecó em dados**. Disponível em: <http://www.chapeco.sc.gov.br/attachments/site_chapeco_dados/1/chapecodadosjun2014.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

ROLON, A. N.; MALTCHIK, L.; IRGANGE, B. E. Levantamento de macrófitas aquáticas em áreas úmidas do RS. **Acta Biologica Leopoldensia**, v. 1, n. 26, p. 17-35, jan./abr. 2004.

ROOTH, L. 1990. Palinologia de uma turfeira do parque de Aparados da Serra, planalto leste do Rio Grande do Sul, Brasil. **Dissertação de Mestrado**, UFRGS. 223 p.

SALGADO-LABOURIAU, M. L. **História ecológica da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.

SANCHES, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMITZ, P. I. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, M. & SCHMITZ, P. I. (Orgs). **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

SCHMITZ, P. I.; BEBER, M. V. Em busca dos antepassados dos índios Kaingang. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Orgs). **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

TEIXEIRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TESTA, V. M.; ESPÍRITO SANTO, F. R. C. **Principais solos do oeste catarinense**: aspectos gerais para identificação no campo e suas principais limitações ao uso agrícola. Florianópolis: EPAGRI, 1992.

TUCCI, C. E. M. **Hidrologia**: ciência e aplicação. São Paulo: Edusp/ABRH, 2007.

VALDATI, J. Geomorfologia, paisagem e arte: um percurso em construção. **Interthesis**, Florianópolis, v. 9, n.1, p. 181-206, jan./jul. 2012.

VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M. **500 anos da casa no Brasil**: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VICENZI, R. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WERLANG, A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

ZAMBIASI, J. L. **Lembrança dos velhos**: experiências dos velhos migrantes italianos do oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 2000.

Correspondência

Vitor Luiz Bocalon

E-mail: vitorboca@yahoo.com.br

Recebido em 25 de junho de 2014.

Revisado pelo autor em 12 de fevereiro de 2015.

Aceito para publicação em 23 de março de 2015.



Maria da Graça Barros Sartori: vida e obra dedicadas à climatologia geográfica brasileira

Cássio Arthur Wollmann*

Resumo: Maria da Graça Barros Sartori, nascida em Julio de Castilhos/RS, distante 70 quilômetros ao norte de Santa Maria, e esta mesma região foi sua fonte de inspiração e palco de discussões e de ideias geográficas que tornaram-se referência na sua vida e obra acadêmica. Este artigo, além de seu objetivo principal que é realizar uma homenagem à docente, procura retratar sua vida e obra, destacando-se pesquisas importantes que se tornaram referência na Climatologia Geográfica brasileira, e especialmente sul-rio-grandenses, pretende-se também realizar um balanço entre obras pré e pós-defesa do doutorado, que foi seu maior legado à Ciência Geográfica e à Climatologia. Além de sua contribuição enquanto docente e pesquisadora, nos deixa uma bagagem do que se espera por conduta ética. Sua determinação, força e visão deixaram frutos que começam a trilhar caminhos profissionais semelhantes ao da orientadora.

*Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Maria da Graça Barros Sartori: life and work dedicated to the brazilian geographical climatology

Abstract: Maria da Graça Barros Sartori was born in Julio de Castilhos (Rio Grande do Sul State - Brazil), next to the city of Santa Maria, and this region was your main source of inspiration and discussion of geographical ideas that have become a reference in his life and scientific work. This article, perform a tribute to her, seeks to portray his life and work in order to describe his important researches that have become reference in the brazilian Geographic Climatology. Is also to perform a balance between work pre and post-doctorate defense, which was his greatest legacy to the Geographic Science and Climatology. In addition to its contribution as a teacher and researcher, leave us a professional example of ethical conduct. His determination, strength and vision as advisor contributed to the formation of new professionals who share their profile, actually tracking your scientific careers.

Palavras-chave:

Climatologia geográfica brasileira; Maria da Graça Barros Sartori; vida e obra; Rio Grande do Sul.

Key-Words:

Brazilian geographic climatology; Maria da Graça Barros Sartori; work and life; Rio Grande do Sul.

Não se trata de saudade de alguma coisa que acabou ou pessoa que morreu. É saudade do que está aí vivo, solto e nunca deixou de existir. Se não temos acesso a isso, é por falta de uma batalha maior.

Elis Regina

Introdução - À busca pela excelência de uma visionária do Clima

Maria da Graça Barros Sartori, gaúcha, descendente de espanhóis, nascida em Julio de Castilhos/RS, distante 70 quilômetros ao norte de Santa Maria/RS. Esta mesma região foi sua fonte de inspiração e palco de discussões e de ideias geográficas que tornaram-se referência na sua vida e obra acadêmica.

Em 1968 ingressou no Curso de Geografia Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria. Formou-se em 1972 e desde o princípio teve maior aproximação com o estudo da Geografia Física. No ano seguinte, prestou a seleção de mestrado na Universidade de São Paulo, na qual concorria a uma vaga com o Geógrafo e pai da Climatologia Geográfica brasileira (e por que não sul-americana?), Prof. Dr. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, pois o conhecia dos livros e artigos, o qual despertou sua curiosidade em investigar aquilo que sempre foi seu maior campo de contato: o “oceano” de ar atmosférico, do qual sempre falava em suas histórias de infância na fazenda em Julio de Castilhos.

Conforme narrava com alegria, o Prof. Carlos Augusto não estava na USP no período de entrevistas, quando da seleção de seus novos pós-graduandos, e delegou esta função ao seu colega de sala, o Prof. Dr. Aziz Nacib Ab’Sáber. A Prof^ª. Maria da Graça sempre contava que foi para a entrevista com a certeza de que seria reprovada, pois vinda do interior do Rio Grande do Sul, em um período no qual ainda não se tinha produção bibliográfica como meio de avaliação, a qual ela nem possuía. Estava enganada, o Prof. Aziz deu-lhe a aprovação, e ela viria a conhecer seu orientador uns dois meses depois, quando retornou de sua viagem do exterior.

A aprovação da Prof^ª. Maria da Graça no Programa de Pós-graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo não foi um ingresso qualquer, mas sim, a partir de 1973, a abertura das portas dos programas de pós-graduação em Geografia da USP para os sul-rio-grandenses. A Prof^ª. Maria da Graça foi a primeira gaúcha a cursar pós-graduação na área de Geografia na Universidade de São Paulo, e foi a responsável por levar o nome da Geografia de Santa Maria Brasil a fora. Se a Geografia de Santa Maria, da UFSM, hoje é reconhecida no Brasil todo, foi graças a ela e seu esforço e devido ao reconhecimento que tornou isso possível.

Na USP, cursou o Mestrado entre os anos de 1973 e 1978. Em 1979 defendeu seu trabalho, intitulado “O Clima Urbano de Santa Maria – do Regional ao Urbano”. O reconhecimento de sua obra foi tanto que na capa do manuscrito está escrita a frase “Tese de Mestrado”, pois a contribuição e ineditismo da sua obra foram tamanhos, que foi considerada uma tese de doutorado. Nessa época, o Programa de Pós-Graduação em Geografia não possuía a modalidade de acesso ao doutorado direto, mas se o tivesse com certeza ela seria intitulada doutora. No entanto, a vida queria que ela fizesse mais pela Geografia, deixando para outro momento seu doutorado, que viria a ser uma das maiores contribuições científicas da Climatologia Geográfica.

Após o término de seu Mestrado, já em Santa Maria, lecionou no Curso de Geografia da Faculdade Imaculado Coração (FIC), em Santa Maria/RS, entre 1978 e 1980. Mas ainda em 1980 a Prof^ª. Maria da Graça ingressa como docente no Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, na mesma casa que lhe dera o diploma de professora, agora ela poderia contribuir como tal.

Entre os anos de 1980 e 1995, com o curso formado por um número menor de docentes, a Prof^ª. Maria da Graça lecionou diversas disciplinas, entre elas disciplinas humanas, como Historiografia e Metodologia da Pesquisa, além de disciplinas da Geografia Física, como Prática de Pesquisa, Cartografia, Climatologia Geral e Dinâmica, e também Geomorfologia Geral e Climática, área pela qual ela tinha uma segunda paixão, desenvolvendo pesquisas lado a lado à

Climatologia Geográfica, mas sempre se dedicando mais a segunda. Ainda, entre 1992 e 1994 exerceu o cargo de Chefe do Departamento de Geociências da UFSM.

Em 1995 pede afastamento ao Departamento para retornar à Universidade de São Paulo para a realização de seu doutoramento. Nesta época, o Prof. Carlos Augusto, por quem gostaria de ser orientada novamente, já havia se aposentado, e não estava exercendo atividades no programa de pós-graduação, pois estava no Japão, por um período de dois anos. Por sua indicação, prestou seleção com o Prof. Dr. Augusto Humberto Titarelli, também professor e pesquisador na área de climatologia.

Tendo sempre a região central do Rio Grande do Sul como sua fonte inspiradora de pesquisa, a Prof^ª. Maria da Graça iniciou seu doutoramento com um projeto de pesquisa relacionado ao estudo do clima urbano de Santa Maria e indicações ao seu planejamento territorial. No entanto, este tema não foi adiante, pois, novamente buscando suas vivências infantis na fazenda, e baseando-se em leituras até então inéditas em Santa Maria, mas recentes na Geografia brasileira (e suas tendências historiográficas), Prof^ª. Maria da Graça inicia novamente uma pesquisa inédita, e de tão inédita que era, seu orientador disse que lhe daria todo o apoio necessário a sua realização, mas que não seria capaz de avaliar se sua condução teórico-metodológica estaria correta ou não.

Desafios sempre foram regra, e nunca exceção, na vida desta professora, e ela foi a procura do que julgou necessário para a condução de sua pesquisa. Conversou com os principais pesquisadores da Geografia que tratavam da base teórica do tema de sua tese naquele momento, como a Prof^ª. Dr^ª. Livia de Oliveira, da UNESP de Rio Claro, e a Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Ramos Simielli, da USP.

Em 2000, novas perspectivas ao estudo da ambiência atmosférica surgem quando Maria da Graça Barros Sartori defende sua tese de doutorado intitulada “Clima e Percepção”, que viria a ser uma das maiores contribuições à Climatologia Geográfica, conforme depoimento de inúmeros profissionais reconhecidos, sendo citada, referenciada e tida como bibliografia obrigatória nesta temática em todo o território nacional.

O título de doutora viria não só como um mérito, como *pari passu* do processo, mas poderia se dizer, sem ser leviano, como uma formalidade, uma vez que sua postura profissional sempre se demonstrou como tal, mas a obra que lhe deu esta titulação vem para selar, o que se pode considerar, sua primeira fase de pesquisadora, e daria início a segunda fase.

Este artigo, além de seu objetivo principal que é realizar uma homenagem à docente, procura retratar sua vida e obra, destacando-se pesquisas importantes, que totalizam 19 trabalhos como autora principal e que se tornaram referência na Climatologia Geográfica brasileira, e especialmente sul-rio-grandenses. Pretende-se também realizar um balanço entre obras pré e pós-defesa do doutorado, que foi seu maior legado à Ciência Geográfica e à Climatologia.

¹ Editora Ao Livro Técnico. Presidente Prudente/SP.

O primeiro contato com a pesquisa acadêmica: Da defesa da Tese de Mestrado ao resgate das primeiras pesquisas (1973 a 1995)

A frase que moldou a carreira profissional da Prof^ª. Maria da Graça provavelmente tenha sido a de Clyde Orr Jr., que em 1966, em seu clássico *Entre a Terra e o Espaço*¹, escreveu que:

O tempo é um drama em eterna representação, do qual somos o auditório fascinado. Com a atmosfera inferior como palco, o ar e a água como personagens principais, e as nuvens como indumentária, os atos do tempo são apresentados continuamente em algum lugar ao redor do globo. O texto é escrito pelo sol; a produção é dirigida pela rotação da terra; e, como nenhuma cena de teatro é representada duas vezes da mesma maneira, cada episódio do tempo é interpretado com ligeira diferença, cada um assinalado por um traço de personalidade.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n.1, p. 105-115, jan./abr. 2015

Wolmann, C. A.

ISSN 2236-4994

| 107

Orr Jr., em um tom literário, resumiu com distinção o que é a atmosfera e como o seu desempenho pode ser compreendido estudando-se as grandezas extraterrestres e astronômicas que são componente indispensável ao tempo e ao clima. Dentro deste contexto, a Prof^a. Maria da Graça sabia que, ainda no início dos anos de 1970, poderia contribuir muito com a Climatologia Geográfica sul-rio-grandense, que era quase que totalmente escassa de trabalhos desta natureza.

O primeiro trabalho da docente, recém-graduada pela UFSM, foi um trabalho a pedido do Departamento de Fitotecnia da mesma instituição, que necessitava de um parecer técnico do balanço hidrológico dos invernos de 1957 e 1963, uma vez que foram invernos extremamente rigorosos não só no Rio Grande do Sul, mas em boa parte do Brasil, sendo alvo de estudos até do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da época, bem como de pesquisadores já consagrados, como o Prof. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que se utilizou da circulação atmosférica regional destes invernos para dar origem à técnica da Análise Rítmica, amplamente utilizada nos estudos da Climatologia Geográfica.

Após este seu primeiro trabalho, a Prof^a. Maria da Graça logo em seguida iniciou seus estudos no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da USP, conforme salientado na parte introdutória deste manuscrito. Com a defesa de sua tese de mestrado, sobre o Clima de Santa Maria, seriam publicados nos próximos anos 05 artigos que se tornariam referencial no entendimento da circulação atmosférica regional para o sul do Brasil, e em especial, para o Rio Grande do Sul.

Nos artigos de Sartori (1980, 1981 e 1993c), o estudo da atmosfera em escala regional torna-se o principal alvo da autora, que a utiliza como base para suas pesquisas e orientações durante toda sua carreira acadêmica. Como são frutos de sua pesquisa em nível de mestrado, Sartori (1980) traz um balanço de participação de sistemas atmosféricos durante o inverno de 1973 para a região central do Rio Grande do Sul.

O ano de 1973 foi utilizado como padrão de análise na maioria das suas pesquisas, pois foi considerado pela autora como um ano no qual a circulação atmosférica regional apresentou-se de forma habitual do ponto de vista da precipitação pluviométrica, que é indicativo de desvios, excepcionais e padrões de análise estatística em climatologia. Além disso, a escolha do inverno como estação do ano de análise seria em função da maior caracterização dos sistemas atmosféricos de maior domínio sobre o estado, que tem origem extratropical.

Neste trabalho, a autora conclui que em mais de 70% dos dias tem-se a participação da Massa Polar Atlântica (MPA) sobre o Rio Grande do Sul, e que dentre as correntes perturbadas, as Frentes Polares representam mais de 90% do total da gênese das chuvas sobre o estado.

Em Sartori (1981), a autora define, com base nos mesmos critérios do artigo de 1980, os principais tipos de tempo que ocorrem no Rio Grande do Sul. Para tal, a autora classifica os tipos de tempo em três grandes grupos: Tipos de tempo com origem extratropical, tipos de tempo com origem tropical, e tipos de tempo ligados às correntes perturbadas. Ao total, foram classificados quinze tipos de tempo distintos, sendo a maioria deles, dez ao total, com origem extratropical (contando-se as frentes polares como sistemas produtores de chuva).

Em Sartori (1993c), a autora apresenta, com base em suas pesquisas de 1980 e 1981, padrões de sucessão dos quinze tipos de tempo associados aos sistemas atmosféricos distintos que fazem parte do mosaico atmosférico sul-rio-grandense. Nessa pesquisa, a autora conclui que a Massa Polar Atlântica e suas Frentes Polares na retaguarda são os principais mecanismos atmosféricos responsáveis pelas modificações meteorológicas no espaço geográfico gaúcho. Para tal, Sartori apresentou quatro padrões distintos de circulação, que ocorrem comumente no Estado, e pode ser considerado o padrão de circulação atmosférico do Rio Grande do Sul, podendo esta análise ser extrapolada ao estado de Santa Catarina e ao Uruguai.

No que concerne à importância destes três trabalhos, a própria autora (SARTORI, 2003a, p. 27), em um resgate de sua obra, colocou que:

Por sua localização em zona de transição, o clima do Rio Grande do Sul refere-se à participação de Sistemas Atmosféricos Extratropicais (massas e frentes polares) e de Intertropicais (massas tropicais e Correntes Perturbadas), embora os primeiros exerçam o controle dos tipos de tempo em 90% dos dias do ano, proporcionando também a distribuição mensal e anual das chuvas. Os fatores dinâmicos determinam a gênese do clima e controlam a definição e a sucessão dos tipos de tempo e os fatores geográficos regionais (altitude, relevo, continentalidade e vegetação) são responsáveis apenas por variações dos valores dos elementos climáticos.

Nesse ínterim, estas três obras podem ser consideradas as de maior importância quanto ao entendimento da gênese e modificações do tempo e do clima no espaço geográfico sul-rio-grandense, e tornam-se referências obrigatórias a quem deseje estudar a Geografia do estado.

Em Sartori (1984 e 1986), a autora aborda temas ligados à climatologia urbana, que ainda no final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, era novidade em quase todo o território brasileiro. Tais estudos apontam sobre a importância da inserção dos estudos climáticos (especialmente os anemométricos) no planejamento urbano de Santa Maria/RS, alvo de pesquisa da autora e trazendo conclusões inéditas.

Cabe ressaltar aqui que foi de grande contribuição à formação profissional da autora o fato de coincidir a realização de seu mestrado com a Livre-Docência do seu então orientador, que em 1976, defende a obra “Teoria e Clima Urbano”², obra esta que se tornaria marco nos estudos de planejamento urbano no Brasil. Esta obra teve papel importante na definição das linhas de pesquisa da autora (inclusive em nível de pós-graduação), bem como viria a influenciar no seu tema de doutoramento anos mais tarde.

Em Sartori (1984), a autora concluiu que na cidade de Santa Maria/RS, o principal elemento do clima a ser considerado no planejamento urbano seria o vento, dado que a cidade localiza-se no rebordo do Planalto da Bacia do Paraná, esta sofreria influência dos ventos do quadrante Leste (que mais predominam no centro do estado, e são forçados a ter essa trajetória em função dos fluxos polares de origem oceânica e o paralelismo com o referido rebordo), os do quadrante Sul (pelo deslocamento principal dos fluxos polares e origem continental), e os ventos do quadrante Norte (pela sua velocidade e calor).

Este último, em especial seria muito estudado pela autora anos mais tarde, e tornaria a cidade de Santa Maria conhecida pelo seu “Vento Norte” na climatologia brasileira, bem como referido em prosa e verso por Luís Augusto Fischer³, e abordado um século e meio antes nas expedições de Saint Hilaire⁴ pelo sul do Brasil.

Em Sartori (1986), a autora apresenta um mapa de indicações do ordenamento territorial ideal de Santa Maria com base na ventilação e os distintos usos do solo, especialmente o industrial. Para a autora, o melhor ponto de instalação de um distrito industrial na cidade seria na Zona Oeste, dado aos fluxos anemométricos, pois em caso de instalação de indústrias com chaminés, o vento não levaria esta pluma para a área urbana diretamente.

A autora deixa claro que esta não seria a solução do problema, mas apenas um indicativo de minimização de impactos. O atual distrito industrial de Santa Maria localiza-se na área indicada pela autora, mas a mesma sempre ressaltou durante sua vida acadêmica que o distrito não foi colocado nesta área por influência de seu trabalho, mas sim, por questões desconhecidas, mas supostamente imaginadas (políticas).

Nos anos de 1990, a autora dedica-se aos estudos da precipitação pluviométrica no Rio Grande do Sul. Em Sartori (1993b), a pesquisadora de posse dos totais pluviométricos de várias estações meteorológicas do Estado, pesquisa se haveria diferenças entre os totais sazonais, ou seja, se haveria alguma concentração pluviométrica em dada estação do ano e redução em outra.

A pesquisa apontou que as chuvas no Rio Grande do Sul são regularmente distribuídas ao longo do ano (nas quatro estações) nos 73 anos de dados utilizados pela autora (1912 a 1984), sendo que há uma diferença praticamente insignificante entre uma estação do ano e ou-

² MONTEIRO, C. A. F. Teoria e clima urbano. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1976. 181p. (Série Teses e Monografias, 25).

³ FISCHER, L. A. De Ponta com o Vento Norte. Crônicas. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

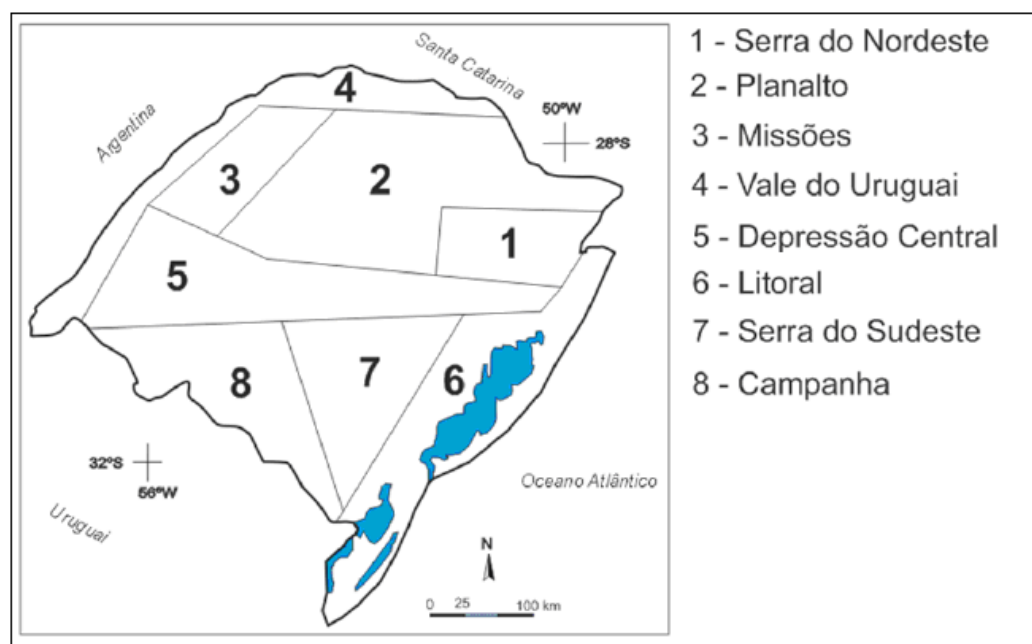
⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

tra quando comparados estes totais. A autora sugeriu nesta pesquisa que novas investigações fossem feitas em anos de ocorrência e El Niño e La Niña, pois estes valores percentuais de concentração das chuvas nas diferentes estações do ano poderiam sofrer alterações.

Em Sartori (1993a), com base nos mesmos dados da pesquisa anteriormente relatada, a autora procura investigar se há uma regionalização pluviométrica do Rio Grande do Sul. O resultado desta pesquisa apontou que o estado pode ser classificado em oito regiões pluviais e climáticas no que tange os totais anuais e sua variabilidade sazonal.

A pesquisa corrobora com os resultados de Sartori (1993b), ao colocar que não há estação seca e/ou chuvosa para o Rio Grande do Sul, pois em todas as estações do ano chove regularmente, com valores entre 24 e 26% de total para cada uma das mesmas. Este artigo ainda trouxe um mapa das Regiões Climáticas do estado (Figura 01).

Figura 1 – Regiões Climáticas e Pluviais do estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: SARTORI, M. G. B. (1993a, p. 178).

O ponto interessante desta pesquisa é que Luís Carlos Araújo, em 1930⁵, apresentou a compartimentação climática do estado, com base em dados de 1920 a 1926 e também havia chegado à mesma conclusão. Em 2010, a Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais (CPRM) publica o “Atlas Pluviométrico do Brasil”⁶, e o Rio Grande do Sul apresenta a mesma regionalização. Este estudo da CPRM não utilizou o trabalho da Prof^a. Maria da Graça como referência, mas pode-se concluir, que muito antes de pesquisas tidas como “importantes” para o desenvolvimento nacional, a autora sempre se manteve comprometida com a ética e o rigor metodológico em suas pesquisas.

Nesse período entre sua primeira publicação (1973) e demais entre os anos de 1980 e 1993, a Prof^a. Maria da Graça sempre esteve profissionalmente ocupada com orientações, aulas e desempenhando atividades administrativas na UFSM. Vale ressaltar que nesta época ainda não se tinha o produtivismo acadêmico como linha mestre da condução profissional nas universidades brasileiras, e padrão este que a docente sempre foi totalmente contra. Em 20 anos (1973 a 1993), foram oito trabalhos, além de sua tese de mestrado⁷, publicados, mas que tiveram e tem uma importância científica ímpar na Climatologia Geografia brasileira, e em especial, sul-rio-grandense.

Nos anos seguintes, 1994 e 1995, a Prof^a. Maria da Graça formularia suas ideias iniciais para a criação do projeto de doutoramento e o ingresso no mesmo. Este será tema do próximo item deste artigo.

⁵ ARAÚJO, L. C. Memória sobre o clima do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Serviço de Informação do Ministério da Agricultura, 1930.

⁶ COMPANHIA DE PESQUISA DOS RECURSOS MINERAIS. Atlas Pluviométrico do Brasil. Estado do Rio Grande do Sul. Acesso em: 10 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start>.

⁷ Cabe ressaltar ainda que nesta época era comum usar as teses e dissertações como referência dos trabalhos, pois muitos destes nunca viraram artigos científicos, e até hoje permanecem na forma de trabalhos defendidos em programas de pós-graduação. Muitos trechos da tese de mestrado da Prof^a. Maria da Graça não chegaram a ser publicados pela autora.

Da Tese de Doutorado e seu destaque na pesquisa acadêmica (2000 a 2014)

Entre os anos de 1995 e 2000, a Prof^a. Maria da Graça esteve oficialmente afastada do Departamento de Geociências da UFSM para a realização de seu doutoramento na Universidade de São Paulo. Sua proposta inicial era o estudo da Climatologia aplicada ao planejamento territorial da área urbana de Santa Maria, seguindo uma linha semelhante à defendida por Mendonça (1995)⁸.

Com o andamento de suas leituras, a Prof^a. Maria da Graça observou a possibilidade de adentrar em um novo campo de pesquisas, o qual até então era tratado, pelo menos na Geografia brasileira, como empirismo (para não dizer determinismo, como muitos consideram até hoje). Suas leituras passaram a ser com enfoque na epistemologia da geografia, filosofia das ciências, fenomenologia, psicologia, biologia, medicina, meteorologia e também climatologia.

Sem sombra de dúvidas, as leituras que mais a fascinaram foram as do filósofo fenomenólogo francês, Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), especialmente ao colocar que:

[...] tudo que sei do mundo, mesmo devido à ciência, o sei a partir de minha visão pessoal ou de uma experiência do mundo, sem o qual os símbolos da ciência nada significariam. Todo universo da ciência é construído sobre o mundo vivido e se quisermos pensar na ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, convém despertarmos primeiramente para esta experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que é sua determinação e sua explicação. (MERLEAU-PONTY, 1996) ⁹.

Ao final de cinco exaustivos anos, conforme a própria Maria da Graça se referia ao período de doutoramento, a professora defende sua tese intitulada “Clima e Percepção”, um título curto para uma tese de doutorado, mas que contém uma vasta pesquisa bibliográfica, uma rica pesquisa bioclimática, e uma imensa fonte inspiradora de pesquisas na climatologia urbana, regional, bioclimática, fenomenológica e comportamental.

Sua tese, além de ser considerada uma pesquisa que demonstra maturidade científica, originalidade e ineditismo, agrupa parte do seu legado científico em mais de 40 anos dedicados à pesquisa. A autora aborda os fundamentos teóricos da percepção climática pelo homem que influencia seu ajustamento ao meio atmosférico. Como os indivíduos percebem o tempo e o clima é assunto principal no campo da percepção ambiental, influenciando nas suas sensações de conforto e de desconforto físico e mental. Os fundamentos da Bioclimatologia Humana mostram de que maneira e porque o organismo reage às mudanças nas condições de tempo, e que tipo de reações podem lhe ser impostas. A metodologia utilizada pela autora possibilitou novos avanços na interpretação da gênese de fenômenos climáticos analisada em escala regional e sub-regional, bem como na identificação e análise de atitudes, sensações e significados envolvidos na percepção do tempo e do clima, contribuição ímpar à Climatologia Geográfica brasileira, e até mesmo mundial.

Como doutora e Professora Titular da UFSM, a Prof^a. Maria da Graça inicia uma nova fase de desenvolvimentos de pesquisas na universidade. Em 2003, inicia-se o Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM, nível Mestrado, no qual orientou suas primeiras dissertações de mestrado, já com enfoque voltado às suas linhas de pesquisa definidas pré e pós-defesa do doutorado.

Os primeiros trabalhos publicados frutos de sua tese de doutorado foram Sartori (2001b, 2002, 2003b, 2004a, 2004b e 2005), que reúnem a avaliação da percepção climática da população rural e urbana da região de Santa Maria/RS, e a identificação de suas reações psico-fisiológicas às situações de tempo, em especial ao Vento Norte regional e local.

Para tal, a autora adotou duas formas de abordagem, com respectivas estratégias: a climática, baseada em dados diários e horários, cartas sinóticas e imagens de satélite, para análise

⁸ MENDONÇA, F. A. O clima e o planejamento urbano de cidades de porte médio e pequeno: Proposição metodológica e sua aplicação à cidade de Londrina/PR. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

⁹ MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 661p.

rítmica e avaliação dos parâmetros atmosféricos sob domínio do Vento Norte; a perceptiva, baseada em trabalhos de campo, na zona rural (de tradição pastoril e colonial) e na urbana, através de seis estratégias e respectivos instrumentos para coleta de dados, envolvendo todas as faixas etárias, desde crianças em idade escolar até adultos e idosos. Tais obras são consideradas referenciais bibliográficos obrigatórios para quem deseje estudar percepção climática, todas unanimemente aprovadas pela comunidade científica da Climatologia Geográfica brasileira.

Ainda, outros trabalhos de grande importância também foram publicados pela docente, como Sartori (2001a), que trata da gênese dos nevoeiros na região de Santa Maria, RS. Este trabalho, com viés mais meteorológico, é um ensaio sobre a formação deste fenômeno atmosférico tão comum entre o outono e primavera sul-rio-grandense, e suas implicações positivas e negativas no espaço geográfico e em sua sociedade.

Em 2003 (Sartori, 2003a), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) convidou a Prof^a. Maria da Graça para escrever um artigo que comporia a edição especial em comemoração aos 20 anos da Revista Terra Livre. O resultado deste artigo é um balanço de sua própria obra acadêmica, que reúne os trabalhos desde 1980 a sua tese (2000).

Nesse balanço, a autora abordou suas obras sobre a climatologia regional do Rio Grande do Sul, e a percepção do tempo e do clima por sua população face à variabilidade do deslocamento dos sistemas atmosféricos. De acordo com a autora, é possível sintetizar em sua obra que:

[...] as citações, provérbios e ditados enumerados, tem sustentação científica, pois a grande maioria das observações pôde ser explicada a partir do comportamento habitual da circulação atmosférica regional, especialmente pelo deslocamento das descontinuidades frontais e pelo deslocamento ou domínio dos Anticiclones e Massas Polares e sistemas de nuvens associados, ou pelas mudanças apresentadas pelos elementos climáticos, à medida que os tipos de tempo vão acontecendo na região, obedecendo, quase sempre, às características das quatro fases clássicas de sucessão dos estados atmosféricos no Sul do Brasil (Pré-frontal, Frontal, Domínio Polar e Transicional) (SARTORI, 2003a, p. 48-49).

Em 2005, a Prof^a. Maria da Graça foi convidada pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP) para palestrar no evento intitulado “*IV Ciclo de Estudos de Geografia: mudanças climáticas no âmbito mundial - Mudanças climáticas e aquecimento global: muitas dúvidas... poucas certezas*”, organizado pelos professores Dr. Pedro Leite da Silva Dias (Diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC/MCT), Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro (Geografia USP) e Prof^a. Dr^a. Luci Hidalgo Nunes (Geografia/Unicamp).

O tema central do evento era mudanças climáticas, e como fruto, foi publicado, dois anos depois, um livro com capítulos sobre as visões de cada autor sobre o tema, que ainda gera polêmica e controvérsias. O título traduzido do artigo de Sartori (2007) é “*Percepção da Sociedade e Mudanças Climáticas Globais*”.

Nesta obra, a autora enfoca o papel decisivo que a mídia tem sobre a percepção da sociedade frente aos fenômenos naturais existentes da dinâmica natural do planeta Terra, e que são colocados de forma totalmente errônea para manipular o senso comum a cerca das manifestações da atmosfera no espaço geográfico, com fins de tornar verídico, um aquecimento global e mudanças climáticas decorrentes.

A autora salienta ainda a importância da energia solar na definição dos movimentos atmosféricos que derivam o conhecimento científico de tempo e clima, bem como uma excelente discussão das escalas e conceitos em climatologia, erroneamente aplicados ao tema. Do início ao fim, a autora coloca-se contrária à posição do aquecimento antropogênico e defende estudos mais aprofundados sobre variabilidades climáticas e fenômenos adversos em escalas menores da ambiência atmosférica, conclusão natural de uma pesquisadora que buscou o entendimento da dinâmica natural da atmosfera e suas repercussões no ambiente e na sociedade, e não o caminho inverso.

Considerações Finais

Ao longo de 40 anos dedicados à pesquisa, e mais de 30 dedicados à docência, a Prof^ª. Maria da Graça orientou ao longo de sua vida acadêmica mais de quatro dezenas de monografias de conclusão de curso e uma dezena de dissertações de mestrado, orientações de tese de doutorado, além de incontáveis orientações de iniciação científica e disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria.

Além de sua contribuição enquanto docente e pesquisadora, nos deixa uma bagagem do que se espera por conduta ética, tanto na vida pessoal quanto profissional. Sua determinação, força e visão deixaram frutos (para não dizer exemplos) que começam a trilhar caminhos profissionais semelhantes ao da orientadora, professora, amiga.

Em suma, o legado científico e pessoal da Prof^ª. Maria da Graça Barros Sartori condensa-se em aproximar o empírico do científico, o local do global, o efêmero do vivido, o percebido em cognitivo, o ensino em aprendizado, o amor em prática.

Agradecimentos

Aos alunos e professores do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, aos “pupilos” da Prof^ª. Maria da Graça, e aos santa-marienses, para melhor compreenderem o tempo e o clima de sua cidade.



Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.1, p. 105-115, jan./abr. 2015

“Pensar em uma pessoa que se ama é rezar por ela”.
Santa Terezinha do Menino Jesus.

Wolmann, C. A.

ISSN 2236-4994

113

Referências

SARTORI, M. G. B. Society Perception and Global Climate Change. In: DIAS, P. L. S; RIBEIRO, W. C.; NUNES, L. H. (Orgs.). **A Contribution to Understanding the Regional Impacts of Global Change in South America**. 1ªed. São Paulo: Institute of Advanced Studies/USP, 2007, p. 377-391.

SARTORI, M. G. B. A percepção do tempo e a cognição ambiental do homem rural do Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 1., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2005. 1 CD-ROM.

SARTORI, M. G. B. A tempo-sensitividade ao vento norte entre alunos de escola de ensino fundamental e médio da cidade de Santa Maria - RS. In: VI Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, 2004a, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2004a.

SARTORI, M. G. B. A percepção do vento norte por adultos na região de Santa Maria - RS. In: VI Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, 2004b, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2004b.

SARTORI, M. G. B. A dinâmica do clima do Rio Grande do Sul: indução empírica e conhecimento científico. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 20, p. 27-49, jan./jul. 2003a.

SARTORI, M. G. B. Gênese e caracterização do Vento Norte regional e em Santa Maria, RS. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 674-683, 2003b.

SARTORI, M. G. B. A percepção climática no ambiente urbano e rural da região de Santa Maria - RS. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA, 5., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2002. 1 CD-ROM.

SARTORI, M. G. B. A Gênese dos Nevoeiros na Região de Santa Maria, RS.. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 9, 2001a, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2001a. p. 37-37. 2001a.

SARTORI, M. G. B. A Percepção do Clima Urbano de Santa Maria,RS. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 9, 2001b, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2001. p. 36-36. 2011b.

SARTORI, M. G. B. Clima e percepção. 2000. 488p. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. 2 v.

SARTORI, M. G. B. Distribuição das chuvas no Rio Grande do Sul e a variabilidade tempo-espacial no período 1912-1984. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA E APLICADA. 5., 1993a, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1993a.

SARTORI, M. G. B. As variações pluviométricas e o regime das chuvas na região central do Rio Grande do Sul. **Boletim de Geografia Teorética**. n. 23. p. 70-84. 1993b.

SARTORI, M. G. B. A circulação atmosférica regional e os principais tipos de sucessão do tempo no inverno do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência e Natura**, n. 15, p. 69-93, 1993c.

SARTORI, M. G. B. Modelização do Clima Urbano de Santa Maria, RS. **Ciência & Natura**, Santa Maria, n.8, p. 53-65, 1986.

SARTORI, M. G. B. Considerações sobre a Ventilação nas Cidades e sua importância no Planejamento urbano. **Ciência & Natura**, Santa Maria, n.6, p. 59-74, 1984.

SARTORI, M. G. B. A circulação atmosférica regional e as famílias de tipos de tempo identificadas na região central do Rio Grande do Sul. **Ciência e Natura**, n. 3, p. 101-110, 1981.

SARTORI, M. G. B. Balanço sazonal da participação dos sistemas atmosféricos em 1973, na região de Santa Maria, RS. **Ciência e Natura**, n. 2, p. 41-53, 1980.

SARTORI, M. G. B. O clima de Santa Maria: do regional ao urbano. 1979. 163f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

SARTORI, M. G. B. Limite da excepcionalidade dos invernos de 1957 e 1963 na latitude de Santa Maria. **Boletim Hidrometeorológico**. Santa Maria: UFSM, 1973.

Correspondência

Cássio Arthur Wollmann

E-mail: cassio_geo@yahoo.com.br

Recebido em 21 de abril de 2014.

Revisado pelo autor em 03 de fevereiro de 2015.

Aceito para publicação em 23 de abril de 2015.

Diretrizes para Autores

Para iniciar o procedimento de submissão de trabalhos é necessário o cadastramento. Se o autor já foi cadastrado anteriormente, basta entrar no sistema e iniciar o processo de submissão.

- 1- Os textos deverão ser enviados pela internet, através do site da revista.
- 2- É recomendada a utilização de processadores de texto compatíveis com Windows.
- 3- Pede-se que os textos sejam marginados com alinhamento justificados e digitados em espaço 1,5, em fonte Arial, tamanho 12, e que não contenham marcações.
- 4- Os artigos deverão ter entre 15 a 30 laudas em papel A4, incluindo as referências bibliográficas, notas e tabelas, escritos em português, inglês ou espanhol.
- 5- Devem vir acompanhados de resumo e abstract (no máximo 10 linhas) e palavras-chave (no máximo 5) em português(ou espanhol) e inglês, sendo que o título também deve estar traduzido para o idioma estrangeiro.
- 6- As resenhas deverão ter entre 6 a 8 laudas.
- 7- Formato do texto:
 - aspas duplas para citações com até três linhas;
 - as citações com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de quatro centímetros da margem esquerda, com fonte do tipo Arial 10 e sem aspas.
 - aspas simples para palavras com emprego não convencional e para indicar citação no interior de citação de até três linhas;
 - itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
 - as notas explicativas devem ser de pé de página, numeradas, e pede-se que sejam usadas com parcimônia;
 - as citações deverão ter chamadas no corpo do texto pelo(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), ano de publicação e também, para citações diretas, o número da página. Para menção do autor no contexto da frase, só a inicial deve ser em letra maiúscula, e quando a menção é feita entre parênteses, todas as letras devem ser maiúsculas.

Exemplos:

- a) Conforme afirma Corrêa (1997, p. 152), "O espaço enquanto objetivação geográfica do estudo da cidade apresenta várias facetas que permitem que seja estudado de modo multivariado".
 - b) "O espaço enquanto objetivação geográfica do estudo da cidade apresenta várias facetas que permitem que seja estudado de modo multivariado" (CORRÊA, 1997, p.152)
- a lista de referências bibliográficas completas deve ser apresentada ao final do texto;

8- As figuras, tabelas e gráficos, devem estar contidas no corpo do artigo e respeitar as medidas máximas de 21 x 27,5 cm. Caso seu arquivo seja superior a 10 MB procure enviar as figuras separadamente como "arquivo suplementar". Caso as figuras sejam enviadas separadas do corpo do texto é necessário indicar o local para inserção.

9- As referências bibliográficas devem obedecer aos seguintes critérios:

- Livro: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A) DA OBRA, Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, ano de publicação.

Exemplo:

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- Capítulo de livro: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A) DO CAPÍTULO, Prenomes. "Título do capítulo: subtítulo". In: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A) DA OBRA, Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final do capítulo.

Exemplo:

ROSENDAHL, Zeny. "Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião". In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia:** temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2005. p. 191 . 226.

- Artigo de periódico: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A) DO ARTIGO, Prenomes. "Título do artigo: subtítulo". **Título do Periódico**, número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano.

Exemplo:

MELLO, João Batista Ferreira de. "Valores em geografia e o dinamismo do mundo vivido na obra de Anne Buttimer". **Espaço e Cultura**, n. 19 - 20, p. 33-39, dez. 2005.

- Dissertações e Teses: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A), Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (Grau e Área de Concentração) – Instituição, Local.

Exemplo:

JUNCKES, Ivan Jairo. *O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis - SC.

- Trabalhos apresentados em eventos científicos: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A) DO TRABALHO, Prenomes. "Título do trabalho". In: NOME DO EVENTO, Número da edição do evento, Cidade onde se realizou o evento. **Anais... (ou Proceedings... ou Resumos...)** Local de publicação: Editora, Ano de publicação. Páginas inicial e final do trabalho.

Exemplo:

SILVA, João Marcio Palhete da. "Poder, governo e território em Carajás" In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2005, Fortaleza. **Anais de resumo**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005. p. 120-121.

- Referências de obras em outras línguas obedecerão a critérios próprios.

10- Os Ensaios Fotográficos deverão ser, necessariamente, orientados à uma temática geográfica, ficando restritos a, no máximo, 6 fotos, legendadas e acompanhadas por um texto de análise do ensaio.

